



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**MUNICÍPIO DE CAÇADOR**  
**Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos**  
**Municipais de Caçador**  
**CNPJ/MF Nº 04.272.905/0001-71**

**MEMÓRIA DE CÁLCULO**

Item	Cotações de Preços					Média
	Farol	Contratações Similares				
1	R\$ 580,00	R\$ 522,50	R\$ 550,00	R\$ 455,50		R\$ 527,00
2	R\$ 620,00	R\$ 522,50	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00		R\$ 660,63
3		R\$ 1.000,00	R\$ 601,87	R\$ 550,00	R\$ 720,00	R\$ 717,97
4		R\$ 522,50	R\$ 528,13	R\$ 513,57		R\$ 521,40

Caçador, 03 de dezembro de 2025.

**Responsável pela pesquisa**  
Fabio Deniz Casagrande  
Matrícula nº 3619

Data Homol... ▲	Ente	UG	Nú... Edital Lici...	Modalidade	Numero Seque... Item	Descrição Item	Qty Item Licita...	Uni... de Me...	Valor Unitário	Valor Total	Razão Social Participante	CPF/CNPJ	
Totais							60		R\$580,00	34.800,00			
03/12/2024	CHAPECÓ	Instituto do Sistema Municipal de Previdência de Chapecó	003/2024	Pregão Eletrônico	6	REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA PARA ENQUADRAMENTO DE ISENÇÃO	60	LAUDO	R\$580,00	34.800,00	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22626640000144	

Data Homol... ▲	Ente	UG	Nú... Edital Lici...	Mod...	Numero Seque... Item	Descrição Item	Qtd Item Licita...	Uni... de Me...	Valor Unitário	Valor Total	Razão Social Participante	CPF/CNPJ	
Totais							100		R\$620,00	62.000,00			
03/12/2024	CHAPECÓ	Instituto do Sistema Municipal de Previdência de Chapecó	003/2024	Pregão Eletrônico	2	REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO MÉDICA DA CAPACITAÇÃO LABORATIVA DOS SEGURADOS	100	LAUDO	R\$620,00	62.000,00	LM SERVICOS MEDICOS E GESTAO EM SAUDE LTDA	22626640000144	

---

**PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 02/2025/IMPRES**  
**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 01/2025/IMPRES**

**1. DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada para realização de perícias médicas em servidores do Município de Joaçaba (SC) para avaliação de possível aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, de revisão de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho ou de pensões de dependente incapaz; exames médicos (admissional e demissional) e perícias médicas para concessão de isenção de Imposto de Renda.

**2. DA JUSTIFICATIVA**

A contratação de empresa especializada na prestação de serviços de perícias médicas tem a finalidade de analisar documentos e avaliar após consulta a necessidade de possível aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, para revisão de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho, para revisão de benefício de dependente inválido, para isenção de imposto de renda e para exames médicos (admissional e demissional).

A contratação da empresa permite que haja profissionais qualificados para a prestação do serviço, onde deverá ser realizado por no mínimo um médico especialista da causa (doença) apresentada pelo servidor para afastamento por incapacidade permanente e, reforça o princípio da impessoalidade, que os órgãos públicos devem ter, pois a pluralidade de profissionais que será necessário, dará isenção às decisões por eles tomadas.

O IMPRES tem por objetivo garantir aos servidores municipais e seus dependentes o acesso a benefícios previdenciários, incluindo aposentadorias e pensões. Para assegurar a correta concessão desses benefícios e a observância dos princípios da legalidade, moralidade e eficiência na gestão previdenciária, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para realização de perícias médicas.

A legislação previdenciária prevê a concessão de aposentadoria por incapacidade permanente para servidores que não possuem condições de exercer suas atividades

laborais. A avaliação médica especializada é essencial para garantir que o benefício seja concedido apenas aos servidores efetivamente incapacitados, evitando concessões indevidas que possam onerar o IMPRES de forma indevida.

A revisão periódica de aposentadorias por incapacidade e de pensões de dependentes incapazes é um procedimento fundamental para verificar a permanência da condição incapacitante. Isso é necessário para garantir que os benefícios sejam mantidos apenas enquanto perdurar a incapacidade, prevenindo pagamentos indevidos e promovendo uma gestão previdenciária eficiente e responsável.

A realização de exames admissionais é uma exigência legal para verificar se o servidor ingressante no quadro municipal está apto para exercer suas funções. Os exames demissionais, por sua vez, são importantes para avaliar as condições de saúde do servidor ao se desligar do serviço público, resguardando tanto os direitos do trabalhador quanto o IMPRES de eventuais responsabilidades futuras relacionadas à saúde ocupacional.

A isenção do Imposto de Renda é um benefício concedido a aposentados que possuam doenças graves listadas em legislação específica. Para evitar concessões indevidas e assegurar a correta aplicação da norma, é indispensável a realização de perícias médicas especializadas que atestem a existência das condições médicas necessárias para a isenção tributária.

Diante do exposto, justifica-se a contratação de empresa especializada para a realização dessas avaliações médicas, considerando a complexidade das análises exigidas, a necessidade de pareceres técnicos imparciais e a garantia da segurança jurídica na concessão e revisão dos benefícios previdenciários e trabalhistas no âmbito do IMPRES.

#### *2.1 JUSTIFICATIVA DO PREÇO*

Diante das cotações apresentadas e demais justificativas constantes na formalização da demanda restou comprovado que o melhor valor praticado para o IMPRES é de R\$ 27.410,00 (vinte e sete mil quatrocentos e dez reais):

ITEM	UN	ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNIT. R\$
		Realização de perícias médicas (avaliação de possível aposentadoria por incapacidade permanente, de		

01	Un	revisão de aposentadoria por incapacidade permanente ou de dependente inválido), através de Junta Médica composta por 03 (três) médicos, sendo 01 (um) Médico do Trabalho, 01 (um) Médico da Especialidade e 01 (um) Clínico Geral, conforme termo de referência.	12	1.567,50
02	Un	Realização de exames médicos (admissional e demissional) através de 01 (um) Médico Perito, que deverá ter a especialidade de Médico do Trabalho.	4	60,00
03	Un	Realização de perícias médicas para concessão de isenção de Imposto de Renda, através de 02 médicos, sendo 01 (um) Médico do Trabalho e 01 (um) Médico da Especialidade.	8	1.045,00
<b>TOTAL</b>				<b>27.410,00</b>

### **3. DA EMPRESA CONTRATADA**

**SOULVITA- SAÚDE PROFISSIONAL LTDA**, CNPJ nº 36.879.949/0001-50, com sede na Av. Barão do Rio Branco, nº 104 - Edifício Prime Offices - Sexto Andar, sala 604, Joaçaba/SC, CEP 89.600-000.

A empresa foi escolhida pelo valor cotado, pela inexistência de questões desabonadoras e pela comprovação de capacidade técnica.

### **4. DO VALOR CONTRATADO E DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor total contratado é de R\$ 27.410,00 (vinte e sete mil quatrocentos e dez reais).

O pagamento será realizado até o 10º dia do mês subsequente à prestação dos serviços

### **5. DO FUNDAMENTO LEGAL**

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal nº 14.133/2021:

Art. 75. É indispensável a licitação:

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras.

### **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO ACOMPANHAMENTO**

Os recursos necessários ao atendimento dos custos desta

contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 13 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Unidade orçamentária: 001 - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Projeto/atividade: 2.065 - Manutenção das Atividades Administrativas do IMPRES

Modalidade Aplicação: 5 - 3.3.90.00.00.00.00 Aplicações Diretas

Recurso: 1.802.0000.0000 Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração

#### **7. DA VIGÊNCIA E ACOMPANHAMENTO**

A contratação terá prazo de vigência do contrato de 05 anos, a contar da assinatura do contrato. A fiscalização e gestão da contratação será feita por Jacson Minella Bauer.

#### **8. FORMA DE EXECUÇÃO**

A forma de execução encontra-se discriminada no contrato proveniente desta contratação.

Joaçaba, 07 de abril de 2025.

**IVONE ZANATTA**  
**Diretora Presidente**  
**IMPRES - Joaçaba - SC**





INFORMAÇÕES BÁSICAS DO CREDENCIAMENTO	
<b><u>Local:</u></b>	Betim - MG
<b><u>Órgão:</u></b>	Instituto de Previdência Social do Município de Betim - IPREMB
<b><u>Modalidade</u></b>	Credenciamento
<b><u>Amparo legal:</u></b>	Lei Federal 14.133/2021, Art. 79, I Decreto Municipal nº 44.825/2023 Portaria IPREMB nº 390/2025 (Comissão de Credenciamento) Portaria IPREMB nº 362/2025 (Contratos e Sanções) Portaria IPREMB nº 343/2025 (Agentes de Licitação)
<b><u>Plataforma:</u></b>	www.portaldecompraspublicas.com.br
<b><u>Início de recebimento das propostas:</u></b>	o prazo para credenciamento iniciar-se-á a partir da data de publicação deste instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.
<b><u>Dotação orçamentaria:</u></b>	17.01.09.122.0045.2420.3.3.90.39.1800000
<b><u>Valor Estimado para contratação</u></b>	R\$ 210.753,58 (duzentos e dez, setecentos e cinquenta e três mil reais e cinquenta e oito centavos), nos termos de tabela indicada em item 1 deste Edital.
<b><u>Objeto:</u></b>	Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícia médica a ser realizada por médico com especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica emitindo parecer técnico pericial conclusivo, nos termos de tabela indicada em item 1 deste Edital.

**CREDENCIAMENTO Nº 0001/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 47.017/2025**  
**PAC IPB Nº 0012/2025**

Torna-se público que o(a) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB sediado(a) Praça José Lino da Silva, 144 - 6º Andar - Brasiléia, Betim - MG, 32600-308, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 44.825/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de interessados em prestação de serviço de perícia médica a ser realizada por Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícia médica a ser realizada por médico com especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica emitindo parecer técnico pericial conclusivo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos cujos itens estão especificados a seguir:

ESTIMATIVA DE VALOR					
LOTE	ITEM	SERVIÇO SOLICITADO	QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCESSOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE ÚNICO	1	Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física	117	R\$ 470,65	R\$ 55.066,05
	2	Atestação de invalidez de dependentes	1	R\$ 522,08	R\$ 522,08
	3	Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	226	R\$ 513,57	R\$ 116.066,82
	4	Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido	12	R\$ 566,49	R\$ 6.797,88
	5	Análise de laudos de aposentadorias e pensões passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB	15	R\$ 452,85	R\$ 6.792,75
	6	Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte	56	R\$ 455,50	R\$ 25.508,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 210.753,58

1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese de contratação paralela e não excludente, conforme previsto no art. 124, inciso I, do Decreto municipal nº 44.825/2023.

1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

1.4. Os quantitativos anuais são meramente estimativos, podendo ser acrescidos, mediante disponibilidade orçamentária e financeira, conforme a necessidade do IPREMB.

## **2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

2.1. O inteiro teor deste Edital de Credenciamento nº 001/2025 e seus anexos ficarão à disposição dos interessados no endereço eletrônico do <https://ipremb.mg.gov.br/> e [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.2. Poderão habilitar-se para credenciamento pessoas físicas ou jurídica, de acordo com as requisitos listados neste Edital e em seus anexos.

2.3. Os interessados deverão primeiramente se inscrever na plataforma eletrônica do credenciamento eletrônico no Portal de Compras Públicas – [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), dentro da opção: Adesão – adesão fornecedor.

2.4. Cadastrada a senha de acesso, será liberado o acesso a página logada. O interessado deverá, após selecionar o edital enviar a documentação necessária.

2.5. Para dúvidas quanto ao cadastro na plataforma deverão ser sanadas diretamente com o [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.6. Os trabalhos oriundos deste processo serão conduzidos por Comissão Especial de Contratação designada na Portaria IPREMB nº 390/2025, devidamente publicada no Diário Oficial do Município de Betim, DOM Edição 3200 – 29 de julho de 2025.

2.7. Todos os interessados em executar o objeto deste Edital que satisfaçam as condições fixadas neste edital serão credenciadas para fazê-lo.

2.8. O Interessado é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no sistema de Credenciamento, não cabendo ao provedor do Sistema ou órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.9. A partir da data de publicação do Edital de Credenciamento nº 001/2025, os interessados em efetuar credenciamento deverão apresentar seus requerimentos e documentação de habilitação nos termos deste edital, exclusivamente no formato eletrônico do site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

2.10. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.11. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar a inabilitação, caso a incorreção não seja sanada.

2.12. Não poderão participar do credenciamento:

2.12.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.12.2. pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.12.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.12.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por

contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.12.5. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.12.5.1. As pessoas indicadas em item anterior estão vedadas de participar devido à natureza de contratação por meio de credenciamento ser ampla e não concorrencial que vai de encontro à natureza das pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

2.12.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.13. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.14. A vedação de que trata o item 2.12.6 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### **3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.**

3.1 Os interessados encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>, o **Requerimento de**

**participação** com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação dos serviços, **conforme Anexo I deste Edital.**

3.2. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas neste Edital, bem como em todos os seus anexos, em especial as previsões do Termo de referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.3. No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também as seguintes DECLARAÇÕES:

3.3.1. **está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;**

3.3.2. **não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;**

3.3.3. **não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;**

3.3.4. **cumpe as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.213/91.**



**3.3.5. inexistência de impedimento de participar da licitação em decorrência de sanção de qualquer natureza que lhe foi imposta, conforme preceitua o art. 14, inciso III, da Lei 14.133/21;**

**3.3.6. inexistência de vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/21;**

**3.3.7. que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.**

3.4. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como apresentar documentos especificados em item 4.2 deste Edital.

3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

3.6. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

#### **4. DA HABILITAÇÃO**

4.1. Os documentos previstos neste Edital e no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação,



nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, conforme relação adiante especificada:

#### **4.1.1. Habilitação jurídica**

4.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

4.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

4.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

4.1.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

4.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

4.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

4.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **4.1.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

4.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

4.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual, Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.1.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor;

4.1.2.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor;

4.1.2.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

4.1.2.1.2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

#### **4.1.3. Qualificação Técnica**

4.1.3.1. Apresentação de profissional que se responsabilizará pelos trabalhos acompanhada da documentação que comprove o cumprimento dos seguintes requisitos:

4.1.3.1.1. Diploma ou Declaração de conclusão no Curso de Medicina;

4.1.3.1.2. Diploma ou Certificado de conclusão de especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica, conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024;

4.1.3.1.3. Certidão de Inscrição no Conselho Regional de Medicina – CRM ativa;

4.1.3.1.4. Atestado ou Certidão que comprove aptidão de prestação de serviço similar, emitidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, ou pelo Conselho Profissional competente.

4.1.3.2. Para fins de comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados que comprovem experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços similares, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

4.1.3.3. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo órgão credenciante.

#### **4.2. Disposições gerais sobre habilitação:**

4.2.1. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

4.2.2. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos

deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

4.2.3. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### 4.3. Documentação complementar para cooperativas

4.3.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

4.3.1.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

4.3.1.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

4.3.1.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.3.1.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

4.3.1.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

4.3.2 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

4.3.2.1. ata de fundação;

4.3.2.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

4.3.2.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

4.3.2.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

4.3.2.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

4.3.2.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

4.3.2.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

4.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou através de sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

4.5. O órgão credenciante terá o prazo de 03 (três) dias úteis prorrogável por igual período para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.6. A Comissão Especial de Credenciamento verificará a existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF ou sistema equivalente utilizado pelo Município;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União

(<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

4.6.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

4.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

4.8 A verificação pela Comissão especial de contratação , em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

4.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

4.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e

4.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado.

4.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão especial de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.

## **5. DOS RECURSOS**

5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no Decreto Municipal nº 44.825/2023;

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.



5.3. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

5.4. O recurso será dirigido à Comissão especial de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para o Presidente do IPREMB, o qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

5.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

5.6. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.

5.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

## **6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

6.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

6.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela comissão de contratação;

6.1.2. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;

6.1.3. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



6.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;

6.1.5. fraudar o credenciamento;

6.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

6.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

6.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

6.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

6.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;

6.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, no Decreto Municipal nº 44.825/2023 e na Portaria IPREMB nº 362/2025, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

6.2.1. advertência;

6.2.2. multa;

6.2.3. impedimento de licitar e contratar e

6.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

6.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

6.3.2. as peculiaridades do caso concreto

6.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

6.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

6.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

6.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

6.4.1. Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

6.4.2. Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

6.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

6.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

6.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que

justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

6.9. A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.3 e 6.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do órgão ou entidade credenciante.

6.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do sítio <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

## **8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS**

8.1. O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no Portal do IPREMB <https://ipremb.mg.gov.br/>, no órgão Oficial do Municipal, bem como no PNCP.

## **9. DA CONTRATAÇÃO**

9.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para aceitar a emissão de nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O IPREMB poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento aceitar a emissão de nota de empenho ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

9.3. O prazo para manifestar ciência e aceitação da nota de empenho emitida será de 3 (três) dias úteis, após convocação pela Administração Pública.

9.4. O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

9.5. Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta aos meios de consulta disponíveis ao IPREMB para identificar possível impedimento de licitar e contratar.

9.6. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa do IPREMB.

9.7. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9.8. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.9. Incumbirá ao Contratante divulgar a nota de empenho ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021.

## **10. SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **11. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1. Os preços previstos no corpo do Edital ou em seus anexos são fixos e irrevogáveis, podendo, contudo, serem atualizados a qualquer tempo.

11.2. Na hipótese do item anterior, ficarão vinculados apenas os contratos celebrados após a publicação dos novos valores, tendo como parâmetro a pesquisa de preços mais atualizada que reflita o real preço de mercado.

11.3. As demais condições para pagamento estão previstas no Termo de Referência.

## **12. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.**

12.1. Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

12.1.1. Data do Requerimento de Participação:

12.1.1.1. A ordem de contratação será definida pela data de apresentação do requerimento de participação, desde que o requerimento esteja completo com toda a documentação necessária.

12.1.1.2. Será considerada a data em que o requerimento completo for protocolado;

12.1.1.3. A contratação somente voltará a incidir sobre um mesmo profissional ou pessoa jurídica após contemplar todos os cadastrados.

12.1.1.4. A cada serviço solicitado, o IPREMB atualizará a sequência de credenciados, passando para o final da “fila” o CREDENCIADO que acabou de receber a solicitação.

12.1.1.5. Qualquer novo CREDENCIADO entrará como último na “fila” atualizada no momento de seu credenciamento.

12.1.1.6. Quando a documentação do CREDENCIADO não estiver atualizada no momento da solicitação do serviço pelo CREDENCIANTE, o serviço será considerado como recusado e o trabalho será enviado para o próximo da “fila”.

12.1.2. Sorteio:

12.1.2.1 Na eventual ausência de critério mais objetivo ou em caso de empate entre dois ou mais credenciados, será realizado um sorteio para definir a ordem de contratação.

12.1.2.2 O sorteio será realizado em sessão pública, previamente divulgada, garantindo a transparência e a igualdade de condições.

12.2. A escolha dos critérios acima mencionados será devidamente documentada e divulgada aos credenciados, garantindo a transparência e a equidade no processo de contratação.

### **13. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.



13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

13.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:

13.4.1. pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.4.2. perda das condições de habilitação do credenciado;

13.4.3. descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

13.4.4. sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

13.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

13.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

13.7. Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

#### **14. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

14.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a



Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

## **15. DOS CASOS OMISSOS**

15.1 Os casos omissos serão decididos pelo IPREMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 –

Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## **16. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL**

16.1. O presente edital terá prazo de vigência indeterminado em que o credenciamento ficará permanentemente aberto para inclusão de novos interessados na lista de credenciados.

## **17. DISPOSIÇÕES GERAIS**

17.1. A qualquer tempo, o CREDENCIANTE poderá realizar inspeção nas instalações dos CREDENCIADOS para verificação das condições de atendimento, de higiene, de equipamentos e de capacidade técnico-operativa.

17.2. É facultada a autoridade competente, em qualquer fase do procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta.

17.3. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Betim/MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

17.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

17.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

17.7. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>

17.8. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

17.8.1. ANEXO I – Requerimento de credenciamento

17.8.2. ANEXO II – Termo de credenciamento

17.8.3. ANEXO III – Termo de referência

17.8.4. Apêndices do Anexo III:

17.8.4.1. Apêndice I – Formulário encaminhamento,

17.8.4.2. Apêndice II - Estudo Técnico preliminar

..... , ..... de ..... de 20.....

**[ASSINATURA DA AUTORIDADE COMPETENTE]**

**ANEXO I DO EDITAL IPREMB Nº 0001/2025**  
**REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO**

A empresa/pessoa física \_\_\_\_\_(razão social/nome), inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_, com sede à (quadra, rua, etc.) da cidade (nome da cidade, UF, CEP), neste ato representada pelo(s) \_\_\_\_\_(representante legal, com qualificação completa — nome, RG e órgão expedidor, CPF, nacionalidade, estado civil, profissão e endereço) que a este subscreve(m), vem SOLICITAR seu credenciamento visando à contratação de pessoas físicas e jurídicas para a prestação de serviços na área de Perícia Médica com Emissão de Pareceres (Laudos), a fim de atender a demanda do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB, conforme especificações do Termo de Referência.

Concordamos em nos submeter a todas as disposições constantes no Edital de Credenciamento nº 0001/2025, assim como todos os seus anexos, e às normas constitucionais e legais que regem a matéria.

Acompanham a presente solicitação:

I - Documentos de Habilitação, conforme o Edital de Credenciamento nº 0001/2025;

**II – DECLARAÇÕES**

▪ A empresa/pessoa física supracitada DECLARA que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

- A empresa/pessoa física supracitada DECLARA não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- A empresa/pessoa física supracitada DECLARA que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- A empresa/pessoa física supracitada DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos do art. 93, da Lei nº 8.213/91.
- A empresa/pessoa física supracitada DECLARA que inexistente impedimento de participar da licitação em decorrência de sanção de qualquer natureza que lhe foi imposta, conforme preceitua o art. 14, inciso III, da Lei 14.133/21.
- A empresa/pessoa física supracitada DECLARA que inexistente vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133/21.
- A empresa/pessoa física \_\_\_\_\_(razão social/nome), inscrita no CNPJ sob o número \_\_\_\_\_ DECLARA que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas

normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.

**OBSERVAÇÃO: A falsidade de declaração poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas no instrumento convocatório.**

---

Betim, 01 de agosto de 2025.

## **ANEXO II DO EDITAL IPREMB Nº 0001/2025**

### **TERMO DE CREDENCIAMENTO**

Termo de credenciamento para prestação de serviço sob demanda que entre si celebram o Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, por meio do seu presidente, xxxxxxxxxxxx, visando ao credenciamento de profissionais de saúde, para realização de Perícia Médica, observada a legislação pertinente.

O Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, Autarquia Previdenciária Municipal, pessoa jurídica de direito público criada pela Lei Municipal n.º 4.275/2005, com sede na Praça José Lino da Silva, 144 - 6º Andar - Brasiléia, Betim - MG, 32600-308, inscrito no CNPJ nº 07.842.278/0001-55, neste ato representado por seu presidente, xxxxxxxxxxxx, brasileiro, portador do RG nº xxxxxxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxxxxxx, residente e domiciliado na Rua xxxxxxxxxxxx Bairro xxxxxxxx – Betim - MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 8º, inc. V, da Lei Complementar Municipal nº xxxxxx/xxxx, doravante denominado CREDENCIANTE, e o profissional médico(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx brasileiro(a), portador(a) do RG nº xxxxxxxxxxxx expedido pela xxxxxxxx CPF/MF nº xxxxxxxxxxxx CRM ° xxxxxxxx MG residente a domiciliado (a) na Rua xxxxxxxxxxxx bairro xxxxxx, na cidade de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx doravante denominado(a) CREDENCIADO (A), resolvem celebrar o presente Termo para realização de Perícia Médica, sob os termos e condições estabelecidos no presente instrumento, no Edital e no Termo de Referência.

#### **1. CLAÚSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

1.1 O presente termo tem como objeto a realização de Perícias Médicas para o IPREMB em decorrência do credenciamento consubstanciado nos autos de Processo Administrativo



de Compras PAC IPB Nº 0012/2023, ARES 47.017/2021.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO:**

Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, de acordo com os termos do Edital IPREMB n.º 0001/2025, não configurando vínculo empregatício.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

3.1. Os serviços previstos neste termo, serão remunerados de acordo com os valores constantes no item 1.1 do Edital IPREMB nº 0001/2025 que passa a fazer parte integrante deste termo.

3.2. As demais condições para pagamento estão previstas, em especial, no item 9 do Termo de Referência.

3.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

3.4. Após o recebimento definitivo, recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

3.5. Havendo erro na apresentação da Nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.

3.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

3.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração Pública Federal, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:



$$I = (TX/100)/365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

3.10 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA:**

4.1 O credenciamento terá vigência indeterminada e permanecerá permanentemente aberto aos interessados.

4.2 O termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, cuja vigência será de 120 dias, prorrogável nos termos do art. 111 da Lei Federal 14.133/2021.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:**

5.1. As obrigações do Contratante e do Contratado estão previstas, em especial, no item 12 do Termo de Referência.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:**

6.1 As despesas decorrentes deste termo correrão pela seguinte dotação orçamentária 17.01.09.122.0045.2420.3.3.90.39.1800000.

6.2 A disponibilidade de créditos orçamentários será comprovada a cada exercício financeiro.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO:**

7.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

7.2 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

7.4 Será realizado o credenciamento quando houver:

7.4.1 pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

7.4.2 perda das condições de habilitação do credenciado;

7.4.3 descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e

7.4.4 sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

7.4.5 O pedido de credenciamento de que trata o item 7.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.

7.5 Nas hipóteses previstas nos subitens 7.4.2 e 7.4.3, além do credenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

7.6 Se houver a efetiva prestação de serviços os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DO DIREITO DAS PARTES:**

8.1 Os direitos das partes contratantes encontram-se inseridos no edital, no termo de referência e demais anexos.

## **9. CLÁUSULA NOVA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD):**

9.1 O credenciado declara conhecer e cumprir todas as leis vigentes envolvendo proteção de dados pessoais, em especial a Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais")

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:**

10.1 Fica eleito o Betim/MG, para dirimir quaisquer dúvidas ou questões provenientes deste Termo e anexos.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES FINAIS:**

11.1 Estando assim, justo e acordado, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo firmadas e qualificadas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Presidente

XXXXXXXXXXXX

Credenciado(a)

Testemunhas:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG nº xxxxxxxxxxxx

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

RG nº xxxxxxxxxxxx

**ANEXO III DO EDITAL IPREMB Nº 0001/2025**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. Objeto**

Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícia médica a ser realizada por médico com especialização em medicina do Trabalho ou Perícia médica emitindo parecer técnico pericial conclusivo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

	ITEM	SERVIÇO SOLICITADO	QUANTITATIVO DE PROCESSOS
LOTE ÚNICO	1	Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física	117
	2	Atestação de invalidez de dependentes	01
	3	Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	226
	4	Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido	12
	5	Análise de laudos de aposentadorias e pensões passíveis	15

		de compensação financeira junto ao IPREMB	
	<b>6</b>	Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte	56

1.2 Os **serviços** são de natureza comum.

1.3 Os quantitativos anuais são meramente estimativos, podendo ser acrescidos, mediante disponibilidade orçamentária e financeira, conforme a necessidade do IPREMB.

1.4 O IPREMB não se obriga a contratar os quantitativos apresentados em tabela acima, por se tratar de estimativa.

## 2. Vigência

2.1 O credenciamento terá vigência indeterminada e permanecerá permanentemente aberto aos interessados.

2.2 O termo de Contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, cuja vigência será de 120 dias, prorrogável nos termos do art. 111 da Lei Federal 14.133/2021.

2.3 A prorrogação, na forma do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021, será registrada por meio de apostilamento.

## 3. Fundamento e justificativa acerca da necessidade da contratação

A presente contratação visa suprir demanda por pessoal especializado na prestação de serviço de perícia médica atuando juntamente com esta Superintendência com a emissão de Laudos conclusivos que permitam a concessão e a manutenção de benefícios previdenciários dentro do que a Legislação vigente exige.

As demais justificativas e fundamentos acerca da necessidade de contratação foram tratados de forma mais detalhada em Estudo Técnico Preliminar, apenso a este Termo de Referência.

#### **4. Descrição da solução como um todo considerado o ciclo de vida do objeto e especificação do produto**

##### **Serviços solicitados:**

##### **Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física:**

Realizar análise técnica para aposentadoria especial de servidor público que exerça atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, em consonância com a Súmula Vinculante nº 33, enquanto não promovida alteração na legislação do Ente, para fins de instrução de processos judiciais e/ou administrativos. A análise será feita observadas o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), a fim de verificar a caracterização e exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV, do Decreto Federal nº 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social) e demais normas aplicáveis conforme a Emenda Constitucional nº 103/2019.

##### **Atestação de invalidez de dependentes:**

Realizar perícia médica presencial em dependentes do segurado, para fins de inscrição, concessão e/ou revisão de benefícios a dependentes inválidos, elaborando e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4.275/2005.

**Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade premente para o trabalho:**

Realizar reavaliação médica pericial dos aposentados por incapacidade permanente para o trabalho a fim de verificar a permanência da incapacidade laborativa (manutenção) ou restabelecimento da capacidade laborativa (reversão), nos termos da Legislação aplicável.

**Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido:**

Realizar a avaliação médica de modo a avaliar a possível perda da condição de invalidez do dependente, para fins de instrução de processos judiciais e/ou administrativos, e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4275/2005.

**Análise de laudos de aposentadorias passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB:**

Realizar perícia médica indireta para fins de compensação previdenciária, através da análise documental dos processos sob respectiva responsabilidade no COMPREV, mantendo-se a responsabilidade do profissional que realizou a perícia individual. Permitir o cadastro no sistema de compensação previdenciária como responsável pela realização das análises, nos termos da PORTARIA MPS Nº 1.400, DE 27 DE MAIO DE 2024.

**Análise Médica de laudos em processos de pensão passíveis de**

### **compensação financeira junto ao IPREMB:**

Realizar perícia médica indireta para fins de compensação previdenciária, através da análise documental dos processos sob respectiva responsabilidade no COMPREV, mantendo-se a responsabilidade do profissional que realizou a perícia individual. Permitir o cadastro no sistema de compensação previdenciária como responsável pela realização das análises, nos termos da PORTARIA MPS Nº 1.400, DE 27 DE MAIO DE 2024.

### **Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte:**

Realizar avaliação médica pericial em procedimentos de caracterização de doenças graves para fins de isenção fiscal – imposto de renda retido na fonte, e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4275/2005; LEI Nº 11.052, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004; e LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

## **5. Requisitos da contratação**

5.1 Serão credenciados pessoas físicas ou jurídicas interessadas na prestação do serviço de perícia indicado acima, cujo responsável pela emissão dos Laudos deverá contar com a seguinte formação e experiência:

- Formação acadêmica: Curso de Medicina com especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica, conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024, e registro no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- Será exigida experiência mínima de 01 ano a ser cobrado na fase de habilitação.

## **6. Garantias**



## 6.1. Garantia da proposta e da execução contratual:

6.1.1 Não haverá exigência da garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei nº 14.133, de 2021, nem de garantia contratual da execução (art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021).

## 7. Modelo de execução do objeto

7.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1 O prestador credenciado deverá:

7.1.1.1 Elaborar parecer técnico conclusivo, contendo na sua avaliação questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada sem a presença do servidor requerente, mediante a análise de seu Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);

7.1.1.1.1 O parecer médico pericial conclusivo deve conter obrigatoriamente as normas aplicáveis, especificando as legislações com os respectivos artigos, incisos e parágrafos; além de/conter relacionar o local e suas atividades de trabalho; descrição das atividades; demonstração de atividade e contato com agentes nocivos/agentes biológicos; enquadramento por exposição a agentes nocivos/agentes biológicos; comprovação do exercício profissional em condições especiais; conclusão final contendo a descrição do período específico em que o servidor se enquadra ou não no tempo especial. Exemplo: da data de xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx se enquadra, já da data xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx não se enquadra.

7.1.1.2 Realizar reavaliação médica pericial do aposentado por invalidez permanente e do dependente inválido, para continuidade dos benefícios dos segurados, com periodicidade nos termos da legislação vigente;

7.1.1.3 Analisar os requerimentos de compensação previdenciária dentro do sistema COMPREV e emissão de Parecer, referentes aos processos de aposentadoria e pensão, passíveis de Compensação Previdenciária;

7.1.1.4 Emitir Laudo médico para fins de isenção de imposto de renda nas condições exigidas em Legislação vigente;

7.1.1.5 Emitir Laudo conclusivo do dependente inválido para fins de concessão e manutenção de benefício de pensão por morte;

7.1.2 Os processos serão encaminhados da seguinte forma:

7.1.3 Mensalmente, em dia estipulado pela CONTRATANTE, o(a) contratado(a) receberá um lote de até 30 (trinta) processos tendo o prazo máximo de 30 (trinta) dias para devolução na qual serão entregues os Extratos de Laudo Médico ou enviadas as remessas do COMPREV.

7.1.4 O lote de processos indicados será protocolado em Planilha própria, cujo modelo corresponde ao apêndice I deste Termo de Referência, com o registro da retirada/recebimento física ou digital sendo cadastrado pela unidade Gestora do processo;

7.1.5 A devolução dos processos será registrada em mesmo documento no ato de devolução.

7.1.6 Em caso de processos analisados e eivados de erro material, o(a) CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias corridos para encaminhar a via retificada sem custo adicional .

7.2 Local da prestação do serviço:

7.2.1 Os serviços serão executados nas dependências da CONTRATADA, através de análise documental.

7.2.2 Os serviços indicados em item 7.1.1.2 e 7.1.1.5, avaliação para manutenção dos benefícios por incapacidade permanente para o trabalho

e atestação do dependente inválido, serão realizados de forma presencial, devendo a CONTRATADA disponibilizar local para realização da perícia em localidade dentro do Município de Betim – MG.

7.2.2.1 O local apresentado pela CONTRATADA deverá ter alvará de funcionamento ou, na ausência desse, Protocolo de abertura de Processo de licenciamento sanitário.

## **8. Modelo de gestão do contrato**

8.1 Os responsáveis pela gestão e pela fiscalização contratual observarão as regras do regulamento municipal em especial, nos artigos 17 a 20 do Decreto municipal nº 44.825, de 27 de dezembro de 2023, sem prejuízo de outras previsões específicas em regulamentos internos. e obedecerão às seguintes rotinas adicionais:

8.2 A UNIDADE FISCALIZADORA realizará a fiscalização através de resolução de checklist o qual atestará sobre a execução do serviço conforme a seguir:

### **1.1 CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO– PERÍCIA MÉDICA (RPPS)**

**Órgão / Entidade:** \_\_\_\_\_

**PAC IPB nº:** \_\_\_\_\_

**Empresa CONTRATADA / Profissional:** \_\_\_\_\_

**Período fiscalizado:** //\_\_\_\_\_ a //\_\_\_\_\_

**Fiscal responsável:** \_\_\_\_\_

### 1.1.1 1. DOCUMENTAÇÃO E REGULARIDADE

Item	Verificado?	Observações
------	-------------	-------------

Contrato/Instrumento assinado e publicado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

Profissional com registro ativo no CRM	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
--	---	--

---

### 1.1.2 2. INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

Item	Verificado?	Observações
------	-------------	-------------

Condições sanitárias e de segurança adequadas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

### 1.1.3 3. CUMPRIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Item	Verificado?	Observações
------	-------------	-------------

Perícias realizadas dentro do prazo	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
-------------------------------------	---	--

Número de perícias corresponde número de processos enviados	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

Processos distribuídos de forma igualitária entre os periciados	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

Laudos entregues com clareza e completude	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

---

### 1.1.4

### 1.1.5 4. CONFORMIDADE TÉCNICA DOS LAUDOS

Item	Verificado?	Observações
------	-------------	-------------

Laudos inclui CID e justificativa clínica	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

Parecer claro quanto à aptidão/incapacidade	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

Diagnóstico coerente com documentação médica	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
--	---	--

Laudos assinados pelo Médico/Perito responsável	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
---	---	--

### 1.1.6

---

### 1.1.7 ☐ RESUMO DA AVALIAÇÃO

- Irregularidades encontradas:

---

---

- **Providências adotadas / Recomendadas:**

---

---

- **Parecer do Fiscal:**

- ☐ Serviço plenamente satisfatório
  - ☐ Serviço com ressalvas
  - ☐ Serviço insatisfatório
- 

☐ **Data:** //\_\_\_\_

 ☐ **Assinatura do Fiscal:** \_\_\_\_\_

## 9. Critérios de medição e de pagamento

9.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias úteis, pelo fiscal quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

9.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela perfeita execução do objeto previsto neste Termo de referência.

### **Liquidação**

9.6. Após o recebimento definitivo, recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização, sem ônus ao CONTRATANTE.

### **Prazo de pagamento**

9.7. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

9.8 Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pelo IPREMB, o valor devido deverá ser acrescido de compensação financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)/365$$

EM =  $I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de compensação financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

### Forma de pagamento

9.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo CONTRATADO.

## 10. Forma e critérios de seleção do fornecedor

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação por meio de credenciamento, com fundamento na hipótese do art.74, inciso IV, combinado com o art. 79, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.2.1. Habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, na forma prevista no Edital de Credenciamento;

### 10.2.2. Qualificação técnica:

10.2.2.1. Apresentação de profissional que se responsabilizará pelos trabalhos acompanhada da documentação que comprove o



cumprimento dos seguintes requisitos:

- I – Diploma ou Declaração de conclusão no Curso de Medicina;
- II – Diploma ou Certificado de conclusão de especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica, conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024;
- III – Certidão de Inscrição no Conselho Regional de Medicina – CRM ativa;
- IV – Atestado ou Certidão que comprove aptidão de prestação de serviço similar, emitidos por pessoas jurídicas de Direito Público ou Privado, ou pelo Conselho Profissional competente.

10.2.2.2 Para fins de comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados que comprovem experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços similares, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes.

10.2.2.3 O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo órgão credenciante.

## **11. Estimativas do valor da contratação**

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 210.753,58 (DUZENTOS E DEZ, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS MIL REAIS E CINQUENTA E OITO CENTAVOS)



## **12. Da obrigações das partes**

### 12.1. São obrigações do CONTRATANTE:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

12.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei;

12.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Contratado, relacionados com o objeto pactuado.

12.1.8. Proporcionar ao Contratado o acesso às dependências, de forma a proporcionar a execução dos compromissos assumidos neste Termo de Referência.

12.1.9. Designar o servidor para acompanhamento e fiscalização da execução do serviço.

12.1.10. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste Termo de referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 12.2. São obrigações do Contratado:

12.2.1. O Contratado fica proibido de exigir que o usuário assine fatura ou guia de atendimento em branco.

12.2.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 1990);

12.2.3. Comunicar previamente ao CONTRATANTE os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto de entrega, com a devida comprovação;

12.2.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo Fiscal, Gestor do Contrato ou Autoridade Superior;

12.2.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens ou serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.7. Entregar, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual e Municipal (ou Distrital) do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

12.2.10. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

12.2.11. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.2.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do objeto;

12.2.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta;

12.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito Federal, Estadual ou Municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

12.2.15. Responsabilizar-se pela qualidade dos serviços fornecidos.

12.2.16. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pelo CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.

### **13. Das infrações e Sanções Administrativas**

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a)** der causa à inexecução parcial do objeto do Contrato.

- b)** der causa à inexecução parcial do objeto do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c)** der causa à inexecução total do objeto do Contrato;
- d)** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e)** apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do objeto do Contrato;
- f)** praticar ato fraudulento na execução do objeto do Contrato;
- g)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do objeto deste Termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- II.** Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste objeto deste Termo de referência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- III.** Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
- IV.** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, acaso descumpridos os prazos estabelecidos neste Termo de Referência ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

**V.** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

13.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.3.1 Todas as sanções previstas neste Termo de referência poderão ser aplicadas, cumulativamente, com a multa;

13.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

13.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento, eventualmente, devido pelo CONTRATANTE ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.3.4 Antes do encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida, administrativamente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, observando-se o rito e as autoridades competentes para conduzir e aplicar sanções definidos na **Portaria IPREMB nº 362, de 07 de julho de 2025.**

13.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;

- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definido na referida Lei.

13.7 O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

#### **14. Da proteção de dados pessoais**

14.1 A CONTRATADA obriga-se a observar a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de Órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, não colocando a CONTRATANTE em situação de violação das leis de privacidade, em especial, a Lei Federal nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

14.2 É vedado o compartilhamento dos dados pessoais objeto de tratamento, ressalvadas as hipóteses de autorização legal ou expressamente previstas neste ajuste ou em seus anexos.

## **15. Da Política de Anticorrupção**

15.1 A CONTRATADA obriga-se a seguir políticas de anticorrupção, vedando o oferecimento e o recebimento de benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, em especial o disposto na Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e na Lei Federal nº 9.613, de 03 de março de 1998, que dispõe sobre os crimes de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores.

## **16. Da adequação orçamentária**

16.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do IPREMB, conforme dotação a ser indicada no Edital de Credenciamento.

16.2 A disponibilidade de créditos orçamentários será comprovada a cada exercício financeiro.

Betim, 21 de julho de 2025.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável



## APÊNDICE I DO TERMO DE REFERÊNCIA FORMULÁRIO PARA ENCAMINHAMENTO

PROTOCOLO DE RETIRADA DE PROCESSOS FÍSICOS lote nº xx/20xx.						
PROCESSO ADMINISTRATIVO	TIPO DE PROCESSO	SERVIDOR	MATRÍCULA	DATA DE RETIRADA	PREVISÃO DE ENTREGA	MOTIVO DA PERÍCIA
recebido por: (nome e assinatura)						
	xx/xx/20xx.					
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO DE PROCESSOS DIGITAIS lote nº xx/20xx.						
PROCESSO ADMINISTRATIVO	TIPO DE PROCESSO	SERVIDOR	MATRÍCULA	DATA DE RETIRADA	PREVISÃO DE ENTREGA	MOTIVO DA PERÍCIA
recebido por: (nome e assinatura)						
	xx/xx/20xx.					
INFORMAÇÕES A SEREM PREENCHIDAS NO ATO DE DEVOLUÇÃO DOS PROCESSOS						
Nome/Assinatura do responsável						
	_/_/20__					
Nome/Assinatura do fiscal do contrato						
	_/_/20__					
recebido por:						
	_/_/20__					
OBSERVAÇÕES:						



## **APENDICE II DO TERMO DE REFERÊNCIA**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

#### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

##### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB é responsável de administração e gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Betim desempenhando a função de gestão do Fundo de Previdência dos Servidores públicos do Município de Betim de modo que sejam garantidos as concessões e manutenções dos benefícios previdenciários.

O Regime Próprio de Previdência Social do Município de Betim, criado através da Lei Municipal Nº 4.275, de 28 de dezembro de 2005, em sua redação original no art. 34, previu, quanto ao segurado, os benefícios de aposentadoria por invalidez permanente, aposentadoria compulsória, aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, aposentadoria por idade, e, quanto ao dependente, os benefícios de pensão por morte e auxílio-reclusão.

Além dos benefícios elencados pela legislação supracitada, existe a modalidade de aposentadoria voluntária por tempo de contribuição especial insalubre, concedida nos termos do art. 40, § 4º, inciso III, da Constituição Federal de 1988, Súmula Vinculante nº 33 do Supremo Tribunal Federal para servidores que comprovem exercício de atividade com exposição a agentes nocivos.

Para esta última, a comprovação da exposição é obtida após análise e emissão de laudo médico conclusivo mediante análise de Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP e Laudo Técnico de Condições

Ambientais de Trabalho – LTCAT de cuja análise haverá a emissão de Laudo técnico emitido por perito.

No mesmo caminho, em caso de necessidade de comprovação de dependente inválido, ou necessidade de manutenção de aposentadoria por incapacidade esse quadro deve ser comprovado através de inspeção médica a cargo do órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social, nos termos da Lei Municipal nº 4.275/2005 que assevera em seu art. 91,

*Art. 91 - O segurado aposentado por invalidez e o dependente inválido deverão, sob pena de suspensão do recebimento do respectivo benefício, submeter-se anualmente a exame médico a cargo do órgão ou entidade do Regime Próprio de Previdência Social.*

Para além disso, com a nova versão do sistema, COMPREV 2020, houve mudanças em relação à análise do médico perito em requerimentos por invalidez. Antes, quando se tinha um benefício por invalidez, o Ente enviava os documentos e a perícia do INSS fazia a análise desse requerimento, se ele se enquadrava ou não como um benefício passível de compensação. Agora será o Médico Perito do próprio Ente Federativo quem fará a análise, dizendo se o requerimento é passível de compensação ou não. Dessa forma, o médico deverá analisar se a incapacidade permanente é decorrente de invalidez acidentária ou se a doença que fundamenta a concessão de aposentadoria por invalidez, nova demanda oriunda da efetiva implementação do sistema COMPREV 2020, fazendo necessária a contratação de médico perito para tanto.

Ademais, com a necessidade de alteração da Legislação previdenciária, exigência da Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 que altera o sistema de previdência Social, veio a possibilidade de regulamentação de serviços que, até então, não eram disponibilizados pelo IPREMB como análise para retorno de servidor aposentado e as avaliações médicas periódicas.

A Lei Municipal nº 7.759 de 28 de março de 2025 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Instituto de Previdência Social do Município de Betim – IPREMB, em sua estrutura de pessoal, não possui profissional capacitado para atendimento as demandas elencadas acima.

A legislação municipal citada prevê os seguintes cargos de provimento efetivo: Assistente Administrativo; Assistente social; Analista de Gestão Previdenciário; Analista Jurídico; Analista previdenciário; Atuário; e Contador. Também foram criados cargos de livre nomeação e exoneração, denominados Superintendentes e Assessores.

A Lei Municipal nº 7.759, de 28 de março de 2025, promoveu uma reforma administrativa, mantendo os cargos efetivos já existentes, mas criando outros cargos efetivos e comissionados. Não houve, até o presente momento, a criação de cargo com atribuição compatível para o cumprimento da demanda apresentada.

Essa Lei veio como uma reforma administrativa com a manutenção dos cargos efetivos já existentes, criação de outros efetivos e comissionados, não havendo, contudo, a criação de Cargo que possua atribuição compatível com as necessárias para cumprimento da demanda apresentada.

Dessa forma, como não existe na estrutura funcional do IPREMB cargo que atenda à demanda apresentada, torna-se necessária a busca por solução que tenha como objetivo cumprir a legislação municipal e federal no que toca à realização de perícias pelo IPREMB.

## **2. PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL – PCA**

O Decreto Municipal nº 44.825 de 27 de dezembro de 2023 que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021 no

âmbito da Administração Pública Municipal, Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Betim elenca em seu art. 24 que

*Art. 24. O Plano de Contratação Anual (PCA), a que se refere o artigo 4º, XXXIX, poderá ser elaborado conforme critérios de conveniência e oportunidade da Administração Pública Municipal de Betim – Minas Gerais e demandará regulamentação por meio deste Decreto quando da sua utilização futura.*

Dessa forma, esse item não se aplica a contratação em tela.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

Os requisitos para a contratação de serviços de perícia médica para IPREMB levam em consideração critérios que garantam a qualidade, a eficiência e a transparência do processo.

#### **Qualificação técnica:**

- Formação acadêmica: Curso de Medicina com especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica, conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024, e registro no Conselho Regional de Medicina – CRM;

#### **Experiência:**

- Será exigida experiência mínima de 01 ano a ser cobrada na fase de habilitação.

#### **Capacidade Técnica e Estrutural**

- As perícias serão realizadas através de análise documental ou, em exceções, presencialmente, a encargo do contratado.

#### **Comprovação de Regularidade**

- **Documentação Legal:** A empresa ou profissional deve apresentar toda a documentação exigida, incluindo certidões negativas de débito (CND), comprovante de regularidade fiscal, e registro ativo no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no CPF, conforme o caso.
- **Certidões de Regularidade Profissional:** Comprovação de que todos os profissionais envolvidos estão cadastrados/inscritos junto aos seus respectivos conselhos de classe.

### **Transparência e Ética**

Compromisso com a Ética Profissional: Os serviços devem ser prestados com base em princípios éticos, garantindo imparcialidade e isenção na elaboração dos laudos.

### **Demais requisitos**

- Executar integralmente, sem qualquer resistência ou obstáculo, com zelo e dedicação as atribuições inerentes ao objeto do contrato, por sua conta e risco, sob sua total responsabilidade, cabendo ao IPREMB a responsabilidade no acompanhamento da execução do serviço;
- Observar as normas legais e regulamentares pertinentes, quando aplicáveis a execução do objeto contratado;
- Atender com presteza ao público, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo, na forma da lei;
- Levar ao conhecimento do IPREMB, formalmente e por escrito, as irregularidades que tiver ciência em razão da execução do contrato e/ou que constituam obstáculo à sua fiel execução;

- Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- Executar o objeto contratado, não transferi-lo, no todo ou em parte, a terceiros;

## ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

Para chegar à estimativa das quantidades foram utilizadas as séries históricas de perícias de exercícios anteriores, além de levantamento de dados junto ao IPREMB dos processos passíveis das demandas apresentadas revelando um quantitativo estimado conforme indica-se:

ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO			
LOTE	ITEM	SERVIÇO SOLICITADO	QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCESSOS
<b>LOTE ÚNICO</b>	<b>1</b>	Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física	117
	<b>2</b>	Atestação de invalidez de dependentes	01
	<b>3</b>	Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	226
	<b>4</b>	Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido	12
	<b>5</b>	Análise de laudos de aposentadorias e pensões passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB	15
	<b>6</b>	Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte	56

**Observação:** Em relação ao quantitativo dos itens 1,5 e 6 informamos que os dados baseiam-se em informações obtidas pela UNIDADE DEMANDANTE. Em relação aos itens 2, 3 e 4, informamos que os dados obtidos baseiam-se nos processos, pendentes de análise, cadastrados na base de dados do IPREMB. Essas informações podem ser atestadas através dos relatórios incluídos no Processo Administrativo de Compra, folhas 06 a 22 do Processo Administrativo de Compra nº 44.497/2025-1.

#### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO**

Existem várias formas de solucionar a necessidade de contratação de perícia médica, cada uma com suas vantagens e desvantagens:

##### **SOLUÇÃO 01 – CONCURSO PÚBLICO**

###### **Descrição:**

- Realização de concurso público para a contratação de médicos peritos como servidores permanentes do Instituto.

###### **Vantagens:**

- Criação de um quadro fixo de peritos, garantindo continuidade e familiaridade com os processos do Instituto;
- Maior controle sobre a qualidade e padronização dos serviços;

###### **Desvantagens:**

- Necessidade estruturação do IPREMB para recepção deste profissional;
- Processo de seleção é longo e burocrático.
- Custos elevados com a remuneração e benefícios dos servidores públicos.

##### **SOLUÇÃO 02 – PARCERIA JUNTO AO MUNICÍPIO DE BETIM**

###### **Descrição:**

Estabelecimento parceria com a Administração direta com a cessão de profissional com a formação exigida para a realização das perícias;



**Vantagens:**

- Compartilhamento de recursos, reduzindo custos.
- Acesso imediato a profissionais experientes.

**Desvantagens:**

- Necessidade estruturação do IPREMB para recepção deste profissional;
- Potencial para conflitos de interesse ou falta de alinhamento de objetivos.
- Necessidade de alocação do servidor cedido ao IPREMB, além de absorção dos custos decorrentes do ônus da cessão;
- Ausência de profissionais no quadro Municipal com formação requerida;
- Sendo o servidor cedido concursado, haveria os mesmos entraves indicados acima.

### **SOLUÇÃO 03 – TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA**

**Descrição:**

Contratação da mão de obra necessária através de um contrato de Terceirização;

**Vantagens:**

- Repasse da responsabilidade pelo serviço requerido;
- Acesso imediato a profissionais experientes;
- Substituição imediata em caso de necessidade de troca;

**Desvantagens:**

- Necessidade estruturação do IPREMB para recepção deste profissional;
- Necessidade de alocação do profissional terceirizado;
- Morosidade na contratação;
- Gerenciamento de mais um contrato oriundo dessa contratação.



## **SOLUÇÃO 04 – CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS**

### **Descrição:**

Abertura de um processo de Inexigibilidade com a modalidade de contratação através de credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas para atender essa demanda.

### **Vantagens:**

- Menor custo administrativo;
- Contratação sob demanda;
- Possibilidade de contratação de mais de um prestador;
- Igualdade de competição entre os interessados, considerando valor predefinido.

### **Desvantagens:**

- Potencial baixa competitividade devido ao valor pré-fixado que pode ficar rapidamente defasado
- Morosidade na contratação.

## **SOLUÇÃO 05 – CONTRATO DE GESTÃO COM ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

### **Descrição:**

O IPREMB firmaria um compromisso com uma entidade não-estatal qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria para fomento e execução de atividades de interesse social não exclusivas do Estado.

### **Vantagens:**

- Agilidade na contratação;
- Maior flexibilidade na gestão;
- Otimização de recurso público.

### **Desvantagens:**

- Impossibilidade de pagamento sob demanda;
- Fiscalização insuficiente;
- Possível quebra do princípio da isonomia;
- Contratação e execuções precárias.

## **COMPARATIVO ENTRE AS SOLUÇÕES APRESENTADAS**

Baseando-se no apresentado e na análise a seguir, verifica-se que o credenciamento, disposto em SOLUÇÃO 4, trata-se da solução mais viável para a demanda apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, vez que a adoção do procedimento auxiliar de credenciamento permitirá que os serviços sejam prestados conforme a demanda, sem a necessidade de manter vínculos fixos ou contratar profissionais em regime estatutário ou celetista, o que geraria encargos permanentes. Essa flexibilidade é essencial em áreas como a perícia médica, cuja demanda pode variar significativamente ao longo do tempo.

Além disso, ao eliminar a necessidade de novo procedimento licitatório a cada contratação, o credenciamento acelera a prestação do serviço, favorecendo decisões mais céleres e diminuindo o tempo de espera dos segurados o que é positivo para os que aguardam, como para a Administração direta que possuem interesse em aposentar seus servidores.

Diferente das SOLUÇÕES 1, 2 e 3, a Administração remunera apenas os serviços efetivamente prestados. Não há custo com inatividade ou ociosidade. Além disso, o modelo evita a judicialização decorrente de atrasos ou negativas de atendimento, contribuindo com a redução de litígios e passivos judiciais.

No caso da SOLUÇÃO 1, a realização do Concurso público demandaria, por exemplo, a alteração da Legislação que cria o Plano de Cargos e Carreiras do Instituto de Previdência Social do Município de Betim –

IPREMB ao qual, após passar por reforma Administrativa não previu a criação do cargo em questão.

Além disso, um servidor contratado para isso seria oneroso, vez que, se comparado o possível valor de remuneração inicial de um médico, conforme indicado em Legislação Municipal, a título demonstrativo, ultrapassa o valor pago anualmente ao Perito Credenciado do IPREMB.

Hipoteticamente, a contratação de um médico, nos mesmos padrões de vencimento do Município de Betim, teria como valor inicial de tabela:

REF.: JANEIRO/2025 - Aplica a incorporação prevista nos Artigos 7º e 8º da Lei nº. 7.500, de 06 de abril de 2024.							
GRUPOS	NIVEIS	PADRÕES DE VENCIMENTO					
		C1	C2	C3	C4	C5	C6
SN	84	10.957,70	11.231,64	11.512,43	11.800,24	12.095,25	12.397,63
	83	9.448,79	9.685,01	9.927,14	10.175,32	10.429,70	10.690,44
	82	8.147,67	8.351,36	8.560,14	8.774,14	8.993,49	9.218,33
	81	7.025,72	7.201,36	7.381,39	7.565,92	7.755,07	7.948,95
	80	6.058,26	6.209,72	6.364,96	6.524,08	6.687,18	6.854,36
	79	5.224,02	5.354,62	5.488,49	5.625,70	5.766,34	5.910,50
Arquiteto da Saúde, Engenheiro Clínico, Engenheiro de Segurança do Trabalho (20 horas semanais), Técnico em Contabilidade da Saúde (40 horas semanais).							
GRUPOS	NIVEIS	PADRÕES DE VENCIMENTO					
		C1	C2	C3	C4	C5	C6
SM	78	10.501,60	10.764,14	11.033,24	11.309,07	11.591,80	11.881,60
	77	9.055,49	9.281,88	9.513,93	9.751,78	9.995,57	10.245,46
	76	7.808,52	8.003,73	8.203,82	8.408,92	8.619,14	8.834,62
	75	6.733,27	6.901,60	7.074,14	7.250,99	7.432,26	7.618,07
	74	5.806,08	5.951,23	6.100,01	6.252,51	6.408,82	6.569,04
	73	5.006,57	5.131,73	5.260,02	5.391,52	5.526,31	5.664,47
Epidemiólogo, Sanitarista (20 horas semanais), Enfermeiro do Trabalho, Médico, Médico Anestesiista, Médico Cardiologista, Médico Cirurgião Geral, Médico Cirurgião Pediátrico, Médico Cirurgião Torácico, Médico Cirurgião Vascular, Médico do Trabalho, Médico Endoscopista, Médico Gastroenterologista, Médico Gineco-Obstetra, Médico Intensivista, Médico Intensivista Infantil, Médico Mastologista, Médico Neonatologista, Médico Neurocirurgião, Médico Neurologista, Médico Ortopedista, Médico Pediatra, Médico Psiquiatra, Médico Radiologista, Médico Ultrassonografista, Sanitarista. (24 horas semanais).							

Em caso de contratação de somente um profissional, o gasto anual seria o de **R\$ 65.085,41** por ano. Isso contando com o fato de que seria contratado somente um profissional e cuja ausência, em caso de licenças e afastamentos, não seria suprida paralisando o serviço. Dessa forma, seria necessária a contratação de, pelo menos 02 (dois profissionais) que ficaria no importe de **R\$ 130.170,82** anuais.

PROJEÇÃO DE VALOR - MÉDICO PERITO	
INICIO DE CARREIRA	SM C1 73
	VENCIMENTO

JAN.	R\$	5.006,57
FEV.	R\$	5.006,57
MAR	R\$	5.006,57
ABR	R\$	5.006,57
MAI	R\$	5.006,57
JUN	R\$	5.006,57
JUL	R\$	5.006,57
AGO	R\$	5.006,57
SET	R\$	5.006,57
OUT	R\$	5.006,57
NOV	R\$	5.006,57
DEZ	R\$	5.006,57
13º	R\$	5.006,57
VALOR TOTAL ANUAL	R\$	65.085,41
DOIS PROFISSIONAIS	R\$	130.170,82

Além disso, esse valor corresponde a profissionais em início de carreira. Ao final da vida funcional, esses servidores, se não houver nenhum reajuste ou evolução de tabela podem custar, no mínimo o importe de **R\$ 525.166,72**, por ano, com o acréscimo no vencimento das verbas de progressão de tabela, como quinquênio e trintenário.

PROJEÇÃO DE VALOR - MÉDICO PERITO				
FINAL DE CARREIRA	SM C6 78			
	VENCIMENTO	60 % QUIN.	10 % TRINT.	TOTAL
JAN.	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
FEV.	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
MAR	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
ABR	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
MAI	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
JUN	R\$	R\$	R\$	R\$

	11.881,60	7.128,96	1.188,16	20.198,72
JUL	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
AGO	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
SET	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
OUT	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
NOV	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
DEZ	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
13º	R\$ 11.881,60	R\$ 7.128,96	R\$ 1.188,16	R\$ 20.198,72
			TOTAL ANUAL	R\$ 262.583,36
			DOIS PROF.	R\$ 525.166,72

Em raciocínio parecido, percebe-se o alto custo de contratação de servidores, conforme o apresentado em SOLUÇÃO 02 ou 03 que, mesmo não constando com os servidores no quadro fixo permanente, a permanência de responsável por isso, seja cedido ou terceirizado apresentaria um alto custo pela permanência devido ao alto valor remuneratório desses profissionais.

Para se ter uma ideia, no de 2024 em sede do Contrato IPB nº 0001/2020 – PAC IPB Nº 0007/2019, foi gasto o importe de **R\$ 44.610,00** para pagamento do serviço de perícia credenciado, valor esse inferior ao que seria despendido em caso de contratações dispostas em SOLUÇÃO 1, 2 ou 3 , como verifica-se na relação de Ordem de fornecimento realizadas no ano de 2024.

**ARES**  
GESTÃO ADMINISTRATIVA

Relatório Básico • Consulta Reserva • Gestão de Contratos • Relatórios • Selecionar Módulo • Sair

**MANUTENÇÃO DE ORDEM DE FORNECIMENTO**

Parâmetros de Pesquisa  
Ordem de Fornecimento:  /   
Origem:   
Contrato/Ano Inicial:  /   
Contrato/Ano Final:  /   
Contratado:  CPF/CNPJ:

Concluída ☐ Em Elaboração ☐ Emitida ☐ Recebida ☐ Cancelada ☐

Número	Ano	Data	Contrato/Processo/Ata	Fornecedor	CPF/CNPJ	Secretaria	Origem	Total					
7	2024	11/12/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	7.500,00					
6	2024	04/11/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	10.200,00					
5	2024	09/08/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	4.200,00					
4	2024	09/07/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	5.400,00					
3	2024	07/06/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	9.600,00					
2	2024	06/05/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	5.700,00					
1	2024	03/04/2024	IPB0001/2020	SINGULAR PERÍCIAS E CONSULTORIAS EM MEDICINA DO TRABALHO	16958356000172	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BETIM - IPREMB	Contrato	11.010,00					

Além disso, um perito contratado trabalharia sob demanda que, especificamente, este ano encontra-se alta devido à necessidade de revisão de todo o conjunto de Processos por incapacidade permanente, mas que, após regularização levará a uma robusta redução do valor dos serviços, o que não ocorre com o servidor concursado que, indiferente de demanda deverá ser pago.

Um outro aspecto a ser observado, se comparadas as soluções, seria a necessidade de disponibilização de estrutura própria dentro do IPREMB para a realização das perícias, isso elevaria o custo, pois demandaria a locação de mais espaço físico para a realização das atividades.

O simples fato de opção de soluções que impliquem estruturação de espaço para cumprimento da demanda mostra-se contraproducente, vez que demandará compras complementares o que implicará em possíveis procedimentos licitatórios ou compras através de dispensa, para estruturação desses espaços novos, o que não ocorre no caso da SOLUÇÃO 04, vez que caberia ao Credenciado preocupar-se com a questão de espaço.

Já em relação à SOLUÇÃO 5, todos os gastos diretos e indiretos seriam abraçados pelo contrato de gestão, o que não se demonstra como solução



a ser considerada em razão de histórico do próprio Instituto que manteve um contrato de Gestão com organização de sociedade civil sem fins lucrativos.

Embora, a priori, fosse demonstrada como uma solução mais prática, à longo prazo, o contrato de gestão não somente foi uma solução mais onerosa, nas contratações que ele abarcava, como viabilizou contratações precárias e problemáticas.

Dessa forma, a SOLUÇÃO 5 foi impensada em decorrência dos transtornos causados ao IPREMB ao ponto de o contrato ser descontinuado por vícios que culminaram na anulação de todo ato administrativo envolvido na demanda.

Por último, destaca-se que as SOLUÇÕES 01 e 02 apresentam o risco de alta rotatividade de médicos efetivos ou mesmo vacância dos cargos, o que poderia ocorrer tanto no caso de realização de concurso público, quanto na cessão de médico da Prefeitura para o IPREMB, o que demandaria o reinício do processo para suprir a vaga, o que representaria perda de eficiência no serviço público.

Com relação à SOLUÇÃO 02, a cessão de médico dificilmente ocorreria, pois desfalcaria o quadro da Prefeitura. Além disso, é possível que não haja profissionais especializados em matérias previdenciárias.

Dessa forma, promovendo um comparativo entre as soluções apresentadas, verifica-se que a **SOLUÇÃO 4** é inequivocamente a solução que atenderá às necessidade do IPREMB de forma mais eficiente e eficaz, vez que permitia a contratação de todos os que tiverem interesse e que satisfaçam as condições fixadas pelo IPREMB, uma vez que no credenciamento não há relação de exclusão, além de garantir a igualdade de condições entre todos os interessados hábeis a contratar com o IPREMB, pelo preço definido no edital.

### **Viabilidade legal do procedimento:**

A Lei Federal nº 14.133/2021 em seu art. 74, IV, nos traz como possibilidade de contratação, através Inexigibilidade, quando inviável a competição, em especial objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento, o que é o caso a contratação pretendida.

A contratação de uma empresa e/ou profissional especializado através de credenciamento oferece o melhor equilíbrio entre qualidade, custo e flexibilidade. Essa abordagem garante que o IPREMB tenha acesso a serviços de perícia médica de alta qualidade, com capacidade para atender tanto a demanda regular quanto situações extraordinárias. Essa seleção, a luz do que postula o art. 79, inciso I, da 14.133/2021, permite que a Administração pública selecione profissionais ou instituições para prestação de serviços, de forma contínua e não exclusiva.

Quanto à regularidade de realização do procedimento auxiliar de credenciamento para posterior contratação por inexigibilidade, o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, no Processo nº 1107535, decidiu pela sua licitude, em situações excepcionais, como as relatadas no presente caso. Confira-se

No âmbito deste Tribunal de Contas, também entende-se ser possível a contratação de profissionais para a saúde por meio do instituto do credenciamento. É o que se infere do julgamento da Denúncia n. 969.142:

(...) Baseando-me em premissas já assentadas por esta Casa, destaco que vem sendo admitida a contratação, pelos entes públicos, de profissionais para a saúde por meio do instituto do credenciamento, como traçado na Consulta de n. 838582, de minha relatoria, apreciada na Sessão Plenária de 26/10/2011, bem como nas Consultas n. 491187, n. 791229, n. 811980 e n. 812006 que versaram sobre a possibilidade de contratação de médicos por meio de credenciamento, por inexigibilidade de licitação prevista no caput do art. 25 da Lei n. 8.666/93.



De modo semelhante, por meio da Consulta n. 811.980, de relatoria do Conselheiro Antônio Carlos Andrada, este Tribunal manifestou-se pela possibilidade de adoção do sistema de credenciamento pela Administração:

O Município pode realizar sistema de credenciamento de consultas médicas, desde que precedido de procedimento formal de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 5º, caput, c/c o parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.666/93.

Conforme indicado acima, a Lei Municipal nº 7.759 de 28 de março de 2025 não previu a criação do cargo de Médico Perito.

Para a realização do concurso público, inicialmente, seria necessário a criação dos cargos para tanto e, após, a realização de concurso público.

Como mencionado anteriormente, o custo para a contratação do servidor concursado supera em muito o valor que será despendido com a contratação do mesmo serviço por meio do credenciamento.

Conforme demonstrado, a realização de concurso público ou a cessão de servidores para este fim representaria um dispêndio excessivo e desnecessário para a Administração Pública, considerando que a necessidade do IPREMB é a prestação de um serviço de caráter variável, havendo períodos com demandas maiores ou menores.

Além disso, o serviço de perícia é uma atividade contínua e que não pode depender de trâmites administrativos longos, vez que o resultado das análises é crucial para a concessão de benefícios previdenciários.

A Constituição Federal, disciplina princípios os quais a Administração pública deve obedecer como legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Esses princípios são evocados também no art. 5º da Lei de Licitações, a saber:

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da

*moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)*

Nestes termos, considerando o interesse público, eficiência, razoabilidade e economicidade, demonstra-se que para a consecução do serviço de forma imediata, o credenciamento se apresenta como a melhor alternativa para a contratação do objeto, Uma vez que se enquadra nas hipóteses excepcionais admitidas pelo TCE/MG.

## **5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

Para composição do valor estimado para a presente aquisição foi feito levantamento dos valores praticados em mercado, através de média de três fornecedores, consulta a outros RPPS de contratação idêntica, mediana obtida no Painel de Preços do Governo Federal, além de inclusão dos valores da última contratação IPB nº 0001/2020 – PAC IPB Nº 0007/2019, contrato que se encontrava vigente até o mês de março/2025.

Desses valores foi estipulada uma média aritmética simples, conforme tabela indicativa que nos levou a valor estimado por serviço.

ESTIMATIVA DE VALOR					
LOTE	ITEM	SERVIÇO SOLICITADO	QUANTITATIVO ESTIMADO DE PROCESSOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
LOTE ÚNICO	1	Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física	117	R\$ 470,65	R\$ 55.066,05
	2	Atestação de invalidez de dependentes	1	R\$ 522,08	R\$ 522,08
	3	Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	226	R\$ 513,57	R\$ 116.066,82
	4	Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido	12	R\$ 566,49	R\$ 6.797,88
	5	Análise de laudos de aposentadorias e pensões passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB	15	R\$ 452,85	R\$ 6.792,75
	6	Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte	56	R\$ 455,50	R\$ 25.508,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 210.753,58

As memórias de cálculos podem ser verificadas em folhas 24 a 50 do Processo Administrativo de compra nº 44.497/2025-1.

Esse levantamento nos permitiu traçar um valor dentro da realidade apresentada por outros Regimes de Previdência sob o valor estimado foi realizada uma média conforme indicado.

A definição do método para estabelecer o preço de referência para aquisição teve como uso a média dos valores da pesquisa de preços no mercado.

## **6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

O IPREMB precisa de uma solução eficiente para a realização de perícias médicas e o credenciamento surge como uma alternativa viável, oferecendo flexibilidade e eficiência na gestão desses serviços.

O credenciamento médico é um processo pelo qual o Instituto de Previdência estabelece um sistema de registro e aprovação para empresas/médicos peritos interessados em fornecer serviços de perícia. Os profissionais/empresas são avaliados e aceitos para trabalhar conforme a demanda do Instituto, sendo pagos conforme os serviços prestados.

### **Componentes da Solução**

#### **Processo de Credenciamento e requisitos para contratação:**

Serão credenciados pessoas físicas ou jurídicas interessadas na prestação do serviço de perícia indicado acima, cujo responsável pela emissão dos Laudos deverá contar com a seguinte formação:

#### **Qualificação técnica:**

- Formação acadêmica: Curso de Medicina com especialização em Medicina do trabalho ou Perícia Médica, conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024, e registro no Conselho Regional de Medicina – CRM;

#### **Experiência:**

- Será exigida experiência mínima de 01 ano a ser cobrado na fase de habilitação.

#### **Serviços solicitados:**

**Análise médica para Aposentadoria Especial em atividade exercida sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física:**

Realizar análise técnica para aposentadoria especial de servidor público que exerça atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física, em consonância com a Súmula Vinculante nº 33, enquanto não promovida alteração na legislação do Ente, para fins de instrução de processos judiciais e/ou administrativos. A análise será feita observadas o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), a fim de verificar a caracterização e exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV, do Decreto Federal nº 3.048/1999 (Regulamento da Previdência Social) e demais normas aplicáveis conforme a Emenda Constitucional nº 103/2019.

**Atestação de invalidez de dependentes:**

Realizar perícia médica presencial em dependentes do segurado, para fins de inscrição, concessão e/ou revisão de benefícios a dependentes inválidos, elaborando e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4.275/2005.

**Análise periódica para manutenção de aposentadoria por incapacidade premente para o trabalho:**

Realizar reavaliação médica pericial dos aposentados por incapacidade permanente para o trabalho a fim de verificar a permanência da incapacidade laborativa (manutenção) ou restabelecimento da capacidade laborativa (reversão), nos termos da Legislação aplicável.

**Análise periódica para manutenção de pensão por morte para dependente maior inválido:**

Realizar a avaliação médica de modo a avaliar a possível perda da condição de invalidez do dependente, para fins de instrução de processos judiciais e/ou administrativos, e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4275/2005.

### **Análise de laudos de aposentadorias passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB:**

Realizar perícia médica indireta para fins de compensação previdenciária, através da análise documental dos processos sob respectiva responsabilidade no COMPREV, mantendo-se a responsabilidade do profissional que realizou a perícia individual. Permitir o cadastro no sistema de compensação previdenciária como responsável pela realização das análises, nos termos da PORTARIA MPS Nº 1.400, DE 27 DE MAIO DE 2024.

### **Análise Médica de laudos em processos de pensão passíveis de compensação financeira junto ao IPREMB:**

Realizar perícia médica indireta para fins de compensação previdenciária, através da análise documental dos processos sob respectiva responsabilidade no COMPREV, mantendo-se a responsabilidade do profissional que realizou a perícia individual. Permitir o cadastro no sistema de compensação previdenciária como responsável pela realização das análises, nos termos da PORTARIA MPS Nº 1.400, DE 27 DE MAIO DE 2024.

### **Concessão de isenção do Imposto de Renda Retido na Fonte:**

Realizar avaliação médica pericial em procedimentos de caracterização de doenças graves para fins de isenção fiscal – imposto de renda retido na fonte, e emitindo laudo pericial, nos termos da Lei Municipal nº 4275/2005; LEI Nº 11.052, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2004; e LEI Nº 9.250, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1995.

### **Dinâmica de realização das atividades**

Os serviços de perícia médica envolvem:

- Elaborar parecer técnico conclusivo, contendo na sua avaliação



questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada mediante a análise de Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), e de Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);

- Realizar reavaliação médica pericial do aposentado por invalidez permanente e do dependente inválido, para continuidade dos benefícios dos segurados, com periodicidade nos termos da legislação vigente;
- Analisar os requerimentos de compensação previdenciária dentro do sistema COMPREV e emissão de Parecer, referentes aos processos de aposentadoria e pensão, passíveis de Compensação Previdenciária;
- Emissão de Laudo médico para fins de isenção de imposto de renda nas condições exigidas em Legislação vigente;
- Emissão de Laudo conclusivo do dependente inválido para fins de concessão de benefício de pensão por morte;
- Deverá o(a) contratada(o) elaborar parecer técnico conclusivo, contendo na sua avaliação questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada sem a presença do servidor requerente, mediante a análise de seu Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT);
- O parecer médico pericial conclusivo deve conter obrigatoriamente as normas aplicáveis, especificando as legislações com os respectivos artigos, incisos e parágrafos; além de/conter relacionar o local e suas atividades de trabalho; descrição das atividades; demonstração de atividade e contato com agentes nocivos/agentes biológicos; enquadramento por exposição a agentes nocivos/agentes biológicos; comprovação do exercício profissional em condições especiais; conclusão final contendo a descrição do período específico em que o servidor se enquadra ou não no tempo especial. Exemplo: da data de xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx se enquadra, já da data xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx não se enquadra.



- Deverá o(a) contratado(a) elaborar parecer técnico conclusivo que ateste a condição do servidor aposentado por invalidez em procedimento de avaliação periódica, bem como as condições de maior inválido para fins de concessão/manutenção de benefício de pensão por morte para maior inválido;
- Deverá o(a) contratado(a) realizar análise dos requerimento de compensação previdenciária, referente às aposentadorias e pensões, passíveis de COMPREV;
- Deverá o(a) contratado(a) elaborar parecer técnico conclusivo, realizada sem a presença do servidor requerente, através de Laudo médico que ateste a condição ou não de passível de isento de imposto de renda .

**Os processos serão encaminhados da seguinte forma:**

- Mensalmente, em dia estipulado pela contratante, o(a) contratado(a) receberá um lote de até 30 (trinta) processos tendo o prazo máximo de 30 (trinta) dias para devolução na qual serão entregues os Extratos de Laudo Médico ou enviadas as remessas do COMPREV.
- O lote de processos indicados em item será protocolado em Planilha própria com o registro da retirada/recebimento física ou digital sendo cadastrado pela unidade Gestora do contrato;
- A devolução dos processos será registrada em mesmo documento no ato de devolução.
- Em caso de processos analisados e eivados de erro material, o(a) contratante terá o prazo de 10 (dez) dias para encaminhar a via retificada sem custo adicional .

**Local da realização das perícias:**

- As perícias deverão ser realizadas com análise documental, com exceção da atestação do dependente inválido e avaliação para

manutenção dos benefícios por incapacidade permanente para o trabalho que a CONTRATADA deverá disponibilizar local para realização da perícia em localidade dentro do Município de Betim – MG, **cuj a exigência será realizada no ato da assinatura do contrato.**

- O local apresentado pela contratada deverá ter alvará de funcionamento ou, ausência desse, Protocolo de abertura de Processo de licenciamento sanitário.

### **Pagamento:**

O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

### **A fiscalização ocorrerá da seguinte forma:**

A UNIDADE FISCALIZADORA do contrato realizará a fiscalização através de resolução de checklist o qual atestará sobre a execução do serviço conforme a seguir:

#### **1.2 CHECKLIST DE FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO – PERÍCIA MÉDICA (RPPS)**

**Órgão / Entidade:** \_\_\_\_\_

**Contrato nº:** \_\_\_\_\_

**Empresa contratada / Profissional:** \_\_\_\_\_

**Período fiscalizado:** // \_\_\_\_\_ a // \_\_\_\_\_

**Fiscal responsável:** \_\_\_\_\_

---

#### **1.2.1 1. DOCUMENTAÇÃO E REGULARIDADE**

<b>Item</b>	<b>Verificado?</b>	<b>Observações</b>
Contrato assinado e publicado	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Profissional com registro ativo no CRM	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

---

#### **1.2.2 2. INFRAESTRUTURA E CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO**

<b>Item</b>	<b>Verificado?</b>	<b>Observações</b>
Condições sanitárias e de segurança adequadas	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

### 1.2.3 3. CUMPRIMENTO DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

#### Item

Perícias realizadas dentro do prazo

Número de perícias corresponde número de processos enviados

Processos distribuídos de forma igualitária entre os periciados

Laudos entregues com clareza e completude

#### Verificado? Observações

- ☐ Sim  
☐ Não  
☐ Sim  
☐ Não  
☐ Sim  
☐ Não  
☐ Sim  
☐ Não

### 1.2.4

### 1.2.5 4. CONFORMIDADE TÉCNICA DOS LAUDOS

#### Item

Laudo inclui CID e justificativa clínica

Parecer claro quanto à aptidão/incapacidade

Diagnóstico coerente com documentação médica

Laudo assinado pelo Médico/Perito responsável

#### Verificado? Observações

- ☐ Sim ☐ Não  
☐ Sim ☐ Não  
☐ Sim ☐ Não  
☐ Sim ☐ Não

### 1.2.6

### 1.2.7 ☐ RESUMO DA AVALIAÇÃO

#### • Irregularidades encontradas:

---

---

#### • Providências adotadas / Recomendadas:

---

---

#### • Parecer do Fiscal:

- ☐ Serviço plenamente satisfatório  
☐ Serviço com ressalvas  
☐ Serviço insatisfatório

☐ Data: //\_\_\_\_/\_\_\_\_

☐ Assinatura do Fiscal: \_\_\_\_\_

### 7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os serviços apresentados em Lote único tratam-se de um conjunto que deverá ser executado por perito credenciado, com a formação acadêmica demonstrada em item 6, Descrição da solução como um todo. A qualificação acadêmica exigida é suficiente para prestação de todos os serviços apontados no Lote.

Embora o parcelamento busque ampliar as ofertas de credenciados, para este tipo de contratação, não convém o mesmo, pelas razões que seguem.

A Lei Geral de Licitações estabelece que o parcelamento não será adotado quando a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

No contexto de perícias médicas, a contratação via credenciamento, mesmo que por si só permita a atuação de múltiplos profissionais ou empresas, pode visar a uma gestão unificada e padronizada de todas as demandas de perícia. A formalização de um único processo de credenciamento, em vez de vários processos fragmentados por tipo de perícia ou especialidade, pode otimizar a administração, reduzir a burocracia e os custos associados à gestão de múltiplos processos de contratação.

Além disso, a uniformidade de metodologia e padrões de qualidade nas perícias, essencial para a Administração Pública, pode ser mais bem assegurada e monitorada por meio de um sistema de credenciamento abrangente, o que representa uma maior vantagem na contratação.

A Lei ainda prevê que o parcelamento não será adotado quando o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido.

Embora o serviço de perícia médica não seja um "sistema" no sentido físico, a demanda por esse serviço por parte da Administração Pública muitas vezes envolve a necessidade de uma visão sistêmica e integrada das

avaliações. Perícias médicas podem estar interligadas a processos judiciais, administrativos ou políticas públicas que exigem coerência e consistência nas análises e pareceres emitidos.

O parcelamento excessivo poderia levar à falta de padronização, divergências metodológicas entre diferentes peritos contratados e, conseqüentemente, riscos à integridade e à credibilidade dos resultados globais das perícias. A descontinuidade ou inconsistência das análises poderia comprometer decisões administrativas ou judiciais, configurando um risco ao conjunto do objeto pretendido.

Em resumo, a justificativa para o não parcelamento na contratação de serviço de perícia médica por credenciamento reside na busca por eficiência administrativa, uniformidade de padrões, economia na gestão de múltiplos contratos e na necessidade de um enfoque integrado que minimize riscos à qualidade e à consistência das avaliações periciais. Isso assegura que, mesmo com a possibilidade de contratar diversos profissionais credenciados, o processo de contratação em si não seja desnecessariamente fragmentado, garantindo um resultado mais vantajoso para a Administração Pública.

Quanto ao risco de cerceamento de competitividade em decorrência do não parcelamento, verifica-se por este estudo que esse fato não prospera, uma vez que não somente a prática para esse tipo de contratação junto aos outros RPPS demonstra que o serviço é contratado sem fracionamento, como é possível verificar que o mercado é capaz de assumir também a aludida demanda.

Conforme levantamento de mercado, contido em fls. 24 a 50 do Processo Administrativo de compra nº 44.497/2025-1, bem como demonstrativo de outros RPPS, podemos demonstrar que as empresas cotadas assumem a possibilidade de atendimento a todas as demandas elencadas no Lote único, bem como os outros RPPS contratam de maneira similar não promovendo o fracionamento parcelamento da contratação.

Portanto, diante da viabilidade legal e a prática adotada por mercado e outros RPPS, optou-se pelo não fracionamento.

#### **8. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Pretende-se com a contratação do serviço de Perícia médica viabilizar o cumprimento do exigido pela Legislação previdenciária e Legislação Federal sobre Imposto de renda que exigem, para comprovação de cumprimento de requisitos para concessão de benefício ou isenção de Imposto de Renda, a apresentação de Laudo pericial.

Dessa forma, por se tratar de uma demanda de natureza compulsória ao RPPS, seria impossível o trâmite processual sem a contratação de um responsável pela emissão de Laudo médico pericial.

A contratação, através de Credenciamento, permitirá que as perícias sejam realizadas de forma ágil, vez que, com a possibilidade de contratação de mais de um credenciado, é possível prever uma entrega antecipada. De forma prática, isso gera celeridade aos processos envolvidos que, na dependência do Laudo pericial, paralisam.

Além disso, essa modalidade, à longo prazo, gerará economicidade ao IPREMB na medida que o serviço contratado é menos oneroso que a contratação de profissional em quadro fixo, bem como, por se tratar de serviço sob demanda o pagamento só ocorrerá na eminência dessa.

#### **9. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Não serão necessárias providências nesta etapa.

#### **10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Não se aplica.

## 11. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

Não se aplica.

## 12. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

Pelo discriminado detalhadamente neste Estudo, verifica-se a contratação viável e dentro dos parâmetros legais.

Betim, 17 de julho de 2025.

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
<hr/> Vânia Amorim de Deus <b>Matrícula: 0540380-4</b>	<hr/> João Pedro Rodrigues de Oliveira Pinto <b>Matrícula: 0542453-1</b>
Betim, 17 de julho de 2025.	Betim, 17 de julho de 2025.





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 001/2024 IPRESP**

**Processo Administrativo nº 003/2024 IPRESP - Dispensa Eletrônica nº 001/2024 IPRESP**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PERICIAIS A SEREM REALIZADOS EM SERVIDORES PÚBLICOS, EX-SERVIDORES E SEUS DEPENDENTES VINCULADOS AO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – IPRESP, PARA FINS DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, APOSENTADORIA ESPECIAL POR EXPOSIÇÃO A AGENTES NOCIVOS, APOSENTADORIA ESPECIAL DO SERVIDOR COM DEFICIÊNCIA, PENSÃO POR MORTE, CONSTATAÇÃO DE DOENÇA GRAVE PARA EFEITO DE ISENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA E ANÁLISE DE ENQUADRAMENTO DE REQUERIMENTO DO COMPREV, CONFORME CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

Aos trinta dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, o MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 83.102.335/0001-48, por meio do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – IPRESP, inscrito no CNPJ/MF sob o 19.445.390/0001-31, nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente à matéria e o Decreto Municipal nº 616/2023, além das demais disposições legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas na Dispensa Eletrônica nº 001/2024, RESOLVE registrar os valores oferecidos para futura contratação de empresa para prestação de serviços médicos periciais a serem realizados em servidores públicos, ex-servidores e seus dependentes vinculados ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – IPRESP, para fins de aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, aposentadoria especial do servidor com deficiência, pensão por morte, constatação de doença grave para efeito de isenção de Imposto de Renda e análise de enquadramento de requerimento do COMPREV, pelo período de 1 (um) ano, conforme informações constantes no Edital e seu anexo I – Termo de Referência da referida Dispensa, que passa a fazer parte desta Ata, tendo sido, os referidos valores, oferecidos pelas empresas cujas propostas foram classificadas no certame. Presentes às empresas e seus representantes:

Participantes	CPF/CNPJ
D'AQUINO & D'AQUINO ASSISTENCIA MEDICA LTDA	07.521.608/0001-00
CLINICA BOGO & GALINDO LTDA	08.563.034/0001-04
CLINIMED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA	24.066.112/0001-03

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

**1.1** A presente Ata tem por objeto o registro de preço para futura contratação de empresa para prestação de serviços médicos periciais a serem realizados em servidores públicos, ex-servidores e seus dependentes vinculados ao INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS – IPRESP, para fins de aposentadoria por invalidez, aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, aposentadoria especial do servidor com deficiência, pensão por morte, constatação de doença grave para efeito de isenção de Imposto de Renda e análise de enquadramento de requerimento do COMPREV, em um prazo que se estende por 1 (um) ano a partir da assinatura da presente Ata, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo estimados:

Fornecedor: CLINIMED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME(24.066.112/0001-03)						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor	
					Unitário	Total
1	Perícia para aposentadoria por invalidez/readaptação. Quantitativo de médicos por serviço: no mínimo 2 (dois), compondo uma junta médica, sendo um médico do trabalho e um especialista na área.		UN	20	R\$ 750,00	R\$ 15.000,00
2	Laudo de Invalidez na concessão de Pensão por Morte para dependentes inválidos ou incapazes. Quantitativo de médicos por serviço: no mínimo 2 (dois), compondo uma junta médica, sendo um médico do trabalho e um especialista na área		UN	5	R\$ 750,00	R\$ 3.750,00
3	Análise de enquadramento do requerimento de compensação previdenciária que envolvem aposentadoria por invalidez ou incapacidade, através de sistema disponibilizado pelo órgão competente. Quantitativo de médicos por serviço: 1 (um) médico do trabalho.		UN	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00
4	Perícia para aposentadoria especial por agentes nocivos - Avaliação para reconhecimento de tempo exercido sob condições especiais prejudiciais à saúde ou a integridade física através da análise do PPP e LTCAT com emissão de parecer médico pericial conclusivo, nos termos da legislação vigente. Quantitativo de médicos por serviço: 1 (um) médico do trabalho.		UN	20	R\$ 550,00	R\$ 11.000,00
5	Perícia para Aposentadoria Especial de servidor com deficiência. Quantitativo de médicos por serviço: 1 (um)		UN	10	R\$ 550,00	R\$ 5.500,00



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

	médico do trabalho + equipe multiprofissional e interdisciplinar).					
6	Perícia para constatação de doença grave para efeito de Isenção de Imposto de Renda. Quantitativo de médicos peritos por serviço: 1 (um) médico do trabalho.		UN	15	R\$ 550,00	R\$ 8.250,00
Total do Fornecedor:						R\$ 49.000,00
Total Geral dos Itens:						R\$ 49.000,00

**1.2** CONSUMO MÉDIO: O valor estimado para a citada aquisição/contratação é de **R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais)**.

**1.3** Os valores com os preços registrados encontram-se na proposta anexa à presente Ata.

**1.4** Os serviços deverão ser prestados de acordo com prazo e as especificações técnicas exigidas.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**2.1** A presente Ata terá validade de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada, desde que comprovado o preço vantajoso.

**2.2** A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

**2.3** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a contratar o objeto referido na Cláusula I exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1** O gerenciamento deste instrumento caberá à Assessoria Administrativa de Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

**3.2** Caberá ao órgão gerenciador promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**4.1** O objeto deverá ser cumprido independente das quantidades solicitadas, conforme a necessidade e solicitação expedida pelo setor requisitante, mediante emissão de Ordem de Compra/Nota de Empenho emitida pelo



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

departamento de compras.

**4.2** As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento/serviço, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

**4.3** As aquisições registradas neste instrumento serão efetuadas através de Nota de Empenho emitida pelo Departamento de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras/SC, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

**4.4** A Ordem de Compras/Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar seu recebimento.

**4.5** O fornecedor/contratado deverá dispor de materiais/serviços, equipamentos e pessoal necessários para execução/fornecimento do objeto.

**4.6** Os produtos e/ou serviços deverão ser disponibilizados de acordo com a necessidade da contratante.

**4.7** Todo o fornecimento deverá ser feito com emissão de nota fiscal, especificando o serviço, o produto, os quantitativos, valor unitário e total.

**4.8** No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder a cópia dos procedimentos normativos constantes no edital.

**4.9 Especificações sobre o serviço contratados:**

**I. Aposentadoria por invalidez**

**a)** A perícia médica para aposentadoria por invalidez consiste em avaliação técnica do estado clínico do servidor público municipal que, estando ou não em fruição de licença, for considerado incapaz e insusceptível de readaptação para o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual foi provido, ensejando o pagamento de proventos a esse título enquanto permanecer nessa condição.

**b)** Após acurada análise, os médicos elaborarão relatório circunstanciado descrevendo a origem provável da doença, se ela é preexistente ao ingresso do segurado na Prefeitura Municipal de Balneário Piçarras. Sendo preexistente, informar se seu agravamento se deu em razão da doença ou de fatores externos relacionados ou não com a prestação dos serviços. Em qualquer situação, descrever minuciosamente seu avanço até que tenha culminado com a incapacidade total ou parcial e permanente para o trabalho. No caso de incapacidade parcial, informar se ela é temporária ou permanente e sendo temporária, o prazo estimado para recuperação. No caso de incapacidade parcial permanente, informar as limitações do examinado, bem como, as restrições a que estaria sujeito para execução do labor sem necessidade de aposentação.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

- c) O laudo há que contemplar também, se a invalidez foi causada por acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável. Em quaisquer casos, descrever a origem e o desenvolvimento da doença de acordo com laudos apresentados até a data da avaliação pericial para constatação da invalidez ou não.
- d) Para efeito de avaliação médico pericial para aposentadoria por invalidez permanente, considera-se doença grave, contagiosa ou incurável, a tuberculose ativa, a hanseníase, a alienação mental, a neoplasia maligna, a cegueira, a paralisia irreversível e incapacitante, a cardiopatia grave, a doença de Parkinson, a espondiloartrose anquilosante, a nefropatia grave, o estado avançado da doença de Paget (osteíte deformante), a síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS, a contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada, a hepatopatia, bem como outras doenças especificadas na legislação do Regime Geral de Previdência Social – RGPS.
- e) Para composição da junta médica que avaliará a condição clínica do examinado, preferencialmente, um de seus dois integrantes será especialista na enfermidade preponderante que teria motivado o exame. A junta será composta por pelo menos um médico do trabalho e um especialista na área.
- f) O laudo médico, a ser preenchido pela junta médica conforme as regras definidas acima pela autarquia, constituirá documento técnico que subsidiará a Autarquia Municipal na formação de juízo quanto à concessão ou não de aposentadoria por invalidez ao segurado avaliado. Serão feitos registros no sistema de informática disponibilizado pelo IPRESP com o conteúdo do resultado da avaliação pericial.
- g) O laudo que constatar a situação do examinado será entregue no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da realização da perícia médica, em arquivo na extensão “.PDF”, assinado digitalmente pelo médico responsável pela perícia ou por todos os componentes da junta médica, quando couber, por e-mail a ser indicado pelo IPRESP e pelo Ente, conforme o caso.

**II. Aposentadoria especial – agentes nocivos**

- a) Algumas categorias profissionais garantem ao segurado o direito à aposentadoria especial devido à exposição prolongada a agentes químicos, físicos e/ou biológicos, sendo confeccionados o LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) e o PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário), documentos estes que também instruirão pedidos de aposentadorias especiais de acordo com essas peculiaridades, cabendo ao médico do trabalho avaliar tais documentos, como também, se for o caso, dirigir-se aos locais ali apontados, a fim de identificar a ocorrência ou não daquelas situações, informando em processo administrativo suas conclusões. Desta forma, deverá ser realizada a avaliação para reconhecimento de tempo exercido sob condições especiais prejudiciais à saúde ou a integridade física através da análise do PPP e LTCAT com emissão de parecer médico pericial conclusivo, nos termos da legislação vigente.

**III. Aposentadoria especial – pessoas com deficiência**



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

a) Avaliação biopsicossocial, elaborada pelo médico do trabalho em conjunto com equipe multiprofissional e interdisciplinar, definindo grau de deficiência do segurado, para fins de obtenção de benefício previdenciário. A avaliação será fundamentada no relatório médico e social por meio de atendimento presencial. Serão avaliados os segurados com deficiência que ingressarem com pedido visando a obtenção de aposentadoria especial, devendo o perito, de acordo com a avaliação efetuada, fixar a data provável da deficiência e seu grau, no correspondente período de filiação ao Regime Próprio de Previdência deste município e de exercício de suas atribuições na condição de servidor público com deficiência, identificando variações de grau e seus respectivos períodos para confecção de laudo minucioso acerca da condição pessoal do segurado para melhor enquadramento no tempo para a aposentação.

**IV. Avaliação doenças graves – isenção de imposto de renda**

**4.10** O médico do trabalho avaliará também as condições de saúde daqueles segurados enquadrados no art. 6º, XIV, da Lei Federal 7713/88, portadores de moléstias graves, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome da imunodeficiência adquirida, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria, que ingressarem com pedido para isenção de desconto de Imposto de Renda, confeccionando o respectivo laudo e informando se a doença é passível de controle ou não, bem como o prazo de validade do laudo.

**V. Avaliação dependentes inválidos – pensão por morte**

a) Por fim, o presente Termo de Referência abrange também aquelas situações em que os segurados possuem dependentes inválidos ou incapazes, que passarão por avaliação médico pericial a fim de apurar a origem e a causa da invalidez, bem como a data de início, se a invalidez é total ou parcial, temporária ou permanente, elaborando o respectivo laudo pericial. A avaliação deverá ser realizada por uma junta médica composta de no mínimo, um médico do trabalho e um especialista na área.

**VI. Atuação em juízo**

a) Podem ocorrer situações em que os segurados optem por ingressar com demandas judiciais para ver reconhecido os seus direitos. Em alguns casos, haverá necessidade de atuação do médico do trabalho/perito para funcionar no processo como assistente técnico do IPRESP ou da Prefeitura, elaborando laudos para serem avaliados em juízo, como também, podem ser solicitados na seara administrativa a auxiliarem a defesa técnica do IPRESP ou da Prefeitura, na elaboração de quesitos a serem respondidos pelo perito judicial, contestação de laudos judiciais, elaboração de laudos complementares, impugnação de laudos judiciais e acompanhamento de perícias em juízo.



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

- a) A execução das atividades ora contratadas deverá ser realizada por profissional habilitado, clínica ou empresa médica. Para tanto a empresa deve ter em seu quadro funcional Médico do Trabalho devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina (CRM) e Registro de Qualificação da Especialização (RQE) em medicina do trabalho.

**4.11 Do local de realização da perícia:**

Os serviços serão executados de acordo com os critérios definidos pelo IPRESP:

- a) Em local adequado disponibilizado pela Contratada para esse fim;
- b) Onde o labor foi realizado para efeito de constatação ou não de agentes nocivos em situações que envolvam manifestação sobre o LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho);
- c) Em local a ser definido em juízo, no caso de participação em processos judiciais;
- d) Havendo necessidade, a perícia será realizada em hospitais ou residências e congêneres.
- e) Para a execução dos serviços a contratada deverá disponibilizar local sediado no Município de Balneário Piçarras, podendo se utilizar de espaços conveniados com clínicas e empresas instaladas no Município de Balneário Piçarras.
- f) A contratada deverá ter local sediado no município de Balneário Piçarras ou a uma distância máxima de 15 km da sede do Executivo Municipal. Caso a sede da empresa não esteja compreendida nos locais descritos acima, a mesma deverá providenciar a implantação de uma filial, em até 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura da Ata de Registro de Preços. Nos primeiros 45 (quarenta e cinco) dias, a contratada poderá realizar o serviço em sua sede, sendo de sua responsabilidade os custos com transporte dos pacientes até a clínica. Ressalta-se que nada impede que outros fornecedores, que não possuem sede no município, participem do certame, desde que assumam o custo decorrente do deslocamento dos servidores.

**4.12 Tempo médio e atendimento da perícia:**

- a) 12 (doze) minutos para perícia visando isenção de desconto em imposto de renda.
- b) 30 (trinta) minutos para perícias em dependentes inválidos de segurados, bem como em segurados com deficiência pleiteando aposentadorias especiais.
- c) 30 (trinta) minutos, para aposentadoria por invalidez.
- d) Levar-se-á sempre em consideração o tempo destinado a anamnese do segurado, avaliação de exames e relatórios médicos apresentados, bem como, a interface entre os membros da junta para o caso de aposentadoria por invalidez.
- e) O tempo médio de espera não poderá exceder 20 (vinte) minutos.
- f) O médico contratado apenas iniciará seu atendimento após instruído pela autarquia, procedimento que visa a uniformizar o atendimento médico pericial e detalhar as diretrizes, normas e procedimentos do órgão.

**4.13 Cumprir na íntegra o Termo de Referência anexo ao Edital de Dispensa Eletrônica nº 001/2024 IPRESP.**





**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

**5.1** Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a)** Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b)** Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c)** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**5.2** São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

- I.** Executar o fornecimento dentro dos padrões de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I do Edital – Termo de Referência, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II.** Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV.** Dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento e qualidade do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V.** Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI.** A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII.** Comunicar imediatamente à Prefeitura qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX.** Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

- X.** Indenizar terceiros e/ou a PREFEITURA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI.** Não transferirem a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;
- XII.** Executar fielmente o objeto do processo e cumprir todas as orientações do Contratante para o fiel desempenho da execução do serviço contratado;
- XIII.** Comunicar ao Contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução do objeto deste processo, bem como a iminência de fatos que possam prejudicar a sua perfeita execução, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pelo Contratante;
- XIV.** Manter a proposta ofertada na licitação, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, salvo ocorrência de fato superveniente devidamente comprovado.
- XV.** Manter seus empregados identificados por crachá e uniforme quando da prestação dos serviços nos locais indicados pela Contratante, devendo substituir imediatamente, qualquer um deles caso seja considerado inconveniente pela Administração;
- XVI.** Cumprir diretamente este Termo, ficando vedada a subcontratação de outra empresa para execução das atividades objeto desta Ata, salvo expressa autorização da Contratante, depois de fundamentada solicitação apresentada pela Contratada.
- XVII.** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização por parte da Contratante, em hipótese alguma eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto à execução dos serviços e dos danos advindos desses.
- XVIII.** A Contratante rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento do objeto executado em desacordo com o contrato;
- XIX.** A contratada será responsável pelos danos causados diretamente ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.
- XX.** A contratada será responsável por todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente (despesas com combustível, manutenção de ferramentas).

**CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR**

**6.1** São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- a)** Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

- b)** Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo a PREFEITURA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- c)** Todas e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a PREFEITURA por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas a PREFEITURA, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente;
- d)** Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive materiais, mão-de-obra, locomoção, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas, comerciais e outras decorrentes da execução dos serviços, sem qualquer relação de solidariedade ou subsidiariedade com a Contratante;
- e)** Manter durante o período de execução dos serviços contratados, as condições de regularidade solicitadas quando da fase de habilitação;
- f)** Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pelo Contratante na prestação dos serviços.
- g)** É de responsabilidade da empresa fornecedora a entrega dos produtos até o local que será determinado pela responsável. No caso de o fornecedor oficial contratar um prestador de serviços para a entrega dos produtos, será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes no edital

**6.2** O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

**CLÁUSULA SETIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** A CONTRATANTE obriga-se a:

- a)** Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços
- b)** Efetuar os pagamentos devidos, nas condições pactuadas;
- c)** Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/serviços;
- d)** Permitir ao pessoal do contratado, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- e)** O Município não será responsável por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação trabalhista,



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

tributárias ou securitárias decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à FORNECEDORA.

**7.2** Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

**7.3** O objeto desde termo deverá ser fiscalizado e conferido por servidor designado pela Contratante.

**7.4** A gestão e fiscalização serão efetuadas pelos servidores:

- a)** Gestor(a) do(a) Contrato/Ata de Registro de Preços IPRESP: Rosani Cesário Pereira, Presidente do IPRESP;
- b)** Fiscal do(a) Contrato/Ata de Registro de Preços IPRESP: Renan Luis de Souza, Analista Previdenciário de Benefícios.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO**

**8.1** A CONTRATANTE efetuará o pagamento ao FORNECEDOR, conforme a entrega dos produtos, em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Compra/Empenho, além de documentos comprobatórios contemplando detalhadamente todos os serviços realizados e/ou produtos entregues, incluindo registro fotográfico no que couber, comprovando a execução do objeto, atestado pelo fiscal de contrato e anuído pelo gestor da secretaria requisitante, visando cumprir com o previsto no Art. 63 de Lei Federal nº 4.320/64, na Instrução Normativa N.TC0020/2015 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, bem como a Instrução Normativa 001/2021 da Controladoria Geral do Município de Balneário Piçarras.

**8.2** A CONTRATANTE reserva-se o direito de somente efetuar o pagamento ao fornecedor quando este houver cumprido a entrega da totalidade dos produtos que foram solicitados na ocasião, dentro das condições anteriormente citadas, mediante Ordem de Compra/Empenho.

**8.3** Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

**8.4** Para cada Autorização de Fornecimento/Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

**8.5** Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

**8.6** Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

**CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

**9.1** O reajuste dos preços registrados encontra-se suspenso até disciplinamento diverso oriundo de legislação federal e nas condições desta. Assim, os preços permanecerão, em regra, invariáveis pelo período de 1 (um) ano.

**9.1.1** A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico-financeiro, por meio de planilha de custos demonstrativa da majoração e após ampla pesquisa de mercado.

**9.1.2** Para a concessão da revisão dos preços, a empresa deverá comunicar o Município de Balneário Piçarras à variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado de revisão do preço registrado, anexando documentos comprobatórios da majoração e/ou planilha de custos.

**9.1.3** A revisão pode abranger período anterior à protocolização do pedido na via administrativa, desde que o contratado comprove que a solicitação se refere ao período compreendido entre a data da ocorrência dos fatos supervenientes previstos no art. 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/21, e da época da proposta ou do último reajuste ou reequilíbrio, e que o requerimento seja feito em tempo razoável, tão logo toda a documentação pertinente seja reunida pelo interessado na revisão.

**9.2** O Município de Balneário Piçarras terá o prazo de 30 (trinta) dias para análise dos pedidos de revisão recebidos.

**9.2.1** O Fornecedor obrigará-se a realizar as entregas pelo preço registrado, caso o pedido de revisão seja julgado improcedente.

**9.3** Se o preço inicialmente registrado se tornar superior ao praticado no mercado, o Município de Balneário Piçarras negociará com o Fornecedor sua redução.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**10.1** A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada nos seguintes casos:

**10.1.1** Quando o fornecedor:

- I** Descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II** Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III** Não aceitar reduzir o preço de contrato decorrente da ata, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- IV** Sofrer as sanções previstas nos incisos III ou IV, do caput, do artigo 156, da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- V** Não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

**10.1.2** Ou por razões de interesse públicas devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Balneário Piçarras.

**10.1.3 Pelo Fornecedor:**

**VII.** Mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;

**VIII.** Mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, decorrentes de caso fortuito ou força maior.

**10.1.4** Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com Aviso de Recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

**10.1.5** A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Balneário Piçarras, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

**10.1.6** Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.**

**11.1** Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a)** Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b)** As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução do objeto.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES**

**12.1** Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, o fornecedor que:

**12.1.1** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

**12.1.2** Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**12.1.3** Dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

**12.1.4** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

**12.1.5** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

**12.1.6** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

**12.1.7** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

- 12.1.8** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.1.9** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 12.2** A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1** Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;
- 12.2.2** Multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplimento, observado o limite de 30% (trinta por cento);
- 12.2.3** Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Guaramirim, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 12.2.4** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 12.2.5** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 12.3** Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.
- 12.4** O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado com a proposta, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

- 13.1** As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias do exercício de **2024/2025**.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 14.1** As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
- I.** Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.
- II.** Integram esta Ata, o Edital de **Dispensa Eletrônica nº 001/2024 IPRESP**, seus anexos e as propostas das empresas classificadas.
- III.** As partes, bem como as testemunhas, admitem como válida a assinatura do presente instrumento contratual em forma eletrônica, utilizando sistema eletrônico com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a sua autoria e a





ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

integridade deste documento, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

**IV.** O fornecedor deverá, obrigatoriamente, assinar digitalmente com certificação pelo ICP Brasil, todos os documentos decorrentes do processo licitatório, tais como as Atas de Registro de Preços, Contratos e/ou Aditivos e demais. Atendendo dispositivos da Lei nº 14.063/2020 e Decreto Municipal 047/20221.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

**15.1** As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da PREFEITURA.

Balneário Piçarras/SC, 30 de julho de 2024.

**CLINIMED SAUDE E SEGURANCA DO TRABALHO LTDA - ME**  
Detentora da Ata/Fornecedora

**ROSANI CESÁRIO PEREIRA**  
Gestora

**RENAN LUIS DE SOUZA**  
Fiscal

**MONIQUE GONÇALVES MONTEIRO**  
Testemunha 1

**DEBORAH MARIA DAROLT WILLE**  
Testemunha 2

Obs.: A presente Ata de Registro de Preços encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração



ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
Secretaria de Administração e Gestão Interna  
Departamento de Licitações e Contratos

e Gestão Interna, bem como publicada em Diário Oficial.

**MARCIO DA ROSA**  
Secretário Municipal de Administração e Gestão Interna



**ITAPERABÁ PREVIDÊNCIA - ITAPERABÁ**

**CNPJ 05.156.411/0001-94**

Largo da Palmeira, s/n - Centro - CEP 46.880-000 - Itaperabá - Bahia

Tel. (75) 3251 - 2006

**CONTRATO Nº ITAPERABÁ 017/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ITAPERABÁ 021/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ITAPERABÁ 006/2025

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM A **ITAPERABÁ PREVIDÊNCIA**  
- **ITAPERABÁ** E O PROFISSIONAL MÉDICO **Dr.**  
**JÔNATAS NUNES BULHÕES DOS SANTOS**.

A **ITAPERABÁ PREVIDÊNCIA - ITAPERABÁ**, inscrita no CNPJ sob nº 05.156.411/0001-94, com sede ao Largo da Palmeira s/n - Centro - CEP 46.880-000 - Itaperabá - Bahia, neste ato representado pelo seu presidente, o **Sr. AMAURI DA SILVA MENEZES**, portador de cédula de identidade nº 161250297 - SSP/BA e CPF nº 230.514.005-30, residente e domiciliado à Avenida Lençóis nº 369 – Bairro Independente – CEP 46.880-000 - Itaperabá – Bahia, doravante denominada CONTRATANTE, e, do outro lado, a pessoa física **Dr. JÔNATAS NUNES BULHÕES DOS SANTOS**, brasileiro, Médico, CRM/UF 40712/BA – CPF/MF nº 06501120594 – Carteira de Identidade RG nº 11.587.295-70 SSP/BA – Rua Olavo Bilac nº 130/A – Bairro São João – CEP 46.880-000 – Itaperabá – Bahia, doravante denominado CONTRATADA, resolvem firmar o presente Termo de Contrato, regido no que couber pela Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto nº ITAPERABÁ 001, de 08 de maio de 2023 e pelas cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

O presente contrato tem como objeto as CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA A COMPOSIÇÃO DA JUNTA MÉDICA DA ITAPERABÁ PREVIDÊNCIA - ITAPERABÁ OBJETIVANDO AS ELABORAÇÕES DE PERÍCIAS, EM REGIME DE REGISTRO DE PREÇO, DOS PROCESSOS RELACIONADOS A APOSENTADORIAS POR INVALIDEZ ALUSIVOS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE SE ENCONTRAM EM FASE DE AUXÍLIO DOENÇA.

DESCRIÇÃO	QT	UF	V. UNIT.	V. TOT.
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS, PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DA ITAPERABÁ PREVIDÊNCIA - ITAPERABÁ	25	SV	500,00	12.500,00
VALOR TOTAL ESTIMADO				12.500,00

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

2.1. Pela prestação dos serviços, objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor por perícia executada o correspondente a R\$ 500,00 (Quinhentos Reais).

2.2. O prazo para pagamento será de até 10 (dez) dias contados a partir da entrega da nota fiscal, devidamente atestada e acompanhada das certidões negativas, devendo esta ser apresentada, com o atesto de execução e relatório.

2.3. Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

2.4. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

2.5. Os preços serão fixos e irredutíveis.

2.6. Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

3.1. O prazo de vigência do contrato para prestação do serviço será de até 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura e encerramento no dia 31 de dezembro de 2025.

3.2. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços executados, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

3.3. O acompanhamento e fiscalização do contrato será realizada pelo servidor **IGAYARA ÍNDIO DOS REIS NETO**, Diretor de Seguridade Social, Matrícula n.º 1128.

3.4. A prorrogação poderá ser admitida nos termos do artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, mediante a prévia justificativa da autoridade competente.

Parágrafo Único: É prerrogativa da CONTRATANTE, conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução deste Contrato, bem como de denunciar ou rescindir este instrumento, no caso de paralisação ou de fato relevante superveniente que venha a ocorrer.

## **CLÁUSULA QUARTA - DAS DOTAÇÕES E RECURSOS**

a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento desse exercício financeiro.

b) As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no orçamento da Itaberaba Previdência - ITAPREV, para o exercício de 2025.

c) A dotação relativa ao exercício financeiro subsequente será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES**

### **5.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:**

- a) Disponibilizar as informações e documentos necessários para a realização dos serviços;
- b) Garantir o acesso da contratada às instalações físicas quando necessário;
- c) Realizar o acompanhamento e fiscalização da execução contratual;
- d) Efetuar os pagamentos devidos à contratada conforme os prazos estabelecidos em contrato.

### **5.2. Constituem obrigações da CONTRATADA:**

- a) Disponibilizar equipe de profissionais médicos devidamente registrados e habilitados;
- b) Garantir a emissão de laudos técnicos fundamentados, contendo informações precisas e suficientes para subsidiar as decisões administrativas;
- c) Preservar a confidencialidade de todas as informações acessadas em razão do contrato;
- d) Assegurar acessibilidade a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
- e) Cumprir integralmente a legislação vigente, em especial a Lei nº 14.133/2021, a LGPD e as resoluções do Conselho Federal de Medicina
- f) Responsabilizar-se pela guarda e integridade dos documentos médicos produzidos;
- g) Observar critérios de sustentabilidade, priorizando documentos digitais sempre que possível.

## **CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**6.1.** Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste Contrato, erros ou atraso na prestação do serviço, e quaisquer outras irregularidades, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes sanções:

**6.1.1.** Advertência;

**6.1.2.** Multa de 1% (um por cento), calculada sobre o valor total do contrato, no caso de o contratado não cumprir rigorosamente as exigências contratuais, salvo se por motivo de força maior definido em lei, e reconhecido pela autoridade competente;

**6.2.** A desistência injustificada por qualquer das partes na execução do presente pacto, implicará o pagamento de valor estipulado em 30% (trinta por cento) do valor contratado, devidamente corrigido, mais as despesas que por acaso se façam necessárias para sua cobrança.



**ITABERABA PREVIDÊNCIA - ITAPERV**

**CNPJ 05.156.411/0001-94**

Largo da Palmeira, s/n - Centro - CEP 46.880-000 - Itaberaba - Bahia

Tel. (75) 3251 - 2006

## **CLÁUSULA SÉTIMA - RESCISÃO**

7.1. A Itaberaba Previdência - ITAPERV poderá rescindir unilateralmente o presente termo, se ocorrer alguma das hipóteses previstas no Art. 104, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba qualquer tipo de indenização para contratada.

## **CLÁUSULA OITAVA - DA VINCULAÇÃO**

8.1. O presente pacto vincula-se em sua plenitude aos termos da proposta oferecida pela contratada, bem como ao PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ITAPERV 021/2025 e INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ITAPERV 006/2025, realizado pela contratante, com base nos termos do art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA NONA - DO FORO**

9.1. Eleger-se-á o Foro da Comarca de Itaberaba - Bahia, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para apreciar e dirimir as dúvidas e controvérsias porventura decorrentes da interpretação e execução deste contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES FINAIS**

10.1. Assim havendo ajustados, fizeram imprimir este instrumento em 2 (duas) vias, que são rubricadas em todas as suas folhas e assinadas, a última delas, pelos representantes legais das partes e pelas testemunhas presenciais, para os efeitos jurídicos.

Itaberaba - Bahia, 22 de setembro de 2025.

**ITABERABA PREVIDÊNCIA - ITAPERV - BAHIA**

**AMARI DA SILVA MENEZES**

Presidente

**CONTRATANTE**

**Dr. JÔNATAS NUNES BULHÕES DOS SANTOS**

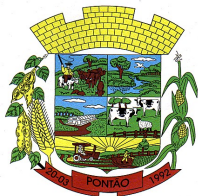
CRM/UF 40712/BA – CPF/MF n.º 06501120594

**CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_

NOME: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 022/2023**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PERITO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS.

**CONTRATADA:** CEMPEAS ASSESSORIA DE RESULTADOS EM SAÚDE LTDA

**CNPJ Nº:** 11.706.457/0001-32

**ENDEREÇO:** Rua Fagundes dos Reis, 428, 204, Bairro Centro, em Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-070.

**VALOR TOTAL:** R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

### **LOCAÇÃO – SERVIÇO OU FORNECIMENTO – RESUMO:**

O presente instrumento de DISPENSA DE LICITAÇÃO tem como objetivo a contratação de Empresa para prestação de Serviços Especializados de Médico Perito, conforme solicitação da Assessoria Jurídica e da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pontão/RS.

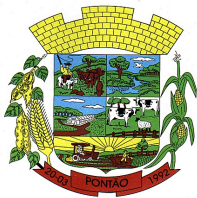
A empresa deverá realizar os seguintes serviços técnicos:

<b>Item</b>	<b>Qtidade/ Unidade</b>	<b>Descrição</b>
<b>01</b>	<b>15 Laudos</b>	<b>Laudo</b> elaborado por Médico Perito com análise de PPP'S (Perfil Profissiográfico Previdência) e LTCAT'S (laudo técnico de condições do ambiente de Trabalho) para opinião acerca da exposição ao agente nocivo, insalubre e/ou risco e possível aposentadoria especial e/ou conversão do tempo de atividade especial em comum (descrevendo a caracterização e enquadramento por agente nocivo indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente à período de atividade, observada legislação pertinente, notadamente os Decretos 1705/2022 e o Decreto 1706/2022). <b>Preço por Laudo em R\$ 1.000,00</b> <b>Preço total: R\$ 15.000,00</b>
<b>02</b>	<b>05 Laudos</b>	<b>Laudo</b> para fins de aposentadoria de invalidez, elaborado por médico perito, verificando a condição de incapacidade total e definida para o exercício de qualquer cargo ou função pública ou possibilidade de realizar processo de reabilitação profissional, observada a legislação pertinente, notadamente a Lei Municipal 556/2007 e suas alterações. <b>Preço por Laudo em R\$ 1.000,00</b> <b>Preço total: R\$ 5.000,00</b>
<b>03</b>	<b>30 Laudos</b>	<b>Laudo de Perícia Médica</b> elaborado por Médico Perito para concessão e manutenção do benefício de licença para tratamento de saúde (auxílio-doença), sendo que a expedição de laudo perícia detalhado ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias contando da data de inspeção, nos termos da Lei 1.196/2021 e suas alterações. <b>Preço por Laudo em R\$ 1.000,00</b> <b>Preço total: R\$ 30.000,00</b>

A empresa, através do profissional médico, deverá emitir, mediante solicitação do Setor Responsável:

a) **Laudo** elaborado por Médico Perito com análise de PPP'S (Perfil Profissiográfico Previdência) e LTCAT'S (laudo técnico de condições do ambiente de Trabalho) para opinião acerca da exposição ao agente nocivo, insalubre e/ou risco e possível aposentadoria especial e/ou conversão do tempo de atividade especial em comum (descrevendo a caracterização e enquadramento por agente nocivo indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente à período de atividade, observada legislação pertinente, notadamente os Decretos 1705/2022 e o Decreto 1706/2022).





## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

b) **Laudo** para fins de aposentadoria de invalidez, elaborado por médico perito, verificando a condição de incapacidade total e definida para o exercício de qualquer cargo ou função pública ou possibilidade de realizar processo de reabilitação profissional, observada a legislação pertinente, notadamente a Lei Municipal 556/2007 e suas alterações.

c) **Laudo de Perícia Médica** elaborado por Médico Perito para concessão e manutenção do benefício de licença para tratamento de saúde (auxílio-doença) sendo que a expedição de laudo perícia detalhado ocorrerá no prazo máximo de 10 (dez) dias contando da data de inspeção, nos termos da Lei 1.196/2021 e suas alterações.

### **FUNDAMENTO DA DISPENSA - JUSTIFICATIVA:**

As compras e contratações das entidades públicas seguem obrigatoriamente um regime regulamentado por Lei. O fundamento principal que reza por esta iniciativa é o artigo. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, no qual determina que as obras, os serviços, compras e alienações devem ocorrer por meio de licitações.

Para melhor entendimento, vejamos o que dispõe o inciso XXI do Artigo 37 da CF/1988:

(...)

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

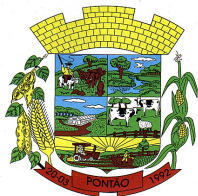
A licitação foi o meio encontrado pela Administração Pública, para tornar isonômica a participação de interessados em procedimentos que visam suprir as necessidades dos órgãos públicos acerca dos serviços disponibilizados por pessoas físicas e/ou pessoas jurídicas nos campos mercadológicos distritais, municipais, estaduais e nacionais, e ainda procurar conseguir a proposta mais vantajosa às contratações.

Para regulamentar o exercício dessa atividade foi então criada a Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mais conhecida como Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

O objetivo da licitação é contratar a proposta mais vantajosa, primando pelos princípios da legalidade, impessoalidade, igualdade, moralidade e publicidade. Licitar é regra. Entretanto, há aquisições e contratações que possuem caracterizações específicas tornando desnecessárias e/ou inviáveis as licitações nos trâmites usuais, frustrando a realização adequada das funções estatais.

Na ocorrência de licitações desnecessárias e/ou inviáveis, a lei previu exceções à regra, as chamadas Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação.

Para a contratação em epígrafe, foram realizados dois certames, sendo: procedimento licitatório nº 016/2023, na modalidade de Pregão Presencial nº 004/2023 e procedimento licitatório nº 026/2023, também na modalidade de Pregão Presencial nº 010/2023, aos quais não acudiram interessados, restando DESERTOS. Ambos os certames, foram amplamente divulgados, conforme determinado na Legislação, no site do Município, DOE, jornal de circulação local e regional.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

Cabe salientar, que nos processos aludidos acima foram seguidos todos os trâmites legais quanto a coleta de orçamentos, elaboração de edital e devida publicação nos órgãos oficiais, porém não acudiram interessados.

Tendo em vista que apesar de realizados dois certames na modalidade Pregão, com ampla divulgação, ainda não foi possível realizar de forma satisfatória a aquisição, e, desta forma, diante da urgência em atender a demanda da Secretaria Municipal de Administração, e necessitando realizar a contratação de Serviços Especializados de Médico Perito, com o intuito de emitir Laudos em processos judiciais do Município, o Setor de Compras contatou novamente empresas que pudessem realizar os serviços pretendidos, e obteve um orçamento da empresa CEMPEAS ASSESSORIA DE RESULTADOS EM SAÚDE LTDA, onde a mesma oferece proposta com valores inferiores ao preço de referência constante em ambos os Pregões.

Assim, a justificativa para a contratação de Empresa para prestação de Serviços Especializados de Médico Perito, conforme solicitação da Assessoria Jurídica e da Secretaria Municipal de Administração do Município de Pontão/RS, se deve a urgência pelo atendimento da demanda e encontra amparo legal no art. 24, inciso V da Lei nº. 8.666/93.

### **FUNDAMENTO LEGAL:**

Trata-se de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 24, inciso V da Lei n. 8.666/93, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

*"Art. 24 É dispensável a licitação:*

*...*

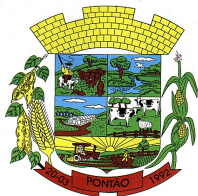
*V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas;"*

*...*

Quando falamos em Dispensa de Licitação há, porém, dois aspectos preliminares que merecem ser considerados: excepcionalidade e taxatividade das hipóteses. No que diz respeito à excepcionalidade, as hipóteses previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93, traduzem situações que fogem à regra geral, e só por essa razão se abriu a fenda no princípio da obrigatoriedade. Quanto a taxatividade das hipóteses, os casos enumerados para Dispensa pelo legislador são taxativos, não podendo, via de consequência, ser ampliados pelo administrador. Os casos legais, portanto, são os únicos cuja dispensa de licitação o legislador considerou mais conveniente ao interesse público.

Não raro, ocorrem situações emergenciais decorrentes da falta de planejamento. A situação emergencial que enseja a dispensa resulta de imprevisibilidade, jamais da inércia administrativa, seja por desídia ou má gestão. Há, no entanto, algumas hipóteses a serem observadas, dado que a não contratação representaria um prejuízo para o interesse público. A dispensa de licitação por emergência demanda a avaliação da demonstração da potencialidade do dano, pois, se o risco não for extirpado com a contratação, inexistirá cabimento na dispensa. Há de se expor a relação de causalidade entre a ausência de contratação e a ocorrência de dano, ou seja, a relação de causalidade entre a contratação e a supressão do risco de dano.

LICITAÇÃO DESERTA é quando a licitação é convocada e não aparece nenhum interessado. Nesse caso, torna-se DISPENSÁVEL a licitação e a administração pública pode contratar diretamente, se demonstrar motivadamente a existência de prejuízo na realização de nova licitação, bem como, desde que sejam mantidas as condições constantes do instrumento convocatório. Não existe limite de valor do contrato para que se decida pela contratação direta em razão da licitação deserta.



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

Assim, é possível fazer a contratação direta, porque o que está em jogo é a necessidade da Administração atender a um dado interesse público. Logo, sendo porque foi DESERTA, a Administração permanece com a necessidade precisando resolvê-la.

Nas palavras de Ronny Charles Lopes de Torres, em sua obra LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS, 9ª edição, 2018, Ed. JusPodivm)

*“A licitação deserta é verificada quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a administração. A questão temporal, por vezes, já indica o prejuízo advindo com a realização de novo certame, contudo, tal dano potencial deve ser formalmente justificado pela comissão e ratificado pela autoridade competente.”*

### **RAZÕES:**

#### **DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

Parágrafo Único:

II - razão da escolha do fornecedor ou executante.

A escolha desta Administração Municipal para a contratação da empresa CEMPEAS ASSESSORIA DE RESULTADOS EM SAÚDE LTDA é porque a mesma apresentou orçamento com valores inferiores ao preço de referência que pautou os dois certames realizados e, consequentemente, acarreta economia aos cofres públicos.

#### **DO PREÇO:**

Lei 8.666/93.

Art. 26.....

III - justificativa do preço

-Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração realizar a contratação sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

#### **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

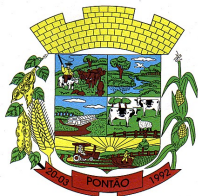
A referida contratação visa a realização de análises de processos onde Servidores desejam aposentar-se de forma especial, qual seja, o da aposentadoria cuja exposição a agentes nocivos, insalubre e/ou ao risco e possível aposentadoria especial e/ou conversão do tempo de atividade especial em comum (descrevendo a caracterização e enquadramento por agente nocivo, indicando a codificação contida na Legislação específica e o correspondente período de atividade, observada Legislação pertinente, notadamente os Decretos .1705/2022 e o Decreto 1.706/2022).

PONTÃO/RS, 21 DE MARÇO DE 2023.

---

**SAMARA TAVARES BATISTA**

PRESIDENTE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 022/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PERITO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS.**

**CONTRATADA: CEMPEAS ASSESSORIA DE RESULTADOS EM SAÚDE LTDA**

**CNPJ Nº: 11.706.457/0001-32**

**ENDEREÇO: Rua Fagundes dos Reis, 428, 204, Bairro Centro, em Passo Fundo/RS, CEP: 99.010-070.**

**VALOR TOTAL: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).**

À vista de exposição do responsável pela solicitação, referente a realização da despesa independente de Licitação, com fundamento nos motivos expostos acima, e de conformidade com a Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações:

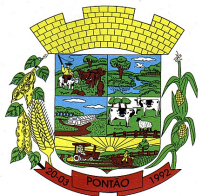
( X ) Homologo a aquisição.

( ) Indefiro a realização da despesa.

PONTÃO/RS, 21 DE MARÇO DE 2023.

---

**VELTON VICENTE HAHN,**  
PREFEITO MUNICIPAL



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTÃO**

Av. Júlio de Maílhos, 1613, Bairro Centro

Pontão/RS, CEP: 99.190-000

Fone: (54)3308 1900 e-mail: [licitacoes@pontao.rs.gov.br](mailto:licitacoes@pontao.rs.gov.br)

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 044/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 022/2023**

## **AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, amparado no parecer exarado pela assessoria jurídica, resolve:

### **1. Autorizar a contratação nos seguintes termos:**

- a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art. 24, inc. V da Lei nº. 8.666/93.
- b) Objetivo: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MÉDICO PERITO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PONTÃO/RS.**

**2. Autorizar o Empenho das despesas resultantes da presente contratação na seguinte dotação orçamentária:**

**0301 04 122 0002 2005 339039 05000000 1770-1**

Por fim, que seja encaminhado ao setor de licitações e contratos para elaboração da minuta de contrato.

PONTÃO/RS, 21 DE MARÇO DE 2023.

---

**VELTON VICENTE HAHN,**  
PREFEITO MUNICIPAL

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## EDITAL

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024

O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE GOVERNADOR VALADARES - IPREM/GV, com sede à Rua Eduardo Carlos Pereira, 205, Esplanada, Governador Valadares/MG, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 86.813.953/0001-94, representado neste ato pelo Presidente do IPREM/GV, Sr. Bruno Vilar Rocha de Almeida, no uso de suas atribuições, leva ao conhecimento dos interessados que, na forma do artigo 79 da Lei n.º 14.133 de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal n. 11.933 de 26 de dezembro de 2023, e de outras legislações aplicáveis, autoriza a realização de credenciamento mediante as condições estabelecidas neste edital.

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2024	
<b>OBJETO</b>	Contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícias médicas, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Complementar nº 284, de 30/12/2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência
INFORMAÇÕES DE DATA E HORA	
DATA DA PUBLICAÇÃO:	19/02/2025
DATA INICIAL PARA ENVIO DE DOCUMENTOS:	06/03/2025 – 08h00min - Horário de Brasília
DATA FINAL PARA ENVIO DAS DOCUMENTOS:	19/08/2025 – 23h59min - Horário de Brasília
SORTEIO	14/04/2025 – 09h00min - Horário de Brasília
HORÁRIO E LOCAL DO SORTEIO	Rua Graça Aranha, nº 549, Esplanada, às 9 horas.
Email para recebimento dos documentos: <b>licitacao@ipremgv.mg.gov.br</b>	
INFORMAÇÕES DE ACESSO E OBTENÇÃO DE AVISO	
ACESSO AO AVISO	<a href="http://www.ipremgv.mg.gov.br">www.ipremgv.mg.gov.br</a> - <a href="http://www.valadares.mg.gov.br/diario-eletronico">www.valadares.mg.gov.br/diario-eletronico</a> - <a href="http://www.gov.br/pncp/pt-br">www.gov.br/pncp/pt-br</a>
CONSULTAS/ESCLARECIMENTOS	licitacao@ipremgv.mg.gov.br ou (33)3279-5093
INFORMAÇÕES GERAIS DA LICITAÇÃO	
FORMA DE ADJUDICAÇÃO	CHAMAMENTO PÚBLICO
INSTRUMENTO CONTRATUAL	TERMO CONTRATUAL
EXCLUSIVA	NÃO
COTA RESERVADA ME/EPP	NÃO
EXIGE AMOSTRA	NÃO
FUNDAMENTAÇÃO	Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal n. 11.933/2023.

As dúvidas referentes a este instrumento deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio eletrônico, para o endereço eletrônico: [licitacao@ipremgv.mg.gov.br](mailto:licitacao@ipremgv.mg.gov.br)

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**1. DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES**

1.1 - Constitui objeto desta contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícias médicas, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Complementar nº 284, de 30/12/2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo a ser realizada na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado.	8818	UN	25	R\$601,87	R\$15.046,75

**2- DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

2.1 - Poderão participar deste credenciamento os interessados que estiverem previamente cadastrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal - [compras.gov.br](http://compras.gov.br).

2.1.1 - O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.2 - É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.2.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.2.2 - Não poderão participar do credenciamento:

2.2.2.1 - aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.2.2.2 - pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública federal, estadual e municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.2.2.3 - aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do IPREM/GV ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do termo contratual, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau

2.2.2.4 - pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

2.2.2.5 - pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.3 - Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do termo contratual agente público do IPREM/GV, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.4 - O impedimento de que trata o item 2.2.2.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.

2.5 - A vedação de que trata o item 2.3 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

## 2.6 – CRONOGRAMA

ETAPAS	DATA INICIAL	DATA FINAL
PUBLICAÇÃO DO EDITAL	19/02/2025	19/08/2025
RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS DOS INTERESSADOS	06/03/2025	19/08/2025
ANÁLISE DOS DOCUMENTOS	Data da entrega dos documentos	Até 5 dias úteis após a entrega dos documentos.
LISTA DOS INTERESSADOS	07/04/2025	
SORTEIO	14/04/2025 – 09:00 hs	
DIVULGAÇÃO / PUBLICAÇÃO DE LISTAS	15/04/2025	

## 3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.

3.1- Os interessados deverão estar previamente cadastrados no SICAF e encaminharão, exclusivamente por meio eletrônico ([licitacao@ipremgv.mg.gov.br](mailto:licitacao@ipremgv.mg.gov.br)), o requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para a prestação do serviço, com as seguintes informações:

3.1.1 - Apresentar declaração informando que pretende prestar serviço de perícia médica do trabalho, indicando ser médico especialista em Medicina do Trabalho e que está apto a emitir parecer técnico pericial conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas com efetiva exposição à agentes químicos, físicos e ou/biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados pelo anexo IV do Decreto Federal nº 3.048 de 6 de maio de 1999 (Regulamento da Previdência Social), adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, naquilo em que não conflitem com as regras específicas aplicáveis ao Regime Proprio de Previdência Social - RPPS, nas hipóteses listadas pela Constituição Federal/88, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019, pela Portaria MTP nº 1467 de 2 de junho de 2022, pela Lei Municipal nº 5.887 de 28 de julho de 2008, observadas também, no que couber, as normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

3.1.2 - Atestar o cumprimento dos requisitos de habilitação para a prestação do serviço de Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo.

3.2 - Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.

3.3 - No valor da contratação estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

3.4 - A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.5 - No requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar, o interessado apresentará também declaração que:

3.5.1 - está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que o valor da contraprestação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.5.2 - não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.5.3 - não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.5.4 - cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.6 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração ou por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do termo contratual.

3.7 - O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.8 - A falsidade da declaração de que trata o item 3.5 sujeitará o interessado às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

#### 4. DA HABILITAÇÃO

4.1 - Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.2 - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

4.3 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio eletrônico.

4.4 - O órgão credenciante terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.

4.5 - Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral no SICAF, emitido pelo IPREM/GV, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

4.6 - Será verificado se o interessado apresentou, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, em sendo o caso.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 4.7 - O interessado deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que o valor da contratação compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da apresentação do requerimento de participação.
- 4.8 - A habilitação será verificada por meio do SICAF, em relação aos documentos por ele abrangidos.
- 4.8.1 - Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 4.9 - É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 4.9.1 - A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 4.10 - A verificação pela comissão de contratação, em sítios eletrônicos oficiais do IPREM/GV emissor de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 4.10.1 - Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio eletrônico (e-mail) até a conclusão da fase de habilitação.
- 4.11 - Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 4.11.1 - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
- 4.11.2 - atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
- 4.12 - Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.
- 4.15 - A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

## 5 - DOS RECURSOS

- 5.1 - A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 8, § 2º do Decreto nº 11.933 de 2023.
- 5.2.1 - O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
- 5.3 - Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
- 5.3.1 - A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 3 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
- 5.3.2 - O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão;
- 5.4 - Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (e-mail);
- 5.5 - O recurso será dirigido ao agente de contratação, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos;
- 5.6 - Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos;
- 5.7 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo, nos termos do §7º, art. 8º do Decreto 11.933 de 2023, bem como no artigo 168 da Lei nº 14.133 de 2021;
- 5.8 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento;
- 5.9 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico [www.ipremgv.mg.gov.br](http://www.ipremgv.mg.gov.br).

## 6 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- 6.1 - Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 6.1.1 - deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo agente de contratação;
- 6.1.2 - não celebrar o termo contratual ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
- 6.1.3 - recusar-se, sem justificativa, a assinar o termo contratual, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 6.1.4 - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
- 6.1.5 - fraudar o credenciamento;
- 6.1.6 - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 6.1.6.1 - agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 6.1.6.2 - induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 6.1.6.3 - apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
  - 6.1.6.4 - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
  - 6.1.6.5 - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 6.2 - Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 6.2.2 - advertência;
  - 6.2.3 - multa;
  - 6.2.4 - impedimento de licitar e contratar e
  - 6.2.5 - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 6.3 - Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 6.3.2 - a natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 6.3.3 - as peculiaridades do caso concreto
  - 6.3.4 - as circunstâncias agravantes ou atenuantes
  - 6.3.5 - os danos que dela provierem para a Administração Pública
  - 6.3.6 - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 6.4 - A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Termo do contratual, recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
  - 6.4.1 - Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, a multa será de 0,5% a 15% do valor do Termo do contratual.
  - 6.4.2 - Para as infrações previstas nos itens 6.1.5, 6.1.6, a multa será de 15% a 30% do valor do Termo do contratual.
- 6.5 - As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 6.6 - Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 6.7 - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Governador Valadares, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 6.8 - Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

6.9 - A recusa injustificada do credenciado em assinar o termo contratual, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita nos itens 6.1.2 e 6.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia em favor do IPREM/GV, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

6.10 - A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

6.11 - Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

6.12 - Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

6.13 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

6.14 - A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao IPREM/GV.

## 7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

7.1 - Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.

7.2 - A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail [licitacao@ipremgv.mg.gov.br](mailto:licitacao@ipremgv.mg.gov.br).

7.3 - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no sítio eletrônico [www.ipremgv.mg.gov.br](http://www.ipremgv.mg.gov.br) no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

7.4 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

7.5 - Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

## 8. DA DIVULGAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS

8.1 - O resultado, com a lista de credenciados relacionados de acordo com o critério estabelecido no edital, será publicado e estará permanentemente disponível e atualizado no PNCP.

## 9. DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Após divulgação da lista de credenciados, o IPREM/GV poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2 - A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o termo contratual ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 9.3 - O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 3 (três) dias úteis.
- 9.4 - O prazo de que trata o item 9.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
- 9.5 - Previamente à emissão de nota de empenho e à contratação, a administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível impedimento de licitar e contratar.
- 9.6 - O prazo de vigência dos termos contratuais decorrentes do presente credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo ser renovado nos termos da lei, conforme item 1.2 do Termo de Referência.
- 9.7 - Os termos contratuais decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.8 - É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

**10. CRITÉRIOS PARA DEFINIÇÃO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO DOS CREDENCIADOS.**

10.1 - Na hipótese de contratações paralelas e não excludentes, a convocação dos credenciados para contratação garantirá a igualdade de oportunidade entre os interessados, a partir da observância dos seguintes critérios de distribuição da demanda:

10.1.1 - As demandas que tratam o item anterior, em que não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, serão providas por meio de sorteio por objeto a ser contratado de modo que seja distribuída por padrões estritamente impessoais e aleatórios, que formará uma lista para ordem de chamada para a execução de cada item, observando-se sempre o critério de rotatividade e os seguintes requisitos:

I - os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista a que se refere o 10.1.1, observando-se as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como, a localidade ou região onde serão executados os trabalhos;

II - o credenciado só será chamado para executar novo objeto após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados;

III - a qualquer tempo um interessado poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após o sorteio, será posicionado logo após o(s) credenciado(s) com menor número de demandas, observando-se as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como, a localidade ou região onde serão executados os trabalhos;

IV - o IPREM/GV observará, quando da alocação da demanda, as condições técnicas dos credenciados e do serviço, bem como a localidade ou região onde serão executados os trabalhos.

10.2 – A eventual contratação não configurará vínculo empregatício do Credenciado com o IPREM/GV.

**11. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO**

11.1 - O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.

11.2 - Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 - A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

11.4 - Será realizado o descredenciamento quando houver:

11.4.1 - pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 90 (noventa) dias;

11.4.2 - perda das condições de habilitação do credenciado;

11.4.3 - descumprimento injustificado do termo contratual pelo contratado; e

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

11.4.4 - sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.

11.5 - O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais termos contratuais assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.6 - Nas hipóteses previstas nos subitens 11.4.2 e 11.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.7 - Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize a sua situação.

11.8 - Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, devidamente justificado, em qualquer caso, pela autoridade máxima do IPREM/GV credenciante, não será rescindido o termo contratual em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

## 12. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL

12.1 - O presente edital terá prazo de vigência de 6 (seis) meses, a contar da data de publicação.

## 13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.2 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.3 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.4 - O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico [www.ipremgv.mg.gov.br](http://www.ipremgv.mg.gov.br).

13.5 - Fica eleito o foro de Governador Valadares do estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer demandas que porventura vierem a surgir, em virtude deste Edital de Credenciamento.

## 14 - DO CADERNO DE LICITAÇÃO

14.1. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.1	Anexo I	Termo de Referência
14.1.2	Apêndice do Anexo I	Estudo Técnico Preliminar
14.2	Anexo II	Modelo de declaração de inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a administração pública
14.3	Anexo III	Modelo de declaração de ciência de inexistência de vínculo empregatício
14.4	Anexo IV	Minuta do Termo Contratual - Pessoa Física
14.5	Anexo V	Minuta do Termo Contratual – Pessoa Jurídica

Governador Valadares, 25 de setembro de 2024.

Bruno Vilar Rocha de Almeida  
Presidente do IPREM/GV



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## ANEXO I

**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21**  
**SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – CONTRATAÇÃO DIRETA****1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 - O presente Credenciamento tem por objeto a contratação de pessoa física e/ou jurídica para prestação de serviço de perícias médicas, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Complementar nº 284, de 30/12/2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo a ser realizada na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado.	8818	UN	25	R\$601,87	R\$15.046,75

1.2 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato na forma dos artigos 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, podendo ser renovado nos termos da lei.

1.3 - Durante o prazo de vigência contratual, os preços poderão ser reajustados, anualmente, a contar da data da assinatura do contrato, adotando o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado nos últimos doze meses.

1.4 - Será permitido o cadastro para credenciamento aos futuros interessados, dentro do prazo de 06 (seis) meses, contados da data de abertura do Certame.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1 - A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2 - O objeto da contratação não está previsto no Plano de Contratações Anual (2024), conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

A contratação se dará por meio dos requisitos básicos necessários para a execução do serviço a ser contratados, conforme abaixo:

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- a) requerimento de Pré-qualificação e documentos: comprovação da especialização médica conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024 ou título de especialista na área; comprovante de registro no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- b) regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Além dos requisitos acima citados, são deveres do contratado:

- a) Realizar exames médico - periciais nos servidores públicos municipais indicados pelo Instituto, registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica do IPREM/GV, observado o período e horários definidos para o atendimento;
- b) Desempenhar suas atividades inspecionais com absoluta isenção de qualquer tipo de preconceito, atuando com imparcialidade e autonomia.
- c) Manter, durante o credenciamento, regularidade das condições de habilitação;
- d) Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo a vigente no município de Governador Valadares – MG.
- e) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre quaisquer assuntos de interesse do Instituto ou de terceiros de que tomar conhecimento, em razão da execução dos serviços.
- f) Prestar esclarecimentos quando solicitados, inclusive em processos administrativos.
- g) Dirigir-se aos locais determinados para realização das perícias.
- h) Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios, com antecedência mínima de 02 dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto, responsabilizando-se pela compensação dos horários, caso haja necessidade do Instituto.
- i) Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observando as recomendações de boa técnica, normas e legislação.
- j) Executar os serviços de perícia médica de acordo com o que for solicitado pelo IPREM/GV. Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento, em razão da prestação de serviço.
- k) Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi credenciado.
- l) Permitir o acompanhamento e fiscalização pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência do Instituto ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade.
- m) Responder pelo ressarcimento de danos que venha a causar ao IPREM/GV, pessoas e bens de terceiros, por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ficando afastada qualquer responsabilidade do contratante, podendo o IPREM/GV, no caso, reter quantias e pagamentos para o fim de garantir o referido ressarcimento.

**Sustentabilidade**

- 4.1. Deverá haver observação às normas ambientais na prestação de serviços a serem contratados, seja no descarte correto de resíduos e outros materiais, seja no uso da energia elétrica, em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável disposto no artigo 5º da Nova Lei de Licitações e Contratos.

**Indicação de marcas ou modelos**

- 4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), em razão do tipo da contratação a ser feita, de acordo com os Estudos Técnicos Preliminares.

**Subcontratação**

- 4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Garantia da contratação**

- 4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21. O serviço será realizado conforme demanda e não cabe nenhuma garantia de contratação em razão do tipo de objeto a ser contratado.

**Vistoria**

- 4.5 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO****Condições de execução**

5.1 - A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1 - Início da execução do objeto: imediatamente após a assinatura do contrato

5.1.2 - Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

Os serviços prestados serão feitos mediante a abertura de requerimentos feitos pelo servidor e/ou demandas judiciais apresentadas.

5.1.3 - Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1 – Deverá o(a) contratada(o) elaborar parecer técnico conclusivo, contendo na sua avaliação questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada sem a presença do servidor requerente, mediante a análise de seu Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e, se necessário, inspeção de ambientes de trabalho, com vistas à rerratificação das informações contidas nas demonstrações ambientais.

5.1.3.2 – Para elaboração do parecer técnico conclusivo, a Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios do Instituto enviará o processo do servidor em sua íntegra com todas as informações, período laborativo, Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e demais documentações, para análise na Perícia Médica do Instituto, localizada na Rua Graça Aranha, 549, Esplanada, na cidade de Governador Valadares – MG.

5.1.3.3 – O parecer médico – pericial conclusivo deve conter obrigatoriamente:

5.1.3.3.1 - as normas aplicáveis, especificando as legislações com os respectivos artigos, incisos e parágrafos;

5.1.3.3.2 - relacionar o local e suas atividades de trabalho;

5.1.3.3.3 - descrição das atividades;

5.1.3.3.4 - demonstração de atividade e contato com agentes nocivos/agentes biológicos;

5.1.3.3.5 - enquadramento por exposição a agentes nocivos/agentes biológicos;

5.1.3.3.6 - comprovação do exercício profissional em condições especiais;

5.1.3.3.7 - conclusão final contendo a descrição do período específico em que o servidor se enquadra ou não no tempo especial. Exemplo: da data de xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx se enquadra, já da data xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx não se enquadra.

5.1.4 – O prazo para emissão e devolução do parecer técnico conclusivo será de 05 (cinco) dias úteis, contados da solicitação do Instituto, que poderá ser prorrogado a critério do IPREM/GV mediante justificativa apresentada pelo Credenciado.

5.1.5 – Caso necessário, deverá dirigir-se aos locais designados pela Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios do Instituto, a fim de verificar a ocorrência ou não de situações, informando em parecer técnico as suas conclusões.

5.1.5.1 – A contratada deverá assumir inteiramente a responsabilidade e arcar total e exclusivamente com todos os custos, despesas e encargos, caso se dirija a local designado no item 5.1.5.

5.1.6 - Podem ocorrer situações em que os segurados optem por ingressar com demandas judiciais para ver reconhecido os seus direitos. Em alguns casos, haverá necessidade de atuação do credenciado para funcionar no processo como assistente técnico do Instituto, elaborando laudos para serem avaliados em juízo, como

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

também, podem ser solicitados na seara administrativa a auxiliarem a defesa técnica do Instituto na elaboração de quesitos a serem respondidos pelo perito judicial, contestação de laudos judiciais, elaboração de laudos complementares, impugnação de laudos judiciais e acompanhamento de perícias em juízo, cujos valores serão pagos conforme constar no Edital de chamamento público.

**Local e horário da prestação dos serviços**

- Os serviços serão prestados no seguinte endereço: local onde funciona a Perícia Médica do Instituto, que fica na Rua Graça Aranha, 549, Esplanada, na cidade de Governador Valadares – MG.

Avaliações Judiciais: de acordo com a agenda do Juízo, conforme o caso.

Os serviços serão prestados em dia e horário a ser determinado pelo Instituto, e comunicado à (ao) contratada (o) com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis.

**Materiais a serem disponibilizados**

5.5 - O serviço a ser contratado não necessitará de disponibilizar materiais de consumo para sua realização.

**Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.6 - A demanda do IPREM/GV tem como base as seguintes características:

5.6.1 - Realização de perícias médicas, emitindo parecer técnico pericial conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Municipal nº 5.887 de 28 de julho de 2008.

5.6.1.1 - Na esfera judicial, poderá haver a necessidade de atuação para funcionar no processo como assistente técnico do Instituto, elaborando laudos para serem avaliados em juízo, elaboração de quesitos a serem respondidos pelo perito judicial, contestação de laudos judiciais, elaboração de laudos complementares, impugnação de laudos judiciais e acompanhamento de perícias em juízo.

**Especificação da garantia do serviço**

5.7 - O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.8 - Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

**6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1 - O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o IPREM/GV e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 Em se tratando de Pessoa Jurídica, o IPREM/GV poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

6.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o IPREM/GV poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**Preposto**

6.6 - Em se tratando de pessoa jurídica, a Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**Fiscalização**

6.7 - A execução dos serviços será acompanhada pelo Fiscal e Gestor do contrato ou pelos respectivos substitutos, que estejam discriminados no Documento de Formalização da Demanda – DFD, que é parte integrante do procedimento de contratação.

6.7.1 - O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor do contrato.

6.7.2 - O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.7.3 - O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapasse a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4 - O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do prazo contratual, sob sua responsabilidade, visando à prorrogação tempestiva.

6.7.5 - O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas.

6.7.6 - O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.

6.7.7 - O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências.

6.7.8 - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.8 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.8.1 O acompanhamento, fiscalização e supervisão da execução dos serviços serão exercidos pelo IPREM/GV, por intermédio da Diretoria de Gestão Previdenciária, que poderá ser assistida por servidor ou por terceiro contratado para esse fim, conforme permite o artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.8.2 Para cumprir o disposto acima, a Diretoria de Gestão Previdenciária adotará metodologia apropriada, prevendo indicadores de qualidade e atendimento.

São exemplos de indicadores a serem utilizados para o monitoramento das atividades dos credenciados:

- a) Erros de diagnóstico;
- b) Nulidades de laudos;
- c) Inconclusividade do laudo pericial;
- d) Reclamações;
- e) Atrasos no atendimento;
- f) Outros que a Diretoria julgar necessários.

6.8.3 A fiscalização de que trata acima não exclui nem reduz a responsabilidade do credenciado por danos eventualmente causados ao IPREM/GV ou a terceiros, resultantes de ações ou omissões culposos ou dolosos ou decorrentes da execução dos serviços.

**6.9 Gestor do Contrato**

6.9.1 O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições.



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

6.9.2 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.4 O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais de execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais.

6.9.5 O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais.

6.9.6 O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

6.9.7 O gestor do contrato tomará providências para a formalização do processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158, da Lei Federal nº 14.133, de 2021 pelo agente ou setor competente para tal, conforme o caso.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A avaliação da execução do objeto deverá ser atestada pelo fiscal do contrato por meio de documento formal, devendo haver o redimensionamento no pagamento, sempre que a CONTRATADA:

7.1.1 Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.1.2 Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.2 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.2.1.1 Os pagamentos serão realizados pela Diretoria de Gestão de Gestão Contábil da CONTRATANTE, na conta indicada pelo CONTRATADO(A), no 10º dia do mês subsequente ao da realização dos serviços;

7.2.1.2 O(A) CONTRATADO(A) encaminhará ao CONTRATANTE até 02 (dois) dias após o encerramento do mês, via e-mail (beneficios@ipremgv.mg.gov.br), os seguintes documentos: nota fiscal ou recibo de pagamento de autônomo (RPA) e o relatório especificando data e nome dos servidores atendidos;

7.2.2.3 Na constatação de divergências quanto ao preenchimento da nota fiscal ou do recibo de pagamento de autônomo (RPA) e demais documentos pertinentes à prestação de serviços ou de circunstância impeditiva da liquidação de despesa, o pagamento não será efetuado até que o(a) CONTRATADO(A) providencie as medidas saneadoras, hipótese em que o prazo para pagamento somente será considerado após a comprovação da regularização da situação, não acarretando este atraso quaisquer ônus para o IPREM/GV.

7.2.1.4 O(A) CONTRATADO(A) é responsável por todos os encargos tributários, sociais e previdenciários que indicam ou venham a incidir sobre o valor do serviço prestado, permitindo ao IPREM/GV efetuar as retenções e os recolhimentos previstos em lei, e deverão ser indicadas na nota fiscal e no recibo de pagamento de autônomo (RPA) emitido pelo(a) CONTRATADO(A).

7.2.1.5 Caso o(a) CONTRATADO(A) goze de isenções de impostos, ou ainda da isenção de emissão de notas fiscais, terá a obrigação de comprovar sua situação fiscal mediante apresentação de documentação comprobatória, ficando também obrigado a comunicar ao IPREM/GV acerca de qualquer alteração que implique em perda ou redução do benefício fiscal anteriormente concedido.

7.3 O IPREM/GV deverá certificar até o dia 05 (cinco) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, a regularidade da prestação, requisito para a autorização do pagamento;

7.4 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.4.1 não produziu os resultados acordados;

7.4.2 deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

7.4.3 deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**Do recebimento**

7.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) fiscal do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.8 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado.

7.9 O fiscal do contrato realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.10 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.11 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.12 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.13 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.14 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.15 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.16 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Liquidação**

7.22 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.22.1 o prazo de validade;

7.22.2 a data da emissão;

7.22.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

7.22.4 o período respectivo de execução do contrato;

7.22.5 o valor a pagar; e

7.22.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.24 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25 Constatando-se, junto ao SICAF ou pela documentação apresentada, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.26 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.28 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**Prazo de pagamento**

7.29 O pagamento será efetuado pela Contabilidade da CONTRATANTE no 10º dia do mês subsequente ao do atendimento, após a apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, que deverá ser apresentada até 02 (dois) dias após o encerramento do mês.

7.30 Caso o fornecedor apresente boleto bancário juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, o pagamento será realizado no vencimento proposto, não podendo este ser inferior a 14 (quatorze) dias.

7.31 A contratada ao emitir a Nota Fiscal deverá observar os parâmetros estipulados na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil - RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e suas alterações, conforme preceitua o Decreto Municipal de Governador Valadares nº 11.859, de 07 de julho de 2023.

**Forma de pagamento**

7.32 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado ou por meio de boleto bancário, quando este for fornecido.

7.33 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.34 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação por meio de **credenciamento**, com fundamento na hipótese do art.74, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

### Regime de execução

8.2 O regime de execução do contrato será pelos profissionais e/ou empresa habilitados cadastrados, os quais tiveram sua documentação devidamente analisada e aprovada. Os serviços serão prestados no local onde funciona a Perícia Médica do Instituto, ou em outro local a ser designado e informado ao(à) contratado(a) previamente, conforme demanda do contratante.

### Exigências de habilitação

8.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis)); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

8.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da pessoa física ou da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.7. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

8.8. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.11. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.13. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**Habilitação Jurídica**

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;  
Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- c) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde tem sede a matriz;
- e) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- f) Ato de autorização para o exercício da atividade expedida pelo Conselho Regional da respectiva da categoria profissional;
- g) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitações fiscal, social e trabalhista**

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- g) Prova de regularidade com a Fazenda estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.
- i) Prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

**Qualificação Econômico-financeira**

- A) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais – Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, art. 69, inciso I);

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- B) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II;

**Qualificação Técnica**

- a) Cópia do Registro nos Conselhos Regional de Medicina (CRM);
  - b) Cópia do diploma de graduação em medicina, se médico ou dos médicos que trabalham na empresa,
  - c) Cópia do certificado da especialidade em Medicina do Trabalho, se médico;
  - d) Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;
  - e) Realizar exames médico - periciais nos servidores públicos municipais indicados pelo Instituto, registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica do IPREM/GV, observado o período e horários definidos para o atendimento;
  - f) Desempenhar suas atividades inspecionais com absoluta isenção de qualquer tipo de preconceito, atuando com imparcialidade e autonomia.
  - g) Manter, durante o credenciamento, regularidade das condições de habilitação;
  - h) Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo a vigente no município de Governador Valadares – MG.
  - i) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre quaisquer assuntos de interesse do Instituto ou de terceiros de que tomar conhecimento, em razão da execução dos serviços.
  - j) Prestar esclarecimentos quando solicitados, inclusive em processos administrativos.
  - k) Dirigir-se aos locais determinados para realização das perícias.
  - l) Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios, com antecedência mínima de 02 dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto, responsabilizando-se pela compensação dos horários, caso haja necessidade do Instituto.
  - m) Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observando as recomendações de boa técnica, normas e legislação.
  - n) Executar os serviços de perícia médica de acordo com o que for solicitado pelo IPREM/GV.
  - o) Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento, em razão da prestação de serviço.
  - p) Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi credenciado.
  - q) Permitir o acompanhamento e fiscalização pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência do Instituto ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade.
  - r) Responder pelo ressarcimento de danos que venha a causar ao IPREM/GV, pessoas e bens de terceiros, por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ficando afastada qualquer responsabilidade do contratante, podendo o IPREM/GV, no caso, reter quantias e pagamentos para o fim de garantir o referido ressarcimento.
- A declaração mencionada na alínea “d” poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

**ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O custo unitário apurado por demanda é de R\$601,87 (seiscentos e um reais e oitenta e sete centavos), e o custo estimado total da contratação é de R\$ **15.046,75 (quinze mil e quarenta e seis reais e setenta e cinco centavos)**, sendo que o serviço a ser prestado será por demanda.

**ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IPREM/GV.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 04 – Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Unidade: 01 - Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Funcional: 09.122.0401.2.220

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Econômica/Natureza: 3390.39.00

Fonte: 1.802.00

Especificação: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Órgão: 04 – Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Unidade: 01 - Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Funcional: 09.122.0401.2.220

Econômica/Natureza: 3390.36.00

Fonte: 1.802.00

Especificação: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV, 09 de janeiro de 2025.

---

Marília Gabriela Soares de Almeida  
Agente Previdenciário  
Matrícula: 684

---

Marlene Lucia da Costa Pereira  
Diretora da Gestão Previdenciária  
Matrícula: 62

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## APÊNDICE DO ANEXO I

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1 INTRODUÇÃO**

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

**2 NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

O serviço a ser contratado tem como finalidade atender o Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares - MG – IPREM/GV para realização de perícias médicas, na esfera administrativa e/ou judicial, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados pelo anexo IV do Decreto Federal nº 3.048, de 06 de maio 1999 (Regulamento da Previdência Social), adicionalmente as condições e os requisitos estabelecidos para o Regime Geral de Previdência Social – RGPS, naquilo em que não conflitarem com as regras específicas aplicáveis ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, nas hipóteses listadas pela Constituição Federal/88, pela Portaria MTP nº 1467 de 02 de junho 2022, pela Lei Municipal nº 5.887 de 28 de julho de 2008, observadas também, no que couber, as normas Regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

A perícia médica para aposentadoria especial de segurado que exerça atividade sob condições de risco ou prejudiciais à saúde ou a integridade física consiste na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada sem a presença do servidor requerente por médico formalmente designado, mediante a análise de seu Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e, se necessário, inspeção de ambientes de trabalho, com vistas à rratificação das informações contidas nas demonstrações ambientais, ensejando a emissão de parecer médico-pericial conclusivo, documento técnico este que subsidiará ao IPREM/GV na formação de juízo quanto à concessão ou não da aposentadoria especial ao segurado requerente.

O parecer médico – pericial conclusivo deve conter obrigatoriamente:

- a) as normas aplicáveis, especificando as legislações com os respectivos artigos, incisos e parágrafos;
- b) relacionar o local e suas atividades de trabalho;
- c) descrição das atividades;
- d) demonstração de atividade e contato com agentes nocivos/agentes biológicos;
- e) enquadramento por exposição a agentes nocivos/agentes biológicos;
- f) comprovação do exercício profissional em condições especiais;
- g) conclusão final contendo a descrição do período específico em que o servidor se enquadra ou não no tempo especial. Exemplo: da data de xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx se enquadra, já da data xx/xx/xxxx até xx/xx/xxxx não se enquadra.

Caberá ao médico credenciado avaliar tais documentos, como também, se for o caso, dirigir-se aos locais ali apontados, a fim de verificar a ocorrência ou não daquelas situações, informando em parecer médico – pericial as suas conclusões.

Podem ocorrer situações em que os segurados optem por ingressar com demandas judiciais para ver reconhecido os seus direitos. Em alguns casos, haverá necessidade de atuação do credenciado para funcionar no processo como assistente técnico do Instituto, elaborando laudos para serem avaliados em juízo, como também, podem ser solicitados



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

na seara administrativa a auxiliarem a defesa técnica do Instituto na elaboração de quesitos a serem respondidos pelo perito judicial, contestação de laudos judiciais, elaboração de laudos complementares, impugnação de laudos judiciais e acompanhamento de perícias em juízo, cujos valores serão pagos conforme constar no Edital de chamamento público.

A contratação do serviço se faz necessária, considerando a inexistência do cargo de médico com as qualificações necessárias no quadro de pessoal efetivo do Instituto. Entendemos que a melhor solução para atendimento do interesse público é a contratação da empresa e/ou pessoa física especializada na prestação do serviço de perícia médica para aposentadoria especial por agentes nocivos, pois é um serviço que deve ser realizado por mão de obra qualificada.

Através do chamamento público, a pluralidade de profissionais pretendida dará isenção às decisões pelo fato de não haver vínculo prévio dos credenciados com o poder público municipal na condição de funcionários, e permitirá o gerenciamento da demanda de maneira facilitada com a possibilidade de adequação da agenda às necessidades reais do IPREM/GV.

### 3 ÁREA REQUISITANTE

Diretoria de Gestão Previdenciária, na pessoa do Diretor, Jhonatas Otávio Amaro

### 4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Algumas atividades garantem ao segurado o direito à aposentadoria especial devido à efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, ou a associação desses agentes, sendo confeccionados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), documentos estes que também instruirão pedidos de aposentadorias especiais de acordo com essas peculiaridades, cabendo ao profissional credenciado avaliar tais documentos, como também, se for o caso, dirigir-se aos locais ali apontados, a fim de identificar a ocorrência ou não daquelas situações, informando parecer médico – pericial as suas conclusões.

A contratação se dará por meio dos requisitos básicos necessários para a execução do serviço a ser contratados, conforme abaixo:

- a) requerimento de Pré-qualificação e documentos: comprovação da especialização médica conforme definido pela Resolução CFM nº 2.380/2024 ou título de especialista na área; comprovante de registro no Conselho Regional de Medicina – CRM;
- b) regularidade jurídica, fiscal e trabalhista, conforme determina a Lei Federal nº 14.133/21.

Além dos requisitos acima citados, são deveres do contratado:

- a) Realizar exames médico - periciais nos servidores públicos municipais indicados pelo Instituto, registrando os resultados conforme estabelecido nos procedimentos de perícia médica do IPREM/GV, observado o período e horários definidos para o atendimento;
- b) Desempenhar suas atividades inspecionais com absoluta isenção de qualquer tipo de preconceito, atuando com imparcialidade e autonomia.
- c) Manter, durante o credenciamento, regularidade das condições de habilitação;
- d) Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo a vigente no município de Governador Valadares – MG.
- e) Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre quaisquer assuntos de interesse do Instituto ou de terceiros de que tomar conhecimento, em razão da execução dos serviços.
- f) Prestar esclarecimentos quando solicitados, inclusive em processos administrativos.
- g) Dirigir-se aos locais determinados para realização das perícias.
- h) Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios, com antecedência mínima de 02 dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços dentro do prazo previsto, responsabilizando-se pela compensação dos horários, caso haja necessidade do Instituto.



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- i) Prestar serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, observando as recomendações de boa técnica, normas e legislação.
- j) Executar os serviços de perícia médica de acordo com o que for solicitado pelo IPREM/GV.
- m) Comunicar à Unidade de Atendimento, Recadastramento, Análise e Concessão de Benefícios a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento, em razão da prestação de serviço.
- k) Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, a execução dos serviços para os quais foi credenciado.
- l) Permitir o acompanhamento e fiscalização pelo Conselho Deliberativo e pela Presidência do Instituto ou por terceiros por ela contratados para essa finalidade.
- m) Responder pelo ressarcimento de danos que venha a causar ao IPREM/GV, pessoas e bens de terceiros, por dolo, negligência, imprudência ou imperícia, ficando afastada qualquer responsabilidade do contratante, podendo o IPREM/GV, no caso, reter quantias e pagamentos para o fim de garantir o referido ressarcimento.

## 4.1 Há contrato vigente ou anterior com o mesmo objeto?

- ( x ) Não  
( ) Sim.

**5 SOLUÇÕES EXISTENTES NO MERCADO**

- ( ) Não. Após pesquisa de mercado foi observado que há apenas uma única solução apta a atender a demanda.
- ( x ) Sim. Após pesquisa de mercado foi observado que há mais soluções disponíveis no mercado para atendimento da demanda.

Verificamos que, para atender a aplicação da lei, temos as seguintes soluções: contratação de empresa para realização de perícia ou contratação de profissional para realização de perícia.

**6 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

Verificamos junto a alguns Institutos de Previdência: Rio Negro – PR, São Jose do Rio Preto – SP, Guarujá – SP, Marília – SP, Pará de Minas – MG, Uberlândia - MG, Itabira – MG e Paraguaçu – MG, que a maioria realizou a contratação do serviço na modalidade de chamamento público, para que vários profissionais comparecessem já que a execução do trabalho será por demanda e esta não é alta. Temos históricos de contratação de Pregão em nosso Instituto de forma deserta, com repetições, o que atrasará na contratação do serviço.

**7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO**

Verificamos que no ano de 2022 tivemos 30 processos para análise e no ano de 2023 05 processos. Assim, a média é de 18 processos para contratação, pois é de acordo com a demanda e não temos como precisar a sua real quantidade. Como a quantidade de processo teve uma variação, consideramos a média um pouco maior, no caso 25 processos, a fim de garantir o atendimento caso surjam mais processos do que o esperado.

**8 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

No chamamento público teremos o seguinte item a ser credenciado:

- a) perícia para aposentadoria especial realizando análise técnica dos períodos de atividade exercida com efetiva exposição por agentes nocivos na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce as suas funções ou outro a ser determinado.

Fizemos levantamento de preço do item a ser credenciado junto aos Institutos de Previdência das cidades de Rio Negro – PR, São Jose do Rio Preto – SP, Guarujá – SP, Marília – SP, Pará de Minas – MG, Uberlândia - MG, Itabira – MG e Paraguaçu – MG. Na cidade de Governador Valadares verificamos junto às empresas Imest, Certificar Segurança do Trabalho e Metra Segurança do Trabalho. A empresa Imest apresentou valores excessivos, conforme memória de cálculo. Para pesquisa de valor de mercado, foram utilizados os seguintes órgãos e empresa:

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Item	Discriminação	Valor Unitário
01	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo	R\$800,00

Uberlândia - MG

Item	Discriminação	Valor Unitário
01	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo	R\$445,00

Paraguaçu - MG

Item	Discriminação	Valor Unitário
01	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo	R\$560,62

IMEST

Item	Discriminação	Valor Unitário
01	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo na sede, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado	R\$2.490,00

Assim, diante dos valores apurados, chegamos a uma média de:

Item	Discriminação	Valor Unitário
01	Perícia para aposentadoria especial por agente nocivo na sede, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado	R\$601,87

**9 JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

Para atender o que dispõe a legislação, temos que contratar o seguinte item:

a) perícia para aposentadoria especial realizando análise técnica dos períodos de atividade exercida com efetiva exposição por agentes nocivos na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce as suas funções ou outro a ser determinado;

Desta forma, como não temos como precisar a quantidade de atendimentos, vai depender da demanda e de cada caso.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- ( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.  
( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado  
( x ) Não é divisível. – o serviço a ser contratado é análise de processo e ele não é dividido. Se trata de apenas um item a ser contratado.

**10 CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

Para o chamamento publico há necessidade de se fazer contratação correlata e/ou interdependentes?

- ( x ) Não.  
( ) Sim

**11 PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

- ( ) Sim.  
( x ) Não. Quando surgiu a demanda, iniciou-se um estudo para verificação de como deveria ser atendido ao disposto em lei. A princípio iria se contratar um profissional para realização do serviço (Pregão). Contudo, verificou-se que a melhor solução seria o chamamento público, pelo fato de ter mais profissionais a disposição caso a demanda viesse a aumentar consideravelmente. Assim, não conseguimos prever de forma antecipada a referida contratação.

**12 DEMOSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS**

Com a contratação do serviço, considerando a inexistência do cargo de médico do trabalho com as qualificações necessárias no quadro de pessoal efetivo do Instituto, bem como o número ainda pequeno de segurados que se encontram em situação que exija avaliação médico pericial para constatação ou não da aposentadoria especial por exposição a agentes nocivos, como também de casos esporádicos que exijam acompanhamento técnico em juízo, iremos atender a disposição da Lei.

Entendemos que a melhor solução para atendimento do interesse público é a contratação da empresa e/ou pessoa física especializada na prestação do serviço de perícia médica para aposentadoria especial por agentes nocivos, pois é um serviço que deve ser realizado por mão de obra qualificada.

Através do chamamento público, a pluralidade de profissionais pretendida dará isenção às decisões pelo fato de não haver vínculo prévio dos credenciados com o poder público municipal na condição de funcionários, e permitirá o gerenciamento da demanda de maneira facilitada com a possibilidade de adequação da agenda às necessidades reais do IPREM/GV.

Temos recursos financeiros para este fim, o que não impedirá a realização do trabalho pelo credenciado.

**13 PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

Existem na Direção de Gestão Previdenciária servidores que irão enviar os processos aos profissionais credenciados para realização da perícia e não será necessária nenhuma providência prévia à contratação.

**14 DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS**

- ( x ) Não.  
( ) Sim.

**15 VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

Diante do exposto, resta claro que a melhor solução para atender ao cumprimento da Lei é a contratação de profissionais e/ou empresa através do chamamento público. Temos recursos financeiros para a referida contratação e a demanda será realizada conforme abertura dos requerimentos feitos pelos servidores.

Governador Valadares, 09 de janeiro de 2025.



---

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

---

Marília Gabriela Soares de Almeida  
Agente Previdenciário  
Matrícula: 684

---

Marlene Lucia da Costa Pereira  
Diretora da Gestão Previdenciária  
Matrícula: 62

**APROVAÇÃO E ASSINATURA**

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar - ETP

---

Governador Valadares, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

## ANEXO II

## MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO CREDENCIAMENTO

Para a atenção da Comissão Permanente de Licitação. Referência: Credenciamento nº 05/2024. (Razão social) ....., CNPJ/MF nº ....., inscrição estadual nº. ...., telefone:..... fax: ..... email:....., por seu representante legal, senhor (a).  
.....,  
(nacionalidade).....(estado civil) ....., RG nº. ...., expedido por.....,CPF nº ....., residente à ....., nº....., apto. nº ....., Bairro: ....., (cidade) ...../(UF) ....., CEP:....., telefone: ....., celular:....., e-mail: ....., requer sua inscrição no processo, nos termos da Lei federal nº 14.133/21, o credenciamento de pessoas físicas e/ou jurídicas especializadas na prestação de serviço de perícias médicas, a ser realizado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, nas condições previstas no Edital de credenciamento nº. 01/2024.

Governador Valadares - MG,

.... de ..... de.....

(Assinatura do profissional ou do(s) representante(s) legal(is) da empresa, sobre carimbo)

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO III**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA LICITAR OU  
CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

(Identificação do proponente), endereço (completo), inscrito(a) no (CPF/CNPJ) sob n.º ..... e no CRM sob n.º ....., DECLARA, sob as penas da Lei, e para fins de participação no processo de inexigibilidade em pauta, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação no procedimento citado, que não foi declarado(a) inidôneo(a) e não está impedido(a) de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspenso(a) de contratar com a Administração, bem como que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser verdade assina a presente.

Local e data.

Assinatura do Profissional

Nº do documento de identidade

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE INEXISTÊNCIA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO**

(Identificação do proponente), endereço (completo), inscrito(a) no CPF sob n.º ....., registrado no CRM sob n.º ....., declaro estar ciente e de acordo que o credenciamento, na forma estabelecida, não gera vínculo empregatício com o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Governador Valadares/MG.

Local e data.

Assinatura do Profissional  
Nº do documento de identidade



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO V**  
**MINUTA CONTRATUAL – PESSOA FÍSICA**

TERMO CONTRATUAL Nº XXX/2024

Contrato que entre si celebram a Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV, e xxxxxxxxxxxxxxxx, objetivando credenciar este interessado para a prestação de serviço de perícia médica, a ser prestado por médico especialista em medicina do trabalho, **Pessoa Física**.

**Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV**, com sede na Rua Eduardo Carlos Pereira, 205, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 86.813.953/0001-94, devidamente representado por seu Presidente, o Sr. Bruno Vilar Rocha de Almeida, inscrito sob o CPF nº 094.520.976-20, residente e domiciliado nesta cidade, e xxxxxxxxxxxx, inscrita no CPF sob o nº. xxxxxxxx, localizado na xxxxxxxxxxxx, nº. xxx, Bairro xxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, doravante denominada CREDENCIADA, em conformidade com o PACS nº. 05/2024; com o Decreto Municipal nº 11.933, de 26 de dezembro de 2023, bem como a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e considerando o disposto na legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente Credenciamento tem por objeto a contratação de pessoa física para prestação de serviço de perícias médicas, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o Servidor Público Municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Complementar nº 284, de 30/12/2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato na forma dos artigos 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, podendo ser renovado nos termos da lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A)**

3.1 – O(A) CREDENCIADO(A) obriga-se a:

- 3.1.1 - Observar e respeitar a Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal pertinente ao cumprimento do presente credenciamento;
- 3.1.2 - Realizar análises médico-periciais, conforme encaminhamento do setor responsável, registrando os resultados com relação aos protocolos e laudos médicos, consoante estabelecido nos procedimentos de perícia médica, respeitando o horário e o local declarado para o atendimento;
- 3.1.3 – Definir, com base nos exames de rotina da perícia médica e exames especializados, a capacidade ou a incapacidade para a atividade laborativa;
- 3.1.4 - Emitir e entregar para o setor responsável o parecer técnico conclusivo, de acordo com as normas vigentes em perícia médica;
- 3.1.5 - Comunicar a Diretoria de Gestão Previdenciária do IPREM/GV, obrigatoriamente, a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;
- 3.1.6 - Emitir parecer técnico;

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 3.1.7 - Manifestar sobre laudos emitidos em processos administrativos disciplinares;
- 3.1.8 - Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo a vigente no município de atuação;
- 3.1.9 - Zelar pela observância do Código de Deontologia Médica;
- 3.1.10 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os serviços a serem prestados;
- 3.1.11 - Participar dos eventos de orientação técnica, sempre que convocado;
- 3.1.12 - Não alterar as instalações, o endereço e horários de atendimento sem consentimento prévio e por escrito da Diretoria de Gestão Previdenciária do IPREM/GV;
- 3.1.13 - Permitir o acompanhamento e a fiscalização pelo IPREM/GV no Termo Contratual, responsável pela fiscalização e avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária, ou ainda por outra pessoa devidamente autorizada por ele;
- 3.1.14 - Manter as condições estabelecidas e indicadas no Instrumento convocatório que abriga o Termo de Referência, em especial a documentação jurídica, qualificação técnica, Fiscal e Econômico – Financeira, durante todo o período de vigência do Termo Contratual;
- 3.1.15 - Responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes da execução de suas obrigações, especialmente daquelas decorrentes do cumprimento do objeto de que dispõe a Cláusula Primeira deste Termo Contratual;
- 3.1.16 - O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto que atenda as condições editalícias, para representá-lo na execução do termo contratual;
- 3.1.17 - Manter controle dos serviços prestados ao IPREM/GV no âmbito deste credenciamento;
- 3.1.18 - Prestar informações ao IPREM/GV, em especial a Diretoria de Gestão Previdenciária, e/ou outra pessoa devidamente autorizada por ele, em demandas relativas ao devido cumprimento do objeto deste Termo Contratual;
- 3.1.19 - Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, objeto deste Termo Contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer relação de emprego, pagamento de salários, recolhimento de taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais ou municipais que incidam ou possam incidir sobre o objeto da prestação de serviço constante do Processo de Credenciamento, bem como apresentação de seus respectivos comprovantes, quando solicitados pelo IPREM/GV;
- 3.1.20 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, as responsabilidades advindas deste Termo Contratual;
- 3.1.21 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante a execução deste Termo Contratual, todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas no Processo de Credenciamento;
- 3.1.22 - Responder por todo e qualquer dano ou prejuízo, material ou não, desde que decorrente de seus atos ou omissões, causado ao IPREM/GV ou a terceiros na execução de suas obrigações, cuja responsabilidade não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo IPREM/GV, obrigando-se, inclusive, a todo e qualquer tempo, ao ressarcimento correspondente;
- 3.2 - Sem prejuízo das obrigações constantes no item 3.1 e seus subitens, o(a) CREDENCIADO(A) para o efetivo cumprimento do objeto, observará as seguintes critérios e considerações:
  - 3.2.1 – A prestação de serviço compreende a Perícia Médica e a emissão de parecer técnico conclusivo;
  - 3.2.2 - A área de atuação médica será considerada para fornecimento de pareceres técnicos especializados com finalidade de auxiliar no processo de perícia para aposentadoria especial por agente nocivo a ser realizada na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

4.1 – O CREDENCIANTE obriga se a:

- 4.1.1 - Acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar todo o processo de prestação de serviços, observado o ajustado neste Termo Contratual, no Edital e seus anexos;
- 4.1.2 - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no processo de credenciamento e na legislação aplicável;
- 4.1.3 - Notificar o(a) CREDENCIADO(A), por escrito, sobre irregularidade constatada, solicitando providências para a regularização das mesmas;
- 4.1.4 - Exercer a fiscalização da execução deste Termo Contratual por meio do Gestor do contrato, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária e/ou outra pessoa devidamente autorizada por ele, especialmente designada para tal atribuição, na forma prevista na Lei nº 14.133 de 2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES AO CREDENCIADO**

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

5.1 - São expressamente vedadas ao credenciado;

5.1.1 - Subcontratar a terceiros a prestação de serviços objeto do presente credenciamento;

5.1.2 - Prestar o serviço, objeto deste Termo Contratual, para pessoa não expressamente autorizada/encaminhada pelo IPREM/GV;

5.1.3 - Utilizar-se, para fins comerciais ou não, de logomarcas e símbolos pertencentes ao IPREM/GV sem autorização expressa do mesmo; e,

5.1.4 - Veicular documentos ou informações acerca do objeto deste credenciamento, salvo se houver prévia autorização do Presidente do IPREM/GV.

**CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - Os serviços, objeto deste Termo Contratual, deverão ser realizados nas instalações do CREDENCIANTE, conforme local indicado no Item 5.2 do Termo de Referência.

6.2 - Os dias e horários de prestação dos serviços, de que trata este Termo Contratual, serão estipulados pela CREDENCIANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO**

7.1 - Pelos serviços, objeto deste Termo Contratual, prestado por PESSOA FÍSICA, o IPREM/GV remunerará ao credenciado com o valor apresentado no Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1 - O pagamento dos serviços prestados, objeto deste Termo Contratual, do valor de remuneração, será apurado utilizando a Tabela de valor unitário do Termo de Referência, Item 1.1, multiplicado pela quantidade de atendimentos por modalidade, cujo valor total é a somatória das totalizações de cada atendimento.

8.2 - O pagamento do valor de remuneração apurado será efetuado na segunda quarta-feira após a emissão da nota fiscal, por meio de ordem bancária, mediante apresentação do laudo pericial.

8.2.1 - Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e atestados.

8.2.2 - O pagamento a) CREDENCIADO(A) será creditado pelo IPREM/GV em conta corrente por ele indicado.

8.3 - Em nenhuma hipótese poderá ser pago qualquer sobretaxa em relação ao preço estabelecido na Tabela constante do Termo de Referência.

8.4 - O pagamento está condicionado a comprovação do atendimento das exigências contidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO e seus Anexos.

8.5 - O CREDENCIANTE poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando para tanto, notificar previamente o(a) CREDENCIADO(A), com antecedência de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IPREM/GV.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 04 – Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Unidade: 01 - Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Funcional: 09.122.0401.2.220

Econômica/Natureza: 3390.36.00

Fonte: 1.802.00

Especificação: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física

9.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 - O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste Termo Contratual sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e sem prejuízo de outras responsabilidades civil e criminal e daquelas estabelecidas no Processo de Credenciamento.

10.2 - No caso de descumprimento total ou parcial do presente Termo Contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) CREDENCIADO(A) ficará sujeita as seguintes penalidades:

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

10.2.1 - Advertência Escrita – quando for constatada irregularidade de menor gravidade que não concorra em prejuízo ao IPREM/GV, comunicação formal de desacordo quanto à conduta do prestador sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.2.2 - Descredenciamento:

- a) quando reiteradamente for advertido pelo mesmo fato, quanto a irregularidades de menor gravidade que não concorra em prejuízo ao IPREM/GV, sem a necessidade da adoção de medidas preventivas para eliminar as causas da conduta insatisfatória ou ainda, a não adoção das medidas corretivas determinadas na advertência escrita;
- b) quando descumprir Cláusula deste Termo contratual com prejuízo ao IPREM/GV;
- c) quando deixar de cumprir as obrigações assumidas em decorrência de falta grave dolosa ou revestida de má-fé;
- d) quando constatado a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos apresentados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 - Sem prejuízo do constante estabelecido na Lei. nº 14.133 de 2021, a rescisão poderá ser determinada por ato unilateral do IPREM/GV em decorrência da comprovação do descumprimento, parcial ou total, do estabelecido neste Instrumento e no Processo de Credenciamento.

11.1.1 - A rescisão deste Termo Contratual implicará no descredenciamento da pessoa física, o que poderá ocorrer, ainda, quando:

- a) Comprovado fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica, administrativa ou operacional do(a) CREDENCIADO(A), ou que reduza sua capacidade de cumprir e atender às exigências estabelecidas no Processo de Credenciamento;
- b) Parecer técnico-administrativo desfavorável, expedido pela Diretoria de Gestão Previdenciária, ou pessoa a quem esta indicar, que culmine na cassação do credenciamento decorrente de processo próprio, observado o amplo direito de defesa e ao contraditório, quanto ao descumprimento do estabelecido neste Termo Contratual;
- c) Não observância de quaisquer das vedações estabelecidas na Cláusula Quinta deste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GESTOR DESTES TERMO CONTRATUAL**

12.1 - Para efeitos deste Termo Contratual, o IPREM/GV designa, como gestor, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária, Jhonatas Otávio Amaro.

12.2 - Caberá, ao Gestor deste Termo Contratual, a responsabilidade de acompanhar, monitorar e fiscalizar a prestação de serviços do(a) CREDENCIADO(A) quanto ao objeto de credenciamento de perícia médica, observado as disposições deste Termo Contratual, do Edital e do Processo Administrativo nº. 05/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com as disposições da legislação em vigor, especialmente da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da comarca de Governador Valadares, MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriunda do presente Termo Contratual, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e valor, para os fins de direito.

Governador Valadares, MG xxxxxxxx de xxxxxxxx de 2025.

Bruno Vilar Rocha de Almeida  
Presidente do IPREM/GV

\_\_\_\_\_  
(Credenciada)

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**ANEXO VI**  
**MINUTA CONTRATUAL – PESSOA JURÍDICA**

TERMO CONTRATUAL Nº XXX/2024

Contrato que entre si celebram a Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV, e xxxxxxxxxxxxxxxx, objetivando credenciar esta referida empresa para a prestação de serviço de perícia médica, a ser prestado por médico especialista em medicina do trabalho, **Pessoa Jurídica.**

**Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares – IPREM/GV**, com sede na Rua Eduardo Carlos Pereira, 205, na cidade de Governador Valadares, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 86.813.953/0001-94, devidamente representado por seu Presidente, o Sr. Bruno Vilar Rocha de Almeida, inscrito sob o CPF nº 094.520.976-20, residente e domiciliado nesta cidade, e a empresa credenciada xxxxxxxxxxxx, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. xxxxxxxx, inscrição estadual nº xxxxxxxx, com sede na xxxxxxxxxxxx, nº. xxx, Bairro xxxxxxxx, CEP xxxxxxxx, representada neste ato pelo seu xxxxxxxxxxxx, Sr. (a) xxxxxxxxxxxx, portador(a) da Carteira de Identidade nº xxxxxxxx, e inscrito(a) no CPF nº. xxxxxxxx, doravante denominada CREDENCIADA, em conformidade com o PAC'S nº. 05/2024; no Decreto Municipal nº 11.933, de 26 de dezembro de 2023, bem como a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, e considerando o disposto na legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Contratual, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 - O presente Credenciamento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço de perícias médicas, a ser prestado por médico especialista em Medicina do Trabalho, emitindo parecer técnico de perícia médica conclusivo, analisando precisamente se o servidor público municipal, filiado ao IPREM/GV, tem direito à aposentadoria especial, em face do suposto desempenho de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde e sua integridade física, observados o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e o Laudo Técnico das condições ambientais de trabalho (LTCAT), que o servidor se enquadra em um dos casos de exposição aos agentes nocivos listados no Anexo IV do Regulamento da Previdência Social, nos moldes do que dispõe a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, e da Lei Complementar nº 284, de 30/12/2021, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

2.1 - O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato na forma dos artigos 105 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, podendo ser renovado nos termos da lei.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO(A) CREDENCIADO(A)**

3.1 – O(A) CREDENCIADO(A) obriga-se a:

3.1.1 - Observar e respeitar a Legislação Federal, Estadual e/ou Municipal pertinente ao cumprimento do presente credenciamento;

3.1.2 - Realizar análises médico-periciais, conforme encaminhamento do setor responsável, registrando os resultados com relação aos protocolos e laudos médicos, consoante estabelecido nos procedimentos de perícia médica, respeitando o horário e o local declarado para o atendimento;

3.1.3 – Definir, com base nos exames de rotina da perícia médica e exames especializados, a capacidade ou a incapacidade para a atividade laborativa;

3.1.4 - Emitir e entregar para o setor responsável o parecer técnico conclusivo, de acordo com as normas vigentes em perícia médica;

3.1.5 - Comunicar a Diretoria de Gestão Previdenciária do IPREM/GV, obrigatoriamente, a ocorrência de qualquer irregularidade de que tenha conhecimento;



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

- 3.1.6 - Emitir parecer técnico;
- 3.1.7 - Manifestar sobre laudos emitidos em processos administrativos disciplinares;
- 3.1.8 - Manter-se atualizado acerca da legislação previdenciária, sobretudo a vigente no município de atuação;
- 3.1.9 - Zelar pela observância do Código de Deontologia Médica;
- 3.1.10 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, os serviços a serem prestados;
- 3.1.11 - Participar dos eventos de orientação técnica, sempre que convocado;
- 3.1.12 - Não alterar as instalações, o endereço e horários de atendimento sem consentimento prévio e por escrito da Diretoria de Gestão Previdenciária do IPREM/GV;
- 3.1.13 - Permitir o acompanhamento e a fiscalização pelo IPREM/GV no Termo Contratual, responsável pela fiscalização e avaliação do cumprimento dos objetivos estabelecidos, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária, ou ainda por outra pessoa devidamente autorizada por ele;
- 3.1.14 - Manter as condições estabelecidas e indicadas no Instrumento convocatório que abriga o Termo de Referência, em especial a documentação jurídica, qualificação técnica, Fiscal e Econômico – Financeira, durante todo o período de vigência do Termo Contratual;
- 3.1.15 - Responsabilizar-se integralmente pelas despesas decorrentes da execução de suas obrigações, especialmente daquelas decorrentes do cumprimento do objeto de que dispõe a Cláusula Primeira deste Termo Contratual;
- 3.1.16 - O credenciado contratado deverá indicar e manter preposto que atenda as condições editalícias, para representá-lo na execução do termo contratual;
- 3.1.17 - Manter controle dos serviços prestados ao IPREM/GV no âmbito deste credenciamento;
- 3.1.18 - Prestar informações ao IPREM/GV, em especial a Diretoria de Gestão Previdenciária, e/ou outra pessoa devidamente autorizada por ele, em demandas relativas ao devido cumprimento do objeto deste Termo Contratual;
- 3.1.19 - Responsabilizar-se integralmente pela prestação de serviço, objeto deste Termo Contratual, sendo de sua exclusiva responsabilidade qualquer relação de emprego, pagamento de salários, recolhimento de taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais ou municipais que incidam ou possam incidir sobre o objeto da prestação de serviço constante do Processo de Credenciamento, bem como apresentação de seus respectivos comprovantes, quando solicitados pelo IPREM/GV;
- 3.1.20 - Não ceder ou transferir, total ou parcialmente, as responsabilidades advindas deste Termo Contratual;
- 3.1.21 - Manter, em compatibilidade com as obrigações assumidas durante a execução deste Termo Contratual, todas as condições de habilitação e qualificação comprovadas no Processo de Credenciamento;
- 3.1.22 - Responder por todo e qualquer dano ou prejuízo, material ou não, desde que decorrente de seus atos ou omissões, causado ao IPREM/GV ou a terceiros na execução de suas obrigações, cuja responsabilidade não poderá ser excluída ou atenuada em função da fiscalização ou do acompanhamento exercido pelo IPREM/GV, obrigando-se, inclusive, a todo e qualquer tempo, ao ressarcimento correspondente;
- 3.2 - Sem prejuízo das obrigações constantes no item 3.1 e seus subitens, o(a) CREDENCIADO(A) para o efetivo cumprimento do objeto, observará as seguintes critérios e considerações:
  - 3.2.1 – A prestação de serviço compreende a Perícia Médica e a emissão de parecer técnico conclusivo;
  - 3.2.2 - A área de atuação médica será considerada para fornecimento de pareceres técnicos especializados com finalidade de auxiliar no processo de perícia para aposentadoria especial por agente nocivo a ser realizada na sede do Instituto, no local onde o servidor exerce suas funções ou outro a ser determinado.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE**

4.1 – O CREDENCIANTE obriga se a:

- 4.1.1 - Acompanhar, monitorar, avaliar e fiscalizar todo o processo de prestação de serviços, observado o ajustado neste Termo Contratual, no Edital e seus anexos;
- 4.1.2 - Cumprir e fazer cumprir as disposições contidas no processo de credenciamento e na legislação aplicável;
- 4.1.3 - Notificar o(a) CREDENCIADO(A), por escrito, sobre irregularidade constatada, solicitando providências para a regularização das mesmas;
- 4.1.4 - Exercer a fiscalização da execução deste Termo Contratual por meio do Gestor do contrato, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária e/ou outra pessoa devidamente autorizada por ele, especialmente designada para tal atribuição, na forma prevista na Lei nº 14.133 de 2021.

## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

**CLÁUSULA QUINTA - DAS VEDAÇÕES AO CREDENCIADO**

5.1 - São expressamente vedadas ao credenciado;

5.1.1 - Subcontratar a terceiros a prestação de serviços objeto do presente credenciamento;

5.1.2 - Prestar o serviço, objeto deste Termo Contratual, para pessoa não expressamente autorizada/encaminhada pelo IPREM/GV;

5.1.3 - Utilizar-se, para fins comerciais ou não, de logomarcas e símbolos pertencentes ao IPREM/GV sem autorização expressa do mesmo; e,

5.1.4 - Veicular documentos ou informações acerca do objeto deste credenciamento, salvo se houver prévia autorização do Presidente do IPREM/GV.

**CLÁUSULA SEXTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

6.1 - Os serviços, objeto deste Termo Contratual, deverão ser realizados nas instalações do CREDENCIANTE, conforme local indicado no Item 5.2 do Termo de Referência.

6.2 - Os dias e horários de prestação dos serviços, de que trata este Termo Contratual, serão estipulados pela CREDENCIANTE.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DA REMUNERAÇÃO**

7.1 - Pelos serviços, objeto deste Termo Contratual, prestado por PESSOA JURÍDICA, o IPREM/GV remunerará ao credenciado com o valor apresentado no Termo de Referência.

**CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO**

8.1 - O pagamento dos serviços prestados, objeto deste Termo Contratual, do valor de remuneração, será apurado utilizando a Tabela de valor unitário do Termo de Referência, Item 1.1, multiplicado pela quantidade de atendimentos por modalidade, cujo valor total é a somatória das totalizações de cada atendimento.

8.2 - O pagamento do valor de remuneração apurado será efetuado na segunda quarta-feira após a emissão da nota fiscal, por meio de ordem bancária, mediante apresentação do laudo pericial.

8.2.1 - Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e atestados.

8.2.2 - O pagamento a) CREDENCIADO(A) será creditado pelo IPREM/GV em conta corrente por ele indicado.

8.3 - Em nenhuma hipótese poderá ser pago qualquer sobretaxa em relação ao preço estabelecido na Tabela constante do Termo de Referência.

8.4 - O pagamento está condicionado a comprovação do atendimento das exigências contidas no EDITAL DE CREDENCIAMENTO e seus Anexos.

8.5 - O CREDENCIANTE poderá a qualquer tempo denunciar o ajuste, bastando para tanto, notificar previamente o(a) CREDENCIADO(A), com antecedência de 30 (trinta) dias.

**CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1 - As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do IPREM/GV.

9.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 04 – Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Unidade: 01 - Instituto de Previdência Municipal de Governador Valadares

Funcional: 09.122.0401.2.220

Econômica/Natureza: 3390.39.00

Fonte: 1.802.00

Especificação: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

9.2 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES**

10.1 - O descumprimento de qualquer das obrigações assumidas neste Termo Contratual sujeitará o infrator às penalidades previstas na legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e sem prejuízo de outras responsabilidades civil e criminal e daquelas estabelecidas no Processo de Credenciamento.



## COMISSÃO DE LICITAÇÃO

10.2 - No caso de descumprimento total ou parcial do presente Termo Contratual, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, o(a) CREDENCIADO(A) ficará sujeita as seguintes penalidades:

10.2.1 - Advertência Escrita – quando for constatada irregularidade de menor gravidade que não concorra em prejuízo ao IPREM/GV, comunicação formal de desacordo quanto à conduta do prestador sobre o descumprimento de obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;

10.2.2 - Descredenciamento:

a) quando reiteradamente for advertido pelo mesmo fato, quanto a irregularidades de menor gravidade que não concorra em prejuízo ao IPREM/GV, sem a necessidade da adoção de medidas preventivas para eliminar as causas da conduta insatisfatória ou ainda, a não adoção das medidas corretivas determinadas na advertência escrita;

b) quando descumprir Cláusula deste Termo contratual com prejuízo ao IPREM/GV;

c) quando deixar de cumprir as obrigações assumidas em decorrência de falta grave dolosa ou revestida de má-fé;

d) quando constatado a inveracidade de qualquer das informações ou dos documentos apresentados.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO**

11.1 - Sem prejuízo do constante estabelecido na Lei. nº 14.133 de 2021, a rescisão poderá ser determinada por ato unilateral do IPREM/GV em decorrência da comprovação do descumprimento, parcial ou total, do estabelecido neste Instrumento e no Processo de Credenciamento.

11.1.1 - A rescisão deste Termo Contratual implicará no descredenciamento da empresa, o que poderá ocorrer, ainda, quando:

a) Comprovado fato ou circunstância que comprometa a capacidade técnica, administrativa ou operacional do(a) CREDENCIADO(A), ou que reduza sua capacidade de cumprir e atender às exigências estabelecidas no Processo de Credenciamento;

b) Parecer técnico-administrativo desfavorável, expedido pela Diretoria de Gestão Previdenciária, ou pessoa a quem esta indicar, que culmine na cassação do credenciamento decorrente de processo próprio, observado o amplo direito de defesa e ao contraditório, quanto ao descumprimento do estabelecido neste Termo Contratual;

c) Não observância de quaisquer das vedações estabelecidas na Cláusula Quinta deste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO GESTOR DESTES TERMO CONTRATUAL**

12.1 - Para efeitos deste Termo Contratual, o IPREM/GV designa, como gestor, o titular da Diretoria de Gestão Previdenciária, Jhonatas Otávio Amaro.

12.2 - Caberá, ao Gestor deste Termo Contratual, a responsabilidade de acompanhar, monitorar e fiscalizar a prestação de serviços do(a) CREDENCIADO(A) quanto ao objeto de credenciamento de perícia médica, observado as disposições deste Termo Contratual, do Edital e do Processo Administrativo nº. 05/2024.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**

13.1 - Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com as disposições da legislação em vigor, especialmente da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO**

14.1 - Fica eleito o foro da comarca de Governador Valadares, MG, para dirimir quaisquer dúvidas oriunda do presente Termo Contratual, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e valor, para os fins de direito.

Governador Valadares, MG xxxxxxxx de xxxxxxxx de 2025.

Bruno Vilar Rocha de Almeida  
Presidente do IPREM/GV

\_\_\_\_\_  
(Empresa Credenciada)

**TERMO CONTRATUAL**

**CONTRATO Nº 011/2024.**

**CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA - CMPREV.**

**CNPJ Nº: 05.380.490/0001-12.**

**CONTRATADA: OTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.**

**CNPJ Nº: 40.894.700/0001-91.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 021/2024.**

**DISPENSA Nº 017/2024.**

**VALOR ESTIMADO: R\$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais).**

**VALOR POR PARECER MÉDICO-PERICIAL: R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais).**

**VIGÊNCIA: 02/08/2024 A 01/02/2025**

**TERMO PARA “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIA MÉDICA E SERVIÇOS CORRELATOS, CONFORME DEMANDA, PARA A INSTRUÇÃO EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO POR MORTE”, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA – CMPREV E DE OUTRO LADO OTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

Pelo presente instrumento particular, de um lado, o **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA - CMPREV**, unidade autárquica do Município de Cândido Mota - SP, esta pessoa jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ(MF) sob o nº 05.380.490/0001-12**, com sede na Rua Antônio Pipolo Sobrinho, nº 603, Bairro Jardim Santa Terezinha, Cândido Mota - SP, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente, o Sr. **Eduardo Faria**, doravante designado simplesmente de

**CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa **OTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **40.894.700/0001-91**, localizada à Avenida Nove de Julho, nº 782, Bairro Centro, na cidade de Assis, Estado de São Paulo, CEP 19.800-021, neste ato representada pelo Sr. **Kazuyochi Ota Junior**, conforme atos constitutivos da empresa, doravante apenas simplesmente chamado de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº 021/2024 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 017/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O presente termo destina-se a **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Perícia Médica e serviços correlatos, conforme demanda, para a instrução em processos administrativos de aposentadoria e pensão por morte**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	Realização de Parecer Médico-Pericial de análise dos documentos relativos à aposentadoria especial (LTCAT e PPP), indicando os períodos analisados e eventual existência de exposição a agentes nocivos à saúde (de acordo com o Art. 11, anexo IV, da Portaria 1.467 de 02 de junho de 2022 - Ministério do Trabalho e Previdência).	04	R\$ 720,00	R\$ 2.880,00

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. A Autorização de Contratação Direta;
- 1.3.3. A Proposta do contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **06 meses** contados da **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

2.2. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.3. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.5. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A empresa contratada deverá disponibilizar:

- 3.1.1. 01 (um) médico perito para a Realização de Parecer Médico-Pericial de análise dos documentos relativos à aposentadoria especial (LTCAT e PPP), indicando os períodos analisados e eventual existência de exposição a agentes nocivos à saúde de acordo com o Art. 11, anexo IV, da Portaria 1.467 de 02 de junho de 2022 - Ministério do Trabalho e Previdência;

3.2. Os atendimentos previstos para a realização de Parecer Médico-Pericial deverão assim ocorrer:

3.2.1. O serviço de perícia médica para aposentadoria especial de servidor público que exerça atividade sob condições prejudiciais à saúde ou integridade física consistirá na avaliação técnica de questões relacionadas à saúde e ao ambiente de trabalho, realizada sem a presença do servidor requerente, mediante a análise de seu Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), do Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e, se necessário, inspeção de ambientes de trabalho, com vistas à rerratificação das informações contidas nas demonstrações ambientais, ensejando a emissão de parecer médico-pericial conclusivo, descrevendo o enquadramento por agente nocivo, indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente período de atividade, documento técnico este que subsidiará o Instituto de Previdência Municipal na formação de juízo quanto à concessão ou não do benefício previdenciário ao servidor requerente. Deve-se levar em conta na avaliação o disposto na Portaria MTP 1467/2022, Anexo IV ([https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/portarias\\_todas/portaria-mtp-no-1-467-de-02-de-junho-de-2022.pdf](https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/legislacao-dos-rpps/portarias/portarias_todas/portaria-mtp-no-1-467-de-02-de-junho-de-2022.pdf)) .

3.2.2. O CMPREV, uma vez constatado que o servidor público apresentou o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), o Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT), além de outros documentos que sejam por ele reputados como necessários, comunicará à CONTRATADA acerca da necessidade de elaboração do parecer médico-pericial.

3.2.3. De posse da documentação do servidor, deverá o médico perito emitir parecer médico-pericial conclusivo e sem obscuridades, descrevendo se o servidor, no exercício de suas funções, se expõe ou não aos agentes nocivos, e, em caso positivo, procedendo ao enquadramento por agente nocivo, indicando a codificação contida na legislação específica e o correspondente período de atividade exercido condições, conforme modelo de laudo a ser-lhe entregue pelo CMPREV.

3.2.4. Entendendo o médico perito pela imprescindibilidade de realização de visita técnica ao local de trabalho, visando à constatação direta sobre a exposição

efetiva a agentes nocivos, deverá comunicar tal circunstância ao CMPREV e agendar dia e hora para a visita, com o custo do deslocamento por conta da CONTRATADA.

3.2.5. Realizada a visita técnica, deverá o médico perito elaborar o parecer.

3.2.6. Os laudos deverão ser emitidos no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da solicitação, que poderá ser por e-mail, ofício, mandado judicial ou outro meio.

3.2.7. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) Na hipótese de substituição, por estar o laudo ou parecer equivocado, inadequado, incompleto ou em desacordo ao solicitado, a Contratada deverá refazê-lo em conformidade com a Contratação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento do mesmo, mantido o preço inicialmente contratado.

3.2.8. Todos os prazos poderão ser reduzidos se houver determinação judicial com prazo preestabelecido e improrrogável a ser respeitado.

3.3. Os laudos periciais poderão ser apresentados em documentos digitalizados, datados e assinados eletronicamente, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, pelos profissionais habilitados;

3.4. As perícias serão realizadas e remuneradas de acordo com programação a ser estabelecida pelo CMPREV, levando-se sempre em conta sua necessidade e a disponibilidade da empresa contratada;

3.5. Sempre que houver dúvidas quanto à realização das perícias, a empresa se compromete a emitir relatório médico complementar com a resposta aos novos quesitos formulados pelo CMPREV.

3.6. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

3.7. A Gestão do presente contrato será realizada pelo Diretor Administrativo e Financeiro.

#### **4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor por Parecer Médico-Pericial é de R\$ 720,00 (setecentos e vinte reais), perfazendo o valor total estimado da contratação de R\$ 2.880,00 (dois mil, oitocentos e oitenta reais), considerando a quantidade de 04 (quatro) Perícias estimadas para o período de 06 meses.

5.2. O valor total acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos serviços efetivamente prestados.

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **17/07/2024**.

7.2. Ocorrendo a prorrogação contratual, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA/IBGE**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.



## **8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Contrato, Termo de Referência e termos de sua Proposta;
- 8.2. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.4. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.5. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.6. Cientificar o órgão jurídico da Casa para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

- 9.1. O Contratado deve conhecer e respeitar as normas e diretrizes previstas na Política de Segurança da Informação e no Código de Ética do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cândido Mota – CMPREV;
- 9.2. Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, do Termo de Referência e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.3. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato ou pelo gestor, caso não haja fiscal designado, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante, do agente de contratação, do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.8. Comunicar à Contratante, por escrito, qualquer ocorrência anormal ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita execução do objeto contratado.

9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.10. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.11. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do [art. 15 da LGPD](#), é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do [art. 16 da LGPD](#), incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 0,5 % (zero vírgula cinco por cento) do valor da inadimplência, por dia de atraso na entrega dos serviços ou substituição de serviços devolvidos, até o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor da contratação;

- a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória, equivalente a 10% (dez por cento) do valor global do contrato, independentemente da apuração da responsabilidade civil e criminal, se for o caso, para qualquer das partes que infringir os termos e condições da contratação.

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))



12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.2.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.3. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.3.3. Indenizações e multas.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cândido Mota - CMPREV abaixo discriminada:

I. Ficha: 006 – Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica

- II. Unidade: 040101 – Departamento de Administração e Finanças
- III. Funcional: 09.272.0002.2042.0000 – Operação e Manutenção do Departamento de Administração e Finanças
- IV. Categoria Econômica: 3.3.90.39.64 - Serviços de Perícias Médicas/Odontológicas para Benefícios.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo os preceitos de direito público e as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, supletivamente, segundo os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

## 18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o foro Comarca de Cândido Mota/SP, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Cândido Mota, 02 de agosto de 2024.

---

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CÂNDIDO MOTA –  
CMPREV  
CONTRATANTE  
EDUARDO FARIA  
DIRETOR PRESIDENTE

---

KAZUYOCHI OTA JUNIOR  
CONTRATADA  
OTA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA  
SÓCIO-ADMINISTRADOR

TESTEMUNHAS:

1-

2 -

**Pregão Eletrônico nº. 001/2024 – Autarquia Cambe Previdência**  
**Processo Administrativo nº. 43/2024**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**CONTRATO Nº. 005/2024 - AUTARQUIA CAMBÉ PREVIDÊNCIA**

**REF. AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 001/2024 - AUTARQUIA CAMBE PREVIDENCIA**

Contrato de prestação de serviços que entre si celebram **AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CAMBE - CAMBE PREVIDENCIA** e **RUFINO LOPES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, na forma abaixo:

**CONTRATANTE:** AUTARQUIA CAMBÉ PREVIDÊNCIA, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Portugal nº 58, inscrita no CNPJ sob nº 20.237.599/0001-99, neste ato devidamente representado pela Diretora Presidente em pleno exercício de seu mandato e funções, Sra. Andreia Cristina da Silva, residente e domiciliado na cidade de Londrina-PR, portador da Cédula de Identidade RG nº 6.697.191-0/SESP-PR e CPF/MF sob nº 025.958.749-42.

**CONTRATADA:** RUFINO LOPES SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ 44.205.180/0001-13 - com sede na Rua Ubirajara, 80 – Jardim Lucianópolis, na cidade de Maringá – PR, CEP 87.080-430 neste ato representado por Bruno Ricardo Rufino Lopes, brasileira, residente e domiciliada na Rua Ubirajara, 80 – Jardim Lucianópolis, na cidade de Maringá – PR, CEP 87.080-430, portador da Cédula de Identidade sob nº 9.900.162-3 SESP/PR e sob nº CPF 010.391.959-70.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO**

1.1 Constitui objeto deste Edital a contratação, através de Sistema de Registro de Preço, à prestação de serviços técnicos de perícia médica em segurados do RPPS, para fins de instrução de processos administrativos e/ou judiciais com emissão de Laudos e/ou pareceres, visando a concessão ou não de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho, de manutenção e/ou reversão de aposentadoria por incapacidade permanente, avaliar o grau de deficiência para concessão de aposentadoria especial para o servidor com deficiência, emitir parecer médico pericial conclusivo em relação ao enquadramento por exposição a agentes nocivos - tudo na forma da Lei Municipal Complementar Municipal 057/2021, comprovar a existência de dependentes inválidos ou com deficiência intelectual mental ou grave para concessão de pensão por morte, instruir processos de solicitação de Isenção de Imposto de Renda, confirmações online em processos de compensação previdenciária (COMPREV) entre os regimes de previdência conforme manual disponibilizado no site: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/sistemas/compPrev/AnliseMédica.pdf> e alterações e, realizar visita extraordinária de perícia médica individual domiciliar e/ou hospitalar, ou ainda local determinado pela justiça, conforme a necessidade, e demais legislações pertinentes e tudo mais que se fizer necessário à total execução dos serviços em conformidade com o termo de referência.

1.2 A CONTRATADA se declara em condições de fornecer e se adequar, em todos os termos pactuados ao objeto do contrato, em observância ao Termo de Referência referente ao processo de Pregão Eletrônico nº. 001/2024, processo administrativo nº. 043/2024 – AUTARQUIA CAMBÉ PREVIDÊNCIA imediatamente após a assinatura do contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO**

2.1 Pela prestação dos serviços objeto deste contrato, a Autarquia Cambé Previdência pagará à CONTRATADA, de acordo com as descrições solicitadas e dispostas no quadro abaixo e pelas quantidades solicitadas pela Diretoria de Benefícios no transcorrer do contrato:

**LOTE 01 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS PARA AUTARQUIA CAMBÉ PREVIDÊNCIA.**

Item	Qtde	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total (R\$)
1	52	UNIDADE	HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE PARA O TRABALHO E PENSÕES AOS DEPENDENTES INVÁLIDOS.	453,70	23.592,74
2	70	UNIDADE	SERVIÇO PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA PARA REAVALIAÇÃO DE APOSENTADORIAS POR INCAPACIDADE.	528,13	36.968,75
3	15	UNIDADE	SERVIÇO DE AVALIAÇÃO DE REQUERIMENTOS DE APOSENTADOS RELATIVOS À ISENÇÃO DE IRRF.	439,29	6.589,34
4	30	UNIDADE	SERVIÇO DE EMISSÃO DE PARECER MÉDICO PERICIAL DE PPP- E LTCAT PARA APOSENTADORIA ESPECIAL.	382,69	11.480,63
5	10	UNIDADE	SERVIÇO DE SERVIÇO DE ANÁLISE DE GRAU DE DEFICIÊNCIA PARA APOSENTADORIA - JUNTA MÉDICA	1.359,23	13.592,28
6	10	UNIDADE	CONFIRMAÇÕES DE PROCESSOS ONLINE JUNTO AO DATAPREV - REFERENTE AO COMPREV.	113,75	1.137,50

2.1 O valor global estimado para prestação dos serviços conforme contrato de 24 (vinte e quatro) meses não poderá ultrapassar R\$ 93.361,24 (Noventa e três mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

2.2 As despesas decorrentes da presente Licitação serão cobertas através de Recursos Próprios da Autarquia Cambé Previdência para contratação, qual seja: 25.003.04.122.0004.2752.33903900000 - Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado, exclusivamente, através de boleto ou transferência bancária, em nome da pessoa jurídica contratada, mediante apresentação de nota fiscal emitida de acordo com o item 3.4 e certificação de recebimento atestado pelo Fiscal de Contrato, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

3.2 Também será condição para pagamento a apresentação de comprovação da Regularidade Trabalhista mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), para com a Seguridade Social (INSS), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com as Receitas Federais, Estaduais e Municipais bem como a Comprovação de Regularidade junto ao CRM dos médicos que assinaram os Laudos.

3.3 Quaisquer erros ou emissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

3.4 A nota fiscal deverá apresentar o número da licitação e do contrato de serviços, e outros que julgar conveniente, e não apresentar rasuras e/ou entrelinhas.

3.5 A empresa Contratada deverá manter a regularidade fiscal solicitada para a contratação durante toda sua vigência, conforme Termo de Referência.

3.6 A Contratada deverá reconhecer, aceitar e destacar na nota fiscal emitida, a retenção de INSS, IRRF e ISSQN.

3.7 Caso a empresa seja dispensada do recolhimento de impostos, esta deverá apresentar declaração apropriada.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS ANEXOS CONTRATUAIS**

4.1 Fazem parte integrante deste contrato, os seguintes documentos, como se nele estivessem transcritos:

- a) Pregão Eletrônico nº. 001/2024 e seus anexos;
- b) Proposta de preço e seus anexos.

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Os documentos mencionados desta cláusula são considerados suficientes para, em conjunto com este contrato, definir o seu objeto e a sua perfeita execução.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

Havendo dúvidas ou divergências entre os anexos e este contrato, as mesmas serão objeto de acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES**

5.1. Constituem motivos para extinção contratual as hipóteses especificadas no artigo 137 e nos incisos I, II, III, VII, VIII, IX, X, XI e XII do artigo 155, ambos da Lei Federal n.º 14.133/21, bem com as hipóteses previstas no Decreto Municipal 676/2022.

5.2. Conforme o Decreto Municipal 676/2022, o LICITANTE e a CONTRATADA que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apuradas em regular processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei.

I. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções à licitante, em decorrência de conduta vedada, as comunicações à LICITANTE serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf, ou por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação.

II. A LICITANTE deverá manter atualizado os endereços de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao Sicaf e outros informados ao município, e confirmar o recebimento das mensagens provenientes da Autarquia Municipal Cambé Previdência, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

5.3. A sanção de **advertência** será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, nas seguintes hipóteses:

I. Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;

II. Inexecução parcial de obrigação contratual acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;



5.3.1 Para os fins do item 5.3, considera-se pequena relevância o descumprimento de obrigações ou deveres instrumentais ou formais que não impactam objetivamente na execução do contrato, bem como não causem prejuízos diretos e objetivamente mensuráveis à Administração.

5.4. A sanção de **impedimento** de licitar e contratar com o município de Cambé pelo prazo máximo de até 3 (três) anos será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:

I. Der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II. Der causa à inexecução total do contrato;

III. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

5.5. A sanção de declaração de **inidoneidade** para licitar ou contratar perante à administração pública pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos será aplicada, além das infrações previstas na Lei 14.133/2021, àquele que:

I. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

II. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

III. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.5.1 A sanção prevista no item 5.5, aplicada por qualquer ente da Federação e devidamente inscrita nos cadastros do Tribunal de Contas da circunscrição do ente que aplicou a penalidade, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta do Município, enquanto vigorar a norma aplicada.

5.6. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual sujeitará o infrator à sanção cabível para a mais grave entre elas, ou se iguais, somente uma delas, sopesando-se, em qualquer caso, as demais.

5.6.1 Não se aplica a regra prevista no item 5.6 se já houver ocorrido o julgamento ou pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

5.6.2 O disposto nos itens 5.3, 5.4 e 5.5 não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente à sanção mais grave.

5.7. A multa prevista no edital ou no contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado.

5.7.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.



5.7.2 A multa de que trata o item 5.7 poderá ser descontada do pagamento eventualmente devido pela contratante extraídos da mesma ata/contrato/edital.

5.7.3 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato.

5.8. Será aplicada multa nas seguintes condições:

I. No caso de atraso injustificado na execução do objeto, será aplicada multa de 0,7% (sete décimos percentual) calculada sobre a parte inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, a partir de quando será caracterizada a inexecução parcial do objeto;

II. No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre a parte inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias;

III. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.

IV. Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,5% (cinco décimos percentual) sobre o valor total do contrato;

V. Será configurada a inexecução parcial do objeto quando, injustificadamente, a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 100% (cem por cento) e superior ou igual a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato e a multa, de caráter compensatório será aplicada no seguinte percentual:

a) 15% (quinze por cento) em caso de inexecução parcial do objeto pela CONTRATADA ou nos casos de cancelamento da ata de registro de preços ou rescisão do contrato, calculada sobre a parte inadimplida.

VI. No caso de inexecução total, a multa aplicada será de:

a) 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou ata de registro de preços.

VII. Será configurada a inexecução total do objeto:

a) quando a CONTRATADA executar, até o final do prazo de execução do objeto, percentual inferior a 80% (oitenta por cento) do objeto do contrato;

b) recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

c) recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, que resultará em imediata perda da garantia de proposta, se houver.

VIII. A fixação das multas compensatórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do CONTRATANTE, sendo o dano superior ao percentual referido.

IX. O valor da multa deverá ser recolhido à conta do Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da comunicação oficial e do boleto de pagamento.

X. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao CONTRATANTE, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.9. A extinção unilateral do contrato é prerrogativa da CONTRATANTE para salvaguardar o interesse público, e pode ser promovida independentemente da aplicação das demais sanções previstas, após ser conferido previamente à CONTRATADA o direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.10. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso de direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observando-se o Art. 236 do Decreto Municipal 676/2022, e em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

5.11. Sobrevindo nova condenação, no curso do período de vigência de infração prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, será somado ao período remanescente o tempo fixado na nova decisão condenatória, reiniciando-se os efeitos das sanções.

I. As sanções previstas nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, serão aplicadas de modo independente em relação a cada infração diversa cometida.

II. A unificação das penas somente poderá ocorrer após a decisão definitiva dos processos administrativos.

III. A unificação das penas será efetivada por ato administrativo de competência do Secretário de Administração e, considerando que não implica em majoração das penalidades já aplicadas, não haverá necessidade de ampla defesa e contraditório.

IV. Na soma, contam-se as condenações em meses, desprezando-se os dias, respeitando-se o limite máximo previsto no inciso I do item 5.11, orientado pelo termo inicial da primeira condenação.

5.12. Será admitida a reabilitação da CONTRATADA perante o Município de Cambé, devendo para tanto serem observadas as disposições dos artigos 239 e 240 do Decreto Municipal 676/2022.

5.13. Os casos omissos quanto às infrações não previstas no Contrato e no Decreto Municipal 676/2022, serão resolvidos com base na Lei Federal 14.133/2021, sopesando-se a aplicação da sanção à gravidade da conduta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA SEXTA - DO INÍCIO E EXECUÇÃO.**

6.1 O objeto deste contrato terá início a partir da data da assinatura do mesmo.

6.2 Os serviços deverão ser realizados em até 10 (dez) dias após a data da solicitação/ordem de serviço enviada pela Autarquia, salvo motivo de força maior devidamente justificada.

6.3 O prazo para execução e conclusão de cada ordem de serviço, será de 15 (quinze) dias a contar da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado em decorrência de motivo devidamente fundamentado.

6.4 Os motivos de caso fortuito e/ou força maior, compreendidos no Direito Civil, deverão ser notificados e comprovados, por escrito, à Autarquia Cambé Previdência, dentro de 05 (cinco) dias de suas ocorrências e, desde que admitidos como tal, não serão incluídos na contagem dos prazos assumidos pela CONTRATADA.

6.5 As ordens de serviços serão emitidas por conveniência da Autarquia Cambé Previdência, sem datas ou períodos pré-estabelecidos.

6.6 A CONTRATANTE emitirá ordens de serviços estipulando a ordem para execução do objeto.

6.7 A CONTRATANTE não se obriga a solicitar todas as quantidades de itens constantes no Termo de Referência deste contrato.

### **CLÁUSULA SETIMA - DOS PRAZOS E PRORROGAÇÃO**

7.1 O não cumprimento do prazo estabelecido nos itens 6.2 e 6.3 implica em multa e demais sanções previstas na Cláusula Quinta do presente Contrato.

7.2 O presente contrato terá vigência de 26 (vinte e seis) meses, iniciando em 26/07/2024, com término em 25/09/2026, prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses.

7.3 Em conformidade com o disposto no art. 107 da Lei 14.133/2021, o presente contrato poderá, no seu vencimento, ser prorrogado de comum acordo entre as partes através de Termo Aditivo.

### **CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

8.1. Fornecer o objeto do contrato, em estrita observância à sua proposta.

8.2. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho ocorridos na execução dos serviços contratados.

8.3. Utilizar mão de obra idônea, especializada, agrupando permanentemente uma equipe homogênea e suficiente de empregados, os quais assegurem as condições necessárias ao cumprimento das especificações do serviço elencados neste Termo de Referência.

8.4. Assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que realizar, bem como pelos danos decorrentes da realização dos mesmos fornecer e manter atualizada a relação de todo o seu efetivo destinado à prestação em tela (ficha de registro de cada empregado).

8.5. Efetuar, de imediato, o afastamento de qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados inconvenientes ou insatisfatórios ao bom andamento dos serviços.

8.6. Comunicar, por escrito, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

8.7. Comunicar, por escrito, ao Fiscal do Contrato, a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

8.8. Providenciará a imediata correção das deficiências suscitadas pelo Fiscal do Contrato;

8.9. Assumir objetivamente, inteira responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta os ônus inerentes ao serviço prestado, tais como: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, taxas, licenças, férias e documentos concernentes ao contrato, inclusive seguros contra acidentes de trabalho, bem como de indenizar todo e qualquer dano/prejuízo pessoal e material causados, voluntária ou involuntariamente, por seus prepostos durante e/ou em consequência da execução dos serviços contratados, providenciando, imediata reparação dos danos ou prejuízos impostos à Contratante ou a Terceiros, inclusive, se houver, as despesas com custas judiciais e honorários advocatícios;

8.10. A Contratada deverá prever e alocar equipe, constituída por profissionais devidamente treinados, capacitados, com reputação ilibada, dimensionada para que assegurem as condições necessárias ao cumprimento das especificações do serviço elencados neste Termo de Referência.

8.11. Designar e informar a CONTRATANTE, no ato da assinatura do contrato, um profissional designado pela CONTRATADA, com telefone, que exercerá as funções de preposto, o qual se reportará diretamente ao Fiscal do contrato, visando acompanhar e responder pela execução do mesmo. No caso da substituição desse profissional, a CONTRATADA deverá informar imediatamente a CONTRATANTE;

8.12. A CONTRATADA deverá seguir e cumprir as normas de segurança do trabalho, sob única e exclusiva responsabilidade, fornecendo e obrigando seus empregados a utilizarem Equipamento de Proteção Individual e uniformes que se fizerem necessários no exercício de suas funções;

8.13 A empresa contratada deverá disponibilizar equipamentos devidamente regularizados/licenciados perante órgãos de controle, durante toda a execução contratual, caso haja exigência para tais.

8.14. Será terminantemente proibido aos colaboradores da Contratada, ingerir bebidas alcoólicas em serviço e/ou pedirem gratificações de qualquer espécie;

8.15. No caso de falta do profissional ao serviço por qualquer motivo, cabe à contratada providenciar imediatamente substituto de modo a não comprometer o bom andamento das atividades.

8.16 Conforme dispõe artigo 92, inciso XVI da Lei nº 14.133, a empresa contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.17 Será de competência da Contratada, o registro e a responsabilidade técnica do serviço junto aos órgãos oficiais, assim como as taxas e impostos advindas de tais responsabilidades técnicas, bem como o custeio de todas as despesas inerentes a prestação do serviço em si;

8.18 A habilitação do profissional para a execução do contrato deverá ser demonstrada pela comprovação do registro ou inscrição dos médicos especialistas e/ou da empresa perante o CRM;

8.19 Deverá assumir inteira responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, sociais e de proteção aos seus empregados, bem como pelos encargos previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato, nos termos da lei. Não configurando em hipótese alguma, vínculo empregatício com a Autarquia Municipal Cambé Previdência;

8.20 Deverá assumir a responsabilidade administrativa, penal e civil por eventuais danos causados a AUTARQUIA MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE CAMBÉ - CAMBÉ PREVIDÊNCIA ou a terceiros, por ação ou omissão, culpa ou dolo, decorrentes dos serviços médicos prestados;

8.21 Deverá se responsabilizar por indicar apenas profissionais com a reputação ilibada para a realização das perícias;

8.22 Deverá providenciar, quando necessário, à substituição, imediata, do profissional que não puder executar os serviços, objeto da presente contratação por profissional de igual ou superior qualificação;

8.23 Deverá manter durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo;

8.24 Manter absoluto sigilo sobre todos os documentos e elementos que passem pela apreciação da **CONTRATADA**;

8.25 Responsabilizar-se pelo Pessoal Técnico especializado permanentemente necessário à



execução do Contrato;

8.26 Responsabilizar-se por danos causados diretamente à **CAMBÉ PREVIDÊNCIA** ou a terceiros decorrente de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, bem como de seu empregado, preposto ou subordinado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**;

8.27 Responder por quaisquer compromissos assumidos com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato;

8.28 Executar os serviços com eficiência e presteza, atendendo às orientações da **CAMBÉ PREVIDÊNCIA** e de acordo com as especificações constantes neste Contrato;

8.29 Cumprir as orientações da **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**, necessárias para o fiel desempenho das atividades específicas;

8.30 Prestar formalmente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**, comunicando previamente ao fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ocorrida ou observada na execução dos serviços;

8.31 Manter devidamente atualizado seu cadastro, comunicando imediatamente à **CAMBÉ PREVIDÊNCIA** qualquer alteração em seu contrato social (ramo de atividade, razão social, endereço, sócios, etc.) bem como, enquadramento fiscal, encaminhando ao fiscal do contrato cópia da referida alteração, assim que registrada no órgão competente;

8.32 Não transferir ou ceder, total ou parcialmente, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes do Contrato a ser firmado

8.33 Zelar pela perfeita execução do Contrato, devendo as falhas que porventura venham a ocorrer serem sanadas em prazos que não tragam prejuízos à **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**

8.34 Responder, em relação aos seus funcionários, por todas as despesas/normas decorrentes da prestação do serviço, tais como salário, materiais, seguro, tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como as despesas pessoais dos técnicos como transporte, hospedagem e refeições;

8.35 Informar e manter atualizado o nome, endereço eletrônico, número de telefone fixo e de celular de preposto designado para atuar junto à **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**, sendo de sua atribuição receber as requisições e adotar as providências necessárias

8.36 A **CONTRATADA** executará os trabalhos a partir das premissas da LGPD em especial os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação no tratamento dos dados

## **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Em decorrência deste Contrato, e sem prejuízo de outras obrigações nele previstas, compromete-se:

9.1 Conceder a Contratada a responsabilidade pelas perícias médicas individuais ou perícias médicas, objeto da presente contratação;

9.2 Acompanhar a execução dos serviços, orientando e intervindo quando necessário;

9.3 Efetuar o pagamento na forma e condições estabelecidas no Contrato;

- 9.4 Prestar à Contratada todas as informações necessárias para a correta execução dos serviços;
- 9.5 Acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução dos serviços objeto deste Contrato por intermédio do Fiscal de Contrato, o qual verificará se todas as obrigações foram cumpridas pela CONTRATADA.
- 9.6 Orientar o servidor, quanto ao dia, horário e local acordado entre as partes para realização da perícia médica individual ou por junta médica;
- 9.7 Notificar por escrito a CONTRATADA sobre as deficiências e irregularidades encontradas na execução dos serviços ou no descumprimento das obrigações, fixando prazos para a sua correção.
- 9.8 Efetuar os pagamentos na forma e nos prazos previstos no contrato;
- 9.9 Verificar a regularidade fiscal e trabalhista da **CONTRATADA**, consultando mensalmente as certidões negativas: Municipal, Estadual, Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), FGTS e CNDT, **antes do pagamento**;
- 9.10 Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços executados em desacordo com as obrigações contratuais, que não atendam às especificações previstas no Edital e na proposta ofertada pela **CONTRATADA**, exigindo sua imediata correção, sob pena de rescisão contratual com as consequentes penalidades, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificado e aceito pela **CAMBÉ PREVIDÊNCIA**;

## CLÁUSULA DECIMA – DA FORMA DE EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO

10.1 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se por todas as despesas e encargos de qualquer natureza com o pessoal de sua contratação, necessários à execução do Contrato, com integral atendimento de toda a legislação que rege os negócios jurídicos e que lhe atribua responsabilidade, com ênfase na tributária, cível, previdenciária, trabalhista, acidente do trabalho e/ou outros assemelhados, bem como assistência médica e/ou outros assemelhados.

10.2 A CONTRATADA deverá responsabilizar-se pelo comportamento moral e profissional de seus empregados, respondendo, integralmente, por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados ao pessoal ou ao patrimônio institucional ou material da Autarquia Cambé Previdência ou de terceiros, em face da execução dos serviços, objeto do Contrato. Reforçar ou substituir o seu pessoal e/ou equipamentos, se for constatada a sua insuficiência ou inadequação para a realização dos serviços, objeto deste contrato, sem quaisquer ônus adicionais para a Autarquia Cambé Previdência.

10.4 A empresa vencedora deverá disponibilizar em quantidades suficientes todo e qualquer tipo de equipamento (PRÓPRIO OU LOCADO), material e recursos humanos para execução dos serviços para o atendimento da demanda.

10.5 A empresa contratada deverá disponibilizar recursos humanos devidamente capacitados para realização dos trabalhos e operação de equipamentos, observando as Normas Regulamentadoras vigentes, especialmente as do Ministério do Trabalho pertinentes às atividades a serem desenvolvidas, como também habilitação dos funcionários específica.

10.6 A empresa contratada deverá disponibilizar equipamentos devidamente regularizados/licenciados perante órgãos de controle, durante toda a execução contratual, caso haja exigência para tais.

10.7 A fiscalização do objeto, bem como o controle de encargos sociais e tributários serão feitos pela CONTRATANTE, através do profissional responsável Vanessa Maria da Silva Tofalini CPF 033.837.739-57.

10.8 O representante da Autarquia Cambé Previdência anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, constando, em planilha própria, as solicitações realizadas.

10.9 O representante da Contratada acompanhará diretamente a planilha de anotações, bem como dará ciência expressa de seu conteúdo, atestando a sua veracidade.

10.10 A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante CAMBÉ PREVIDENCIA ou a terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade da CAMBÉ PREVIDENCIA ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder o ressarcimento imediato ao CAMBÉ PREVIDENCIA dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades;

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA CESSÃO DO CONTRATO E SUBCONTRATAÇÃO**

11.1 A CONTRATADA não poderá ceder o presente Contrato a nenhuma pessoa física ou jurídica.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO**

12.1. A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir este Contrato, unilateralmente, independentemente de interpelação judicial, nos seguintes casos:

- a) decretação de falência ou insolvência civil;
- b) dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- c) razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento devidamente justificadas;
- d) subcontratação total ou parcial do objeto sem autorização da contratante;
- e) não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos.
- f) Violação das obrigações assumidas
- g) Fraude ou execução incorreta do objeto deste contrato;
- h) Abandono da execução do objeto deste contrato sem justa causa;

#### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer dos itens acima relacionados, implicará a apuração de perdas e danos, sem embargos da aplicação das demais providências legais cabíveis.

#### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATANTE, por conveniência exclusiva e, independentemente de cláusulas expressas, poderá rescindir o Contrato, desde que efetue os pagamentos devidos, relativos ao mesmo.

#### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

Declarada a rescisão do Contrato, que vigorará a partir de sua declaração, a CONTRATADA se obriga, expressamente, como ora o faz, a entregar o objeto deste Contrato inteiramente desembaraçado, não criando dificuldades de qualquer natureza.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS**



13.1 Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, com base da Lei federal nº14.133/21.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO**

14.1. Fica designado a servidora: Vanessa Maria da Silva Tofalini, CPF: 033.837.739-57, e-mail: [beneficios.previdencia@cambe.pr.gov.br](mailto:beneficios.previdencia@cambe.pr.gov.br) para acompanhar e fiscalizar o presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DOS CRITÉRIOS DE REVISÃO DE PREÇOS E REAJUSTE**

15.1 Os preços são fixos e irrealizáveis durante o prazo mínimo de 12 (doze) meses, salvo revisão de preços que dependerá de requerimento da Contratada quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, devendo ser instruído com a documentação que comprove claramente o desequilíbrio financeiro e caberá a Contratante aceitar ou não.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DO FORO**

16.1 As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste termo, perante o Foro da Comarca de Cambé, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA que, em razão disso, é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificação, citação inicial e outras medidas em direito permitidas.

16.2 Justas e contratadas, firmam as partes este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, com as testemunhas presentes ao ato, a fim de que produza seus efeitos legais.

Cambé, 25 de julho de 2024.

\_\_\_\_\_  
Andreia Cristina da Silva  
Diretora Presidente, Controlador de Encargos  
Sociais e Tributários  
**Autarquia Municipal – Cambé Previdência**

\_\_\_\_\_  
Bruno Ricardo Rufino Lopes  
Responsável Legal/Procurador  
**Rufino Lopes Serviços Médicos Ltda**

\_\_\_\_\_  
Vanessa Maria da Silva Tofalini  
Fiscal do Contrato  
**Autarquia Municipal – Cambé Previdência**

TESTEMUNHAS:

\_\_\_\_\_  
Luciana Kaguima

\_\_\_\_\_  
Marcos Antonio da Silva

**EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 005/2024**  
**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS**  
**AUTARQUIA MUNICIPAL - CAMBÉ PREVIDÊNCIA**

**Origem:** Pregão nº 001/2024 - Autarquia.

**Data de Assinatura do Contrato:** 25 de julho de 2024.

**Contratante:** AUTARQUIA CAMBÉ – PREVIDÊNCIA – CNPJ 20.237.599/0001-99

**Contratada:** RUFINO LOPES SERVIÇOS MÉDICOS – CNPJ 44.205.180/0001-13

**Objeto:** Constitui objeto deste Edital a contratação à prestação de serviços técnicos de perícia médica em segurados do RPPS, para fins de instrução de processos administrativos e/ou judiciais com emissão de Laudos e/ou pareceres, visando a concessão ou não de aposentadorias por incapacidade permanente para o trabalho, de manutenção e/ou reversão de aposentadoria por incapacidade permanente, avaliar o grau de deficiência para concessão de aposentadoria especial para o servidor com deficiência, emitir parecer médico pericial conclusivo em relação ao enquadramento por exposição a agentes nocivos - tudo na forma da Lei Municipal Complementar Municipal 057/2021, comprovar a existência de dependentes inválidos ou com deficiência intelectual mental ou grave para concessão de pensão por morte, instruir processos de solicitação de Isenção de Imposto de Renda, confirmações online em processos de compensação previdenciária (COMPREV) entre os regimes de previdência conforme manual disponibilizado no site: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/sistemas/compPrev/AnliseMédica.pdf> e alterações e, realizar visita extraordinária de perícia médica individual domiciliar e/ou hospitalar, ou ainda local determinado pela justiça, conforme a necessidade, e demais legislações pertinentes e tudo mais que se fizer necessário à total execução dos serviços em conformidade com o termo de referência Anexo I:

**Valor Global:** R\$ 93.361,24 (Noventa e três mil, trezentos e sessenta e um reais e vinte e quatro centavos).

**Prazo:** 24 (vinte e quatro) meses execução – 26 (vinte e seis) meses de vigência.

**Foro:** Comarca de Cambé, Estado do Paraná.

Assinaturas:

\_\_\_\_\_  
Andreia Cristina da Silva  
Diretora Presidente, Controlador de Encargos  
Socials e Tributários  
**Autarquia Municipal – Cambé Previdência**

\_\_\_\_\_  
Bruno Ricardo Rufino Lopes  
Responsável Legal/Procurador  
**Rufino Lopes Serviços Médicos Ltda**

Assinado eletronicamente por:

- \* MARCOS ANTONIO DA SILVA (\*\*\*.401.748-\*\*) em 26/07/2024 17:13:08 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)
- \* BRUNO RICARDO RUFINO LOPES (\*\*\*.391.959-\*\*) em 27/07/2024 17:13:06 com assinatura qualificada (ICP-Brasil)
- \* ANDREIA CRISTINA DA SILVA (\*\*\*.958.749-\*\*) em 29/07/2024 11:17:48 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
- \* LUCIANA KAGUIAMA (\*\*\*.558.559-\*\*) em 29/07/2024 11:22:02 com assinatura avançada (AC Ciga v2)
- \* VANESSA MARIA DA SILVA TOFALINI (\*\*\*.837.739-\*\*) em 30/07/2024 09:13:01 com assinatura avançada (AC Ciga v2)

Este documento é cópia do original assinado eletronicamente.

Para obter o original utilize o código QR abaixo ou acesse o endereço:

<https://cambe-e2.ciga.sc.gov.br/#/documento/c1158a6e-d886-44ee-a685-3188d05ea738>

